

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

EVIDÊNCIAS DE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: MEMÓRIAS DO TRABALHO NO
MOINHO JOINVILLE

EVIDENCES OF AN INDUSTRIAL HERITAGE: WORK MEMORIES AT THE
MOINHO JOINVILLE

EVIDENCIAS DE UN PATRIMONIO INDUSTRIAL: MEMORIAS DE TRABAJO EN
EL MOINHO JOINVILLE

ANELISE BONALDI KLÖPPEL
ORIENTADORA: PROFESSORA DRA. SANDRA PASCHOAL LEITE DE
CAMARGO GUEDES
COORIENTADOR: PROFESSOR DR. FERNANDO CESAR SOSSAI

JOINVILLE – SC

2022

ANELISE BONALDI KLÖPPEL

EVIDÊNCIAS DE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: MEMÓRIAS DO TRABALHO NO
MOINHO JOINVILLE

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Linha de Pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens, da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da Prof.^a Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e coorientação do Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai.

Joinville - SC

2022

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

K66e Klöppel, Anelise Bonaldi
Evidências de um patrimônio industrial: memórias do trabalho no Moinho Joinville / Anelise Bonaldi Klöppel; orientadora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes; coorientador Dr. Fernando Cesar Sossai. – Joinville: UNIVILLE, 2022.

168 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)

1. Indústrias – História – Joinville (SC). 2. Trabalhadores da indústria – Joinville (SC). 3. Patrimônio cultural. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo. II. Sossai, Fernando Cesar. III. Título.

CDD 363.69

Termo de Aprovação

“Evidências de um Patrimônio Industrial: Memórias do Trabalho no Moinho Joinville”

por

Anelise Bonaldi Klöppel

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)

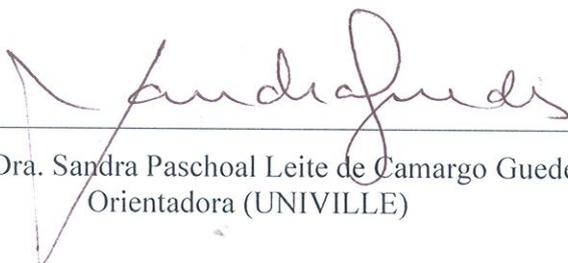
Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai
Coorientador (UNIVILLE)

Profa. Dra. Cristina Meneguello
(UNICAMP)

Profa. Dra. Ilanil Coelho
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Daniela Pistorello
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 16 de dezembro de 2022.

Dedicatória

A meus pais, que hoje trabalham na reestruturação de sua casa, que é um testemunho de nossas memórias.

AGRADECIMENTOS

O Mestrado é a conquista de um sonho de vida. E seu processo foi possível pela solidariedade e apoio de muitas pessoas.

Quero agradecer primeiramente todo suporte que eu recebi da minha irmã Angélica, defendeu meu Mestrado como um trabalho, e foi solidária de tantas formas no processo, devo muito à essa pessoa.

Assim também, agradeço à minha família, pelo acolhimento, pelo incentivo, por acreditarem em mim, pelo entretenimento aos fins de semana. Obrigada, Angelina, Cleusa, Gilberto, Lucila e Rafael. Ange, em especial ao suporte emocional.

Agradeço grandemente minhas amizades que foram suporte e apoio nos momentos difíceis: Aryklécia, Bárbara, Daniela, Koriander, Misleine, Nicolle e Valmir. Também agradeço aos amigos que sempre estão presentes: Bruna, Jeferson, Joelson, José Vitor, Priscila e Rodrigo. Obrigada pelo afeto e cuidados.

Aos amigos Veridiana e Külhian, pela solidariedade em dispender de ajuda de força de trabalho para manutenção do lar da minha família, durante o período de produção da minha dissertação. Agradeço a todas as pessoas que nos apoiaram direta e indiretamente nesse período.

Saindo do núcleo familiar, a primeira pessoa a agradecer é minha orientadora Sandra. Aprendi com ela o que era a pesquisa. Obrigada por ser sempre presente, dedicada, comunicativa. Eu não consigo imaginar ter sido mais bem aparada do que eu fui, a admiro muito e serei sempre grata por ter dividido uma parcela do seu conhecimento e de seu tempo, comigo. Me sinto orgulhosa de dizer que fui orientada por uma mulher pesquisadora tão profissional.

Ao meu coorientador professor Fernando, agradeço profundamente a generosidade especialmente nos idos do estágio, sem a qual eu não teria conseguido concretizar meu projeto. Obrigada por suas sugestões sempre úteis que se desdobram em novas ideias.

Agradeço grandemente às contribuições feitas no meu exame de qualificação pelas professoras Ilanil Coelho e Daniella Pistorello. São profissionais que eu admiro muito pela competência e pelas interpretações críticas e autênticas que mobilizam.

À minha amiga Cibele, primeira pessoa a me incentivar ao PPGMPCS. Divido com você essa conquista.

Ao amigo Raul, que dispôs tempo para compartilhar comigo reflexões sobre o Moinho Joinville, além de um vasto acervo de imagens.

Aos colegas do Gemur, do Geipac e do PAIN. Espaços de diálogo e estudo, agradáveis que enriqueceram minha pesquisa por meio de trocas, discussões e companheirismo.

Aos colegas do Mestrado Jéssica, Luana, Mirtes, Murilo e Tayná, que fizeram o percurso menos solitário, e me ajudaram muitas vezes.

Agradeço pela confiança, disponibilidade e tempo dispensados para dedicar suas memórias à esta pesquisa: Carmen, Jair, José, Mário e Patrícia. Dedico um especial agradecimento ao seu Orli, que teve uma perda irreparável recentemente, desejo que em suas memórias haja vida e reconforto. Sem vocês essa pesquisa não teria sido possível!

Às instituições de pesquisa que foram fundamentais e precisam ter sua importância reconhecida:

Ao Arquivo Histórico de Joinville que proporcionou a consulta em um acervo muito rico e bem organizado e, em especial à pesquisadora Fernanda que me ajudou a encontrar importantes informações sobre a escola operária.

À Coordenação de Patrimônio Cultural de Joinville, especialmente à Valéria e ao Marcus, que compartilharam documentos via e-mail com muita atenciosidade. Guardo um carinho enorme por essa instituição e por essas pessoas, onde fiz estágio durante a graduação.

À Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, pelo riquíssimo acervo digitalizado, onde todo Historiador esquece o tempo do relógio, ao adentrar.

Ao Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul e a Biblioteca Municipal por disponibilizarem materiais para consulta presencial.

Por fim, agradeço à oportunidade de realizar o Mestrado com uma pesquisa financiada integralmente pela Capes, que mesmo sofrendo contingenciamento de verbas, permitiu que a pesquisa fosse mantida.

Obrigada! Fazem parte das minhas memórias do Mestrado.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado está inserida na linha de pesquisa patrimônio, memória e linguagens, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, e foi financiada por bolsa integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. O problema de pesquisa se situou em compreender quais caminhos da História do Moinho Joinville evidenciam características de um patrimônio industrial. Objetivou-se, dessa forma, discutir as memórias de trabalho no Moinho Joinville, por meio de fontes documentais e embasadas teoricamente em bibliografia. A importância desse tema reside no fato de os estudos sobre o patrimônio industrial terem ganhado notoriedade na América Latina no século XXI, e pelo fato de Joinville apresentar exemplares patrimonializados como o Moinho Joinville. A metodologia foi estabelecida por meio da pesquisa documental, do uso da História Oral e da pesquisa bibliográfica. O Moinho Joinville foi uma indústria de trigo, operada na cidade de Joinville de 1913 a 2013 e a escolha desse objeto se deu pela possibilidade de discutir aspectos intangíveis desse patrimônio da cidade, permitindo que se pense as representações, os modos de fazer, os saberes e conhecimentos envolvidos em seus processos de produção, de modo a perceber as características inerentes a ele. A dissertação foi dividida em três capítulos: o primeiro, intitulado “patrimônio industrial e memória do trabalho: percalços, conceitos e metodologias”, discute os conceitos de patrimônio industrial, memória do trabalho e memória através de fontes bibliográficas; no segundo, “A História do Moinho Joinville”, pretendeu-se aprofundar a trajetória do Moinho Joinville e analisar retóricas construídas em torno dele, utilizando fontes documentais, como jornais e o Processo de Tombamento, e bibliográficas; no terceiro, intitulado “Memórias do trabalho sobre o Moinho Joinville”, objetivou-se analisar e problematizar memórias relacionadas ao Moinho Joinville por meio do uso da História Oral e base bibliográfica, considerando a interpretação de narrativas que evidenciam as características do objeto de estudo. Os resultados permitem visualizar a construção da noção de um patrimônio industrial e de que forma essa noção é embutida nas representações de trabalhadoras e trabalhadores. As representações contidas em documentos produzidos ao longo da existência do Moinho Joinville e aquelas identificadas nas narrativas por meio de entrevistas orais permitem perceber que este é um bem repleto de significações que o evidenciam enquanto um patrimônio industrial da Cidade de Joinville.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Memória do trabalho. Moinho Joinville.

ABSTRACT

This master's degree dissertation is part of the research line called heritage, memory and languages, of the Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, and was financed by a full scholarship from the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. The research problem was based on understanding which paths in the History of Moinho Joinville show characteristics of an industrial heritage. The objective was to discuss the working memory of Moinho Joinville through documentary sources theoretically based on bibliography. The importance of this theme lies in the fact that studies on Industrial Heritage have gained notoriety in Latin America in the 21st century, and in the fact that Joinville presents patrimonialized examples such as the Moinho Joinville. The methodology was established through documental research, the use of Oral History, and bibliographic research. Moinho Joinville was a wheat industry, that operated in the city of Joinville from 1913 to 2013, and the choice of this object was due to the possibility of discussing intangible aspects of this Heritage of the city of Joinville, allowing to think about the representations, the ways of doing, the knowledge, and knowledge involved in its production processes, in order to perceive the characteristics inherent to it. Therefore, this text was divided into three chapters: the first was entitled “industrial heritage, and working memory: mishaps, concepts, and methodologies”, discussing the concepts of industrial heritage, working memory, and memory through bibliographic sources; the second “the history of the Moinho Joinville”, intended to deepen the trajectory of Moinho Joinville and analyze the rhetoric built around it using documentary sources, such as newspapers, and the registration process of a heritage site, and bibliographic sources; the third, entitled “Memories of work on Moinho Joinville”, aimed to analyze, and problematize memories related to Moinho Joinville through the use of Oral History, and bibliographic based, considering the interpretation of narratives that evidence the characteristics of the object of study. The results found allow us to visualize the construction of the notion of an Industrial Heritage, and how this notion is embedded in the representations of workers. The representations contained in documents produced throughout the existence of Moinho Joinville, and those identified in the narratives through oral interviews allow us to perceive that this is an asset full of meanings that evidence it as an industrial heritage of the city of Joinville.

Keywords: Industrial Heritage. Working Memory. Moinho Joinville.

RESUMEN

Esta tesis de Maestría forma parte de la línea de investigación patrimonio, memoria y lenguajes del Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, y fue financiada con una beca integral de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. El problema de investigación fue comprender qué caminos en la historia del Moinho Joinville muestran características de un patrimonio industrial. Así, el objetivo fue discutir las memorias de trabajo en Moinho Joinville, a través de fuentes documentales y con base teórica en la bibliografía. La importancia de este tema radica en que los estudios sobre patrimonio industrial han ganado notoriedad en América Latina en el siglo XXI, y en que Joinville presenta ejemplos patrimoniales como Moinho Joinville. La metodología se estableció a través de la investigación documental, el uso de la Historia Oral y la investigación bibliográfica. Moinho Joinville fue una industria de trigo, operada en la ciudad de Joinville de 1913 a 2013 y la elección de este objeto se debió a la posibilidad de discutir aspectos intangibles del patrimonio de esta ciudad, permitiendo pensar en representaciones, formas de hacer, saberes y conocimientos involucrados en sus procesos de producción, con el fin de percibir las características que le son inherentes. La tesis de Maestría se dividió en tres capítulos: el primero, titulado “Patrimonio industrial y memoria de trabajo: percances, conceptos y metodologías”, aborda los conceptos de patrimonio industrial, memoria de trabajo y memoria a través de fuentes bibliográficas; en el segundo, “La Historia del Ingenio de Joinville”, se pretendió profundizar en la trayectoria del Ingenio de Joinville y analizar la retórica construida en torno a él, utilizando fuentes documentales, como periódicos y el Proceso de Listado, y fuentes bibliográficas; en el tercero, titulado “Memorias de trabajo en Moinho Joinville”, el objetivo fue analizar y problematizar las memorias relacionadas con Moinho Joinville a través del uso de la Historia Oral y base bibliográfica, considerando la interpretación de narraciones que muestran las características del objeto de estudio. Los resultados permiten visualizar la construcción de la noción de patrimonio industrial y cómo esta noción se incrusta en las representaciones de los trabajadores y trabajadoras. Las representaciones contenidas en documentos producidos a lo largo de la existencia de Moinho Joinville y las identificadas en las narraciones a través de entrevistas orales permiten percibir que se trata de un bien lleno de significados que lo muestran como patrimonio industrial de la Ciudad de Joinville.

Palabras clave: Patrimonio industrial. Memoria de trabajo. Moinho Joinville.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Requalificação do Moinho Joinville, julho de 2022.....	15
Figura 2 - Moinho Joinville fachada principal – 2022.....	16
Figura 3 – Número de publicações relacionadas à temática da memória do trabalho a partir do Patrimônio Industrial por países.....	41
Figura 4 – Número de publicações sobre a temática da memória do trabalho a partir do patrimônio industrial, por estado da federação.....	42
Figura 5 – Produções brasileiras sobre memória do trabalho relativamente ao ano de sua publicação.....	44
Figura 6 – Quantidade de Publicações sobre memória do trabalho por área do conhecimento.....	45
Figura 7 – Mapa de localização Companhia Wetzel, Cervejaria Tiede, Moinho Joinville e Mercado Municipal.....	55
Figura 8 – Distribuição do Rio Cachoeira em direção à Baía da Babitonga.....	57
Figura 9 – Porto de Joinville – 1914.....	58
Figura 10 – Escola Operária Abdon Baptista – 1918.....	62
Figura 11 – Obituário de Oscar Antonio Schneider.....	67
Figura 12 – Nova firma Arthur Costa e Cia.....	68
Figura 13 – Visita do Conde D’eu e de D. Pedro, príncipe do Grão Pará a Joinville...	69
Figura 14 – Recepção de Plácido Gomes de Oliveira e Carlos Gomes de Joinville no Porto de Joinville - 1922.....	71
Figura 15 – Anuncio S/A. Moinho Santista.....	72
Figura 16 – Moinho Joinville [1910-1919]	76
Figura 17 – Interior do Moinho Joinville [entre 1913-1920]	78
Figura 18 – Moinho Joinville em foto panorâmica – 1925.....	79
Figura 19 – Verso do Cartão Postal – 1925.....	82
Figura 20 – Vista frontal do Moinho Joinville - 30/11/2020.....	83
Figura 21 – Moinho de Trigo. Etapa de construção [entre 1912 e 1913]	86
Figura 22 – Fachada principal do Moinho Joinville.....	88
Figura 23 – Anúncio da Amme, Giesecke & Konegen.....	89
Figura 24 – Festa da cumeeira no Moinho Joinville [1912 ou 1913]	90
Figura 25 – Moinho Joinville [entre 1913 – 1920]	92
Figura 26 – Moinho Joinville e prédio das oficinas [entre 1930 – 1950]	93
Figura 27 – Projeto para embutir balança para caminhões – 1954.....	94
Figura 28 – Moinho Joinville visto do Rio Cachoeira.....	95
Figura 29 – Moinho Joinville – 2017.....	95
Figura 30 – Moinho de Trigo – 1989.....	96
Figura 31 – Prédio das oficinas – 2019.....	110
Figura 32 – Nova edificação no complexo do Moinho Joinville – 2022.....	111

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGK - Amme, Giesecke & Konegen
AHJ – Arquivo Histórico de Joinville
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP - Comitê em Ética e Pesquisa
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMB - Centro de Memória Bunge
COMPHAAN - Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPC - Coordenação de Patrimônio Cultural
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
GEIPAC - Grupo de Pesquisas Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPCJ – Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville
LHO - Laboratório de História Oral da Univille
MNIC – Museu Nacional de Imigração e Colonização
PIB – Produto Interno Bruto
PPGPCS - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade
SAMRIG - S.A. Moinhos Rio Grandenses
SECULT - Secretaria de Cultura e Turismo
SEPUD - Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TICCIH - Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
UMBRA - União Mercantil Brasileira

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	143
APÊNDICE B – Autorização para uso de imagem e/ou voz.....	145
APÊNDICE C – Termo de doação de entrevista oral.....	146
APÊNDICE D – Roteiro básico de entrevistas orais.....	147
APÊNDICE E – Ficha de análise do projeto PAIN.....	151

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	165
---	-----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA DO TRABALHO: PERCALÇOS, CONCEITOS E METODOLOGIAS.	28
2.1 Memória do trabalho na “cidade do trabalho”	30
2.2 Memórias de trabalhadores por meio da metodologia da História Oral.....	35
2.3 Produção científica sobre memória no campo do patrimônio industrial: um estudo do estado da Arte	38
3. A HISTÓRIA DO MOINHO JOINVILLE.....	51
3.1 O Moinho Boa Vista: trajetória de uma indústria centenária.....	53
3.2 A iconografia de um patrimônio industrial: retóricas sobre o Moinho Joinville.....	74
3.3 Testemunho do tempo: transformações no espaço físico	85
4. MEMÓRIAS DO TRABALHO SOBRE O MOINHO JOINVILLE	99
4.1 Representações sobre o Moinho Joinville	102
4.2 Memórias da rotina de trabalho no Moinho Joinville	114
Considerações Finais.....	125
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	143
APÊNDICE B – Autorização para uso de imagem e/ou voz	145
APÊNDICE C – Termo de doação de entrevista oral	146
APÊNDICE D – Roteiro básico de entrevistas orais.....	147
APÊNDICE E – Ficha de análise do projeto PAIN.....	151
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	165

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si. (CANDAUI, 2021, p. 60).

A memória guardará o que valer a pena. A memória sabe de mim mais que eu; e ela não perde o que merece ser salvo. (GALEANO, 2014, p. 10).

1. INTRODUÇÃO

O Moinho Joinville foi uma indústria de trigo estabelecida em Joinville/SC, fundada no ano de 1913, em uma edificação construída para este fim. Foi operada por, aproximadamente, cem anos, encerrando suas atividades em 2013. Essa indústria foi propriedade de diferentes sociedades anônimas e grupos econômicos, tendo sido denominada inicialmente como Moinho Boa Vista. Além da citada denominação, através do tempo foi referida como “Moinho de Joinville”, “Moinho Rio-Grandense filial Joinville”, “Moinho Santista” e “Bunge”, no entanto, passou a ser conhecida popularmente como Moinho Joinville. Denominação a qual será utilizada ao longo desta Dissertação.

Desde o ano que foi assinada a Portaria de Tombamento do Moinho Joinville, 2019, ele encontra-se sob propriedade da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – Fiesc. Atualmente, ele passa por obras para comportar um projeto que prevê a instalação de um centro de inovação e educação.

As obras que iniciaram em 2021 no Moinho Joinville, conferem a ele um momento de transição e ressignificação. A Figura 1, realizada em julho de 2022 evidencia a instauração de vigas de concreto em frente à estrutura original que, aos poucos, receberá novos usos, novas ocupações e novas instalações edificadas em seu entorno.

Figura 1 – Requalificação do Moinho Joinville, julho de 2022



Fonte: Da autora.

Projetado inicialmente para atender demandas do início do século XX, sua fachada principal é voltada para o Rio Cachoeira, como se pode ver na Figura 2. Essa paisagem que guarda aspectos da originalidade da edificação, atualmente, no entanto, é uma vista restrita aos comércios que margeiam a outra beira do rio.

A foto da Figura 2 foi feita quando avançavam as obras de requalificação, no lado oposto da edificação, no segundo semestre de 2022, e permite perceber a deterioração de algumas esquadrias, a jovem vegetação que se forma na margem do Rio, e pouquíssimos resquícios das intervenções que acontecem do outro lado do Moinho.

Aos poucos a paisagem industrial vai sendo modificada, como foi outrora por meio do estabelecimento do Moinho Joinville. Como afirma Cordeiro (2011, p. 5), essa paisagem está constantemente em jogo, em transformação “pelas próprias necessidades da indústria em se reconverter e modernizar, e de um desaparecimento puro e simples, fruto da reconversão urbanística das áreas industriais que se tornaram obsoletas.”.

Figura 2 - Moinho Joinville fachada principal - 2022



Fotografia: Angélica Bonaldi Klöppel, 2022

Tendo o Moinho Joinville como objeto, a presente pesquisa tem como problemática o debate sobre quais caminhos da sua história o evidenciam como um patrimônio industrial. Esta pesquisa inserida na linha de pesquisa Patrimônio,

memória e linguagens, apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e foi contemplada com bolsa integral pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, a partir de 2021. Foi, ainda, vinculada ao Grupo de Pesquisas Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural - Geipac e ao projeto guarda-chuva de minha orientadora “Museus e Espaços de Memória: representações, acervos e função social”. Cabe mencionar que inicialmente havia uma proposta da Fiesc em instituir o Museu da Indústria Catarinense (REVISTA 20 ANOS PERINI BUSINESS PARK, 2021) no espaço do Moinho Joinville.

Além disso, pelas proximidades temáticas, posteriormente, o projeto de dissertação também esteve vinculado ao projeto de pesquisa “Entre lugares e memórias: um estudo histórico sobre patrimônio industrial e políticas de desenvolvimento no norte de Santa Catarina (século XX - XXI)”, financiado pela FAPESC e coordenado pela Prof. Dra. Ilanil Coelho, do mesmo Programa.

Essa pesquisa foi orientada pela Prof^a Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e coorientada pelo Prof^o Dr. Fernando Cesar Sossai, professores que tive contato inicialmente na minha formação em História no período de 2011-2014. Cabe mencionar que minha relação primeira com o patrimônio cultural se deu durante a graduação quando tive a oportunidade de estagiar junto à Coordenação do patrimônio cultural da Prefeitura de Joinville e tive os primeiros contatos com a gestão pública do Patrimônio.

Após a graduação, trabalhei no Município de Schroeder com a função de construir um cadastramento de bens de interesse de preservação. Foi dessa experiência que percebi como é complexa, e necessária conhecer, a relação das pessoas com os bens patrimonializados.

Para tanto, além do embasamento por meio de bibliografia e pesquisa em documentos já existentes, foram mobilizadas narrativas de trabalhadoras e trabalhadores do Moinho Joinville sobre suas vivências nessa indústria, permitindo que se pensasse a construção de uma memória do trabalho sobre ela.

Pensar o patrimônio industrial na perspectiva de trabalhadoras e trabalhadores, exigiu que se mobilizasse uma metodologia adequada. Assim, a História Oral¹ foi

¹ O trabalho, a partir do uso da História Oral, compreende todo o processo de organização de entrevistas orais, desde a definição do perfil de entrevistados, até sua formulação, gravação e posterior transcrição e análise.

selecionada para fomentar o registro e o tratamento às entrevistas orais realizadas com pessoas que trabalharam no Moinho Joinville. Essa ferramenta permite aos sujeitos expressarem e construírem narrativas individuais a partir de suas vivências, viabilizando, conforme sugere o historiador Meihy (2006), o acesso a saberes não oficializados que, portanto, existem para além da escrita histórica.

As entrevistas gravadas com recurso digital, seguiram as diretrizes do Laboratório de História Oral da Univille - LHO e os parâmetros estipulados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (Anexo A).

Além dessa metodologia fundamental no trabalho com narrativas de memórias, as pesquisas documental e bibliográfica possibilitaram a construção de um embasamento teórico sobre o objeto de estudo e, da mesma forma, sobre todos os conceitos e áreas do conhecimento mobilizados ao longo da escrita da presente dissertação. Cabe destacar que o campo do patrimônio cultural é interdisciplinar, sendo que se constrói aqui um diálogo principalmente com as áreas de História, Sociologia e Antropologia.

Para situar a inserção do Moinho Joinville no contexto local, cumpre identificar que Joinville é uma cidade catarinense inserida na região nordeste do Estado, que possui indícios do início de sua ocupação por meio dos vestígios dos povos sambaquianos². Posteriormente foi ocupada por povos Guarani e, a partir do século XVIII, por lusos brasileiros. Sua História foi marcada pela fundação da Colônia Dona Francisca, por migrantes europeus, em 1851³, que deu origem à cidade de Joinville.

A partir do século XIX, a economia de Joinville, foi composta por atividades mercantis e artesanais combinando-se com extrativas exportadoras, que influenciaram posteriormente o modelo econômico. Como afirma Isa Rocha (1994, p. 41) “A forte demanda das economias do mate e madeira influenciou para a posterior tradição metal - mecânica de Joinville, diferente de Blumenau, onde predominou o têxtil.”

² A ocupação de Joinville remonta há aproximadamente 6000 e 1000 anos antes do tempo presente, esses povos “pescadores-caçadores-coletores”, constituíram os Sambaquis, sítios arqueológicos que em Joinville somam 42, identificados até o momento (TWARDOWSKY; BANDEIRA; GUEDES, 2021).

³ A imigração de povos de diferentes áreas da Europa para o Brasil, na segunda metade do século XIX, foi uma forma que o Império brasileiro pensou para solucionar a escassez de mão de obra na lavoura, promover o embranquecimento da população e ocupar áreas despovoadas, como afirma a historiadora Guedes (2005).

A palavra industrial pode ser mobilizada diante de diversas possibilidades de pesquisas teóricas, sobretudo, ela nos remete à fábrica, a centros de produção, o que de antemão implica que se localize o objeto de estudo nesse segmento. O Moinho Joinville esteve inserido no setor alimentício, compondo, junto com o extrativista, os setores originários da indústria em Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2007).

Nesse sentido, é possível considerar que a existência do Moinho Joinville, atravessou diferentes fases da economia joinvilense, uma vez que ele esteve em atividade por aproximadamente um século. Entre 1913 e 2013, período que funcionou o Moinho, Joinville passou por processos de origem e consolidação de seu capital industrial a partir do período da “industrialização brasileira”, perpassando pelo da acumulação de capital e a fase da industrialização pesada, conforme afirma Goularti Filho (2007).

De todo modo, o desenvolvimento da indústria em Santa Catarina atendeu à dinâmica da industrialização brasileira que, ao longo dos anos passou por transformações para se adequar às exigências globais da produção. Essa dinâmica embora padronizada, era inserida em contextos muito específicos, motivo pelo qual surgem questões muito próprias em cada local.

Em Joinville, o processo migratório a partir da década de 1970 promoveu uma significativa mudança demográfica na cidade. Influenciado por diversos fatores, esse processo migratório resultou em um aumento de contingente operário. Conforme aponta Giane Maria de Souza (2009, p. 3)

[...] diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento migratório de Joinville na década de 1970. Além de empresas como a Fundação Tupy (1938) empreender uma verdadeira campanha recrutadora de mão-de-obra nas regiões circunvizinhas, também os fatores externos desencadearam o processo migratório, como a enchente em Tubarão em 1974 que fez com que diversas pessoas viessem procurar abrigo e trabalho na cidade.

A historiadora Sirlei de Souza (2005), afirma que da década de 1960 para 1970, a população de Joinville chegou quase a dobrar. Guedes e Findlay (2003) destacam que naquele período o índice de urbanização era de aproximadamente 89%, ou seja, a maior concentração de trabalhadores era na área urbana. Para as autoras “a mecanização da agricultura e o contínuo parcelamento das terras agrícolas [no Brasil]

ocasionaram uma crescente expulsão da mão-de-obra do meio rural e o consequente inchaço das cidades” (GUEDES; FINDLAY, 2003, p. 69), ou seja, para além dos fatores apontados por Souza (2005), houve um deslocamento nacional de trabalhadores para o setor urbano, o chamado êxodo rural, que, em cidades industriais como Joinville, coincidiu com a outra leva migratória, no Estado, ocasionada pelas enchentes no sul de Santa Catarina e a expansão industrial que vinha ocorrendo na cidade.

De acordo com Silva; Bruske; Cunha; Esteves e Ramos (2013) na década de 1980 o Moinho Joinville chegou a empregar 260 pessoas, produzindo 400 toneladas diárias de farinha de trigo. De tal maneira, é possível afirmar que o impacto dessa indústria sobre a sociedade poderia ser sentido em muitos aspectos econômicos, sociais e culturais, uma vez que ela necessitava de um grande contingente de trabalhadores para este setor produtivo que tinha pouca concorrência na cidade, e resultava em uma produção para consumo local e exportação. O ano de 2013 marcou o fim do uso da edificação para suas funções originais, na época, a empresa Bunge que era sua proprietária, encerrou as atividades na unidade, permanecendo com plantas de moagem de trigo em outros estados brasileiros.

A trajetória e as técnicas de construção empregadas na edificação do Moinho Joinville foram detalhadas em 2013 em um laudo pericial que objetivava trazer recomendações sobre a preservação do prédio do antigo Moinho Joinville, discutindo o nível de preservação. Esse laudo, elaborado a partir da nomeação de uma comissão para tal fim, traz recomendações quanto à preservação do bem. Posteriormente, em 2015, foi nomeada outra comissão para a produção de laudo pericial de elementos arqueológicos. Esses documentos são somados a outros de naturezas diversas que compõem o Processo de Tombamento do Moinho Joinville (JOINVILLE, 2009).

Tal processo, foi iniciado pela Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN em 2009 (FCJ.CPC.2009-006), e finalizado no ano de 2019, registrado no Livro Tombo Municipal sob o número 126, através da Portaria nº41/2019. Além dessa proteção, a edificação foi inscrita, no ano de 2021, no Livro de Registro de Bens Imóveis do Inventário Cultural de Joinville –

IPCJ (0064/IPCJ/2021), relativo à Lei 363/2011 (JOINVILLE, 2011)⁴, que contribui para atualização de instrumentos e concepções sobre o patrimônio local.

As discussões em torno da salvaguarda do Moinho Joinville, documentadas através do Processo de Tombamento (JOINVILLE, 2009), permearam a aprovação do nível de Preservação Parcial (PP), que conforme a Lei 363/2011 prevê a “manutenção da volumetria ou de determinadas características arquitetônicas ou artísticas, externas ou internas”. De modo que algumas intervenções, definidas previamente por profissionais qualificados e cujos projetos sejam aprovados pela COMPHAAN, foram consideradas possíveis a fim de viabilizar o uso do imóvel, mesmo que para outros fins que não o industrial.

O tombamento municipal dessa edificação a oficializou como um patrimônio cultural da cidade de Joinville, instituindo o reconhecimento, a partir do poder público, sobre a importância que esse bem representa para a cidade. No detalhamento realizado por Silva; Bruske; Cunha; Esteves e Ramos (2013) baseado no laudo pericial, uma discussão sobre os parâmetros que definem o patrimônio industrial é feita de forma introdutória, mas se percebe que na recomendação os valores identificados são genéricos. São considerados os aspectos urbanístico, arquitetônico, histórico-cultural e singular, de uma forma mais abrangente, como é feito com os outros bens, não considerando as características específicas de um patrimônio industrial.

Esse documento institucional feito pelo setor de Coordenação do patrimônio cultural de Joinville tinha a função de ser discutido por meio da COMPHAAN, para definir trâmites do Processo de Tombamento (JOINVILLE, 2009) do Moinho Joinville. Este laudo traz a discussão em torno das características de um patrimônio industrial, mas, no entanto, dada a amplitude do termo patrimônio cultural, a COMPHAAN optou por utilizar essa nomenclatura. Chama-se atenção para esse fato pois é importante evidenciar que já nos idos de 2013, data do laudo, as discussões em torno do patrimônio industrial já integravam os órgãos competentes em Joinville.

⁴ A Lei 363/2011 foi instituída como uma nova ferramenta de "proteção e valorização" do patrimônio cultural de Joinville. Além de complementar a Lei 1773/1980 relacionada ao tombamento municipal, essa lei cria mecanismos de inventário de bens substituindo o cadastro de unidades de interesse de preservação. Esse cadastro consistia no registro de unidades que apresentavam relevância cultural dentro da legislação relacionada ao patrimônio local.

Por conseguinte, em relação ao conceito de patrimônio industrial, para Rodrigues (2010, p. 34) ele consiste em um “conceito decorrente da própria ampliação da ideia de patrimônio” e representa hoje, para a pesquisa, um campo recente que, conforme Meneguello (2011), passou a ganhar maior atenção na América Latina apenas durante as últimas décadas. Esse campo foi descrito internacionalmente a partir de diretrizes próprias somente no ano de 2003 por meio da Carta de Nizhny Tagil, elaborada pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH.

Na Carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, TICCIH, 2003) o patrimônio industrial é descrito como um campo que compreende “vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico”. Posteriormente, em 2011, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, estabeleceu os Princípios de Dublin, evidenciando a intangibilidades dos bens industriais.

No Brasil o TICCIH foi fundado em 2004 durante o I Encontro em Patrimônio Industrial que aconteceu na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Hoje a instituição conta com a publicação de livros digitais denominados **Série TICCIH Brasil Novas Perspectivas** que compila textos a partir de pesquisas realizadas dentro do campo do patrimônio industrial no Brasil. A última edição foi publicada em 2021 e reúne capítulos de diversas áreas, como a História, Arquitetura, Letras, Antropologia, entre outras, sob a ótica e problemáticas inerentes ao campo.

O TICCIH Brasil fomenta discussões atualizadas que originam publicações sobre o campo do patrimônio industrial. Esse campo, embora definido como recente, vive um momento de grande expansão com diferentes problemáticas e abordagens, que envolvem temas ligados às transformações nos modos de produzir pelas quais a sociedade passa atualmente.

Foi possível perceber que o conceito de patrimônio industrial ganhou corpo internacional e nacionalmente e, aos poucos, a noção de quais vestígios são característicos de espaços fabris foi sendo construída. Dessa maneira, destaca-se aqui a abordagem a partir do ICOMOS, TICCIH (2011), que evidencia a contemplação dos aspectos intangíveis:

[...] tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a

vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.

A memória do trabalho é uma das diversas possibilidades de se pensar o patrimônio industrial. Ela diz respeito a uma dimensão que é intangível e reflete técnicas, conhecimentos e práticas de pessoas que operaram as indústrias. A historiadora Cristina Meneguello afirma que nesse campo de pesquisa “Em primeiro lugar, é importante considerar a dimensão da preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores [...]” (2011, p. 1819), desmistificando assim a noção de que a importância primeira desse campo de estudo reside nos espaços físicos da indústria, sem considerar as trabalhadoras e os trabalhadores como sujeitos que as operaram com suas técnicas e conhecimentos.

O conceito de memória do trabalho se refere intrinsecamente às questões do patrimônio industrial, buscando compreender quais sentidos se estabelecem ao tratar do tema da memória de modo geral. Rodrigues (2010) afirma que a História, através da memória, fornece elementos importantes para pluralizar narrativas do passado, de modo que há um potencial de análises de narrativas inéditas e diversas acerca do patrimônio industrial por meio da memória do trabalho.

Esse potencial de narrativas, nos leva ao fato de que elas podem ser fruto de memórias agradáveis, mas também daquelas difíceis que exigem um cuidado no desenvolvimento do registro, pois os espaços de trabalho, conforme pontua Rodrigues (2010, p. 39) “guardam memórias difíceis, como as de cerceamento de vontades, em função da disciplina e eficiência da produção, de assédios morais e de tempo roubado ao lazer, à criatividade”.

O antropólogo Joël Candau (2010) pesquisador do conceito de memória, discorreu sobre o fato de ser ela individualmente construída. Entretanto, para o autor, ao mobilizar a memória a partir da aproximação com determinados bens, é possível provocar emoções compartilhadas. Assim, ele afirma que “o ritual da visita patrimonial é também produtor do patrimônio. Os objetos, monumentos, imagens que nós vemos ali e que são todos sociotransmissores, provocam emoções compartilhadas, solicitam um imaginário comum.” (CANDAU, 2010, p. 52- 53).

Nesse sentido, para Candau (2010) os sociotransmissores seriam metaforicamente semelhantes aos neurotransmissores cerebrais. Sendo assim, da mesma forma que os neurotransmissores são responsáveis por efetivar sinapses

cerebrais, os sociotransmissores poderiam através de coisas (materiais e imateriais) construir ligações com as percepções cognitivas.

Poderíamos pensar o Moinho Joinville como um sociotransmissor?

Isso poderia ser feito por meio da pesquisa bibliográfica, da interpretação de fontes, da significação e identificação das características do Moinho Joinville... De qualquer forma, essa possibilidade teria chances de ser potencializada por meio do diálogo com pessoas que tiveram uma relação com essa indústria, no passado.

O exercício de rememorar e produzir narrativas é sempre relacionado ao hoje e é influenciado por vivências individuais que adquiriram sentidos diferentes ao longo do tempo. Embora a partir de noções que divergem das que mais recentemente discute Candau, na década de 1920, o sociólogo Maurice Halbwachs, fundamentou uma discussão que pode contribuir para essa pesquisa. Halbwachs (2006) afirmava que as memórias não podem ser reconstruídas passo a passo com plenitude, mas podem ser evocadas a partir de determinados acontecimentos do presente.

De todo modo, no que tange à coleta de dados, ao pensar uma metodologia para evocação de memórias, foi importante a elaboração de um roteiro (APÊNDICE D) que tivesse um recorte com objetivos previamente estabelecidos. O roteiro foi pensado considerando que, até o momento, não foram encontrados registros de entrevistas com pessoas que trabalharam no Moinho Joinville. Essa discussão emerge como algo inicial que pode trazer, por ora, algumas respostas, mas, para além, possibilitar que novas pesquisas sejam possíveis.

Partir da memória de trabalhadoras e trabalhadores para pensar o patrimônio industrial joinvilense implica problematizar aspectos do presente e tomar posicionamento sobre o que se pretende escrever. Meneguello (2021a) afirma que trabalhadores são o centro do mundo industrial e institui uma questão retórica que transpõe um caminho que a presente pesquisa se compromete a percorrer: “Não é o trabalhador, com o seu saber fazer, as suas rotinas de trabalho, o seu orgulho de classe a sua organização política, o verdadeiro repositório da memória intangível, do patrimônio industrial transformado em carne, e em memória?” (MENEGUELLO, 2021a, p. 92).

Dessa forma, ao compreender o Moinho Joinville enquanto um exemplar que dispõe de evidências de cultura industrial se institui as trabalhadoras e os trabalhadores dessa indústria como sujeitos de diferentes narrativas. Em Joinville, a

partir do aumento da densidade populacional de pessoas que se instalaram em busca de trabalho e sobrevivência ou motivados por suas redes de convivência, a cidade foi sendo reconfigurada. Essa reconfiguração demonstra uma cidade em movimento repleta de trabalhadoras e trabalhadores sem os quais a presente pesquisa não teria sentido.

Sobre o protagonismo dessas pessoas em Joinville, já foram realizadas outras pesquisas, monumentos em torno de fábricas foram erigidos, o que nos permite pensar que os discursos em torno de sua importância estão em movimento. Mas há algo que torna o foco em trabalhadores um diálogo universalizante, pois embora sejam referidas aqui pessoas que trabalharam em uma indústria específica, como pontua Galeano (2014, p. 115-116) ao referir-se ao primeiro de maio, dia dos trabalhadores, este “é o único dia verdadeiramente universal da humanidade inteira, o único dia no qual coincidem todas as histórias e todas as geografias, todas as línguas e as religiões e as culturas do mundo.”.

Assim, com o intuito de discorrer ao longo da presente dissertação sobre as questões expostas, ela foi dividida em três capítulos, além da introdução⁵. Assim, O segundo capítulo foi intitulado “patrimônio industrial e memória do trabalho: percalços, conceitos e metodologias” e aprofunda os conceitos de patrimônio industrial, Memória do trabalho e Memória, e compreender os trajetos das pesquisas atuais nessa temática. No capítulo, os conceitos fundamentais da pesquisa foram relacionados à cidade de Joinville e discorre-se sobre a forma como a metodologia da História Oral será utilizada no processo de construção da memória do trabalho.

Com relação à pesquisa bibliográfica, metodologia utilizada em toda dissertação, se destacam no segundo capítulo as contribuições dos autores Joël Candau (2010 e 2021) para pensar o conceito de memória; Cristina Meneguello (2011 e 2021) para discutir memória do trabalho e Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (2005), Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes; Eleide Abril Gordon Findlay (2003) e Ilanil Coelho (2011) para contextualizar retóricas e acontecimentos da História de Joinville. Além dessas contribuições, será apresentada uma análise de publicações dispostas em bases de dados a partir da metodologia do estado da arte, mobilizando publicações de diferentes áreas do conhecimento como a História,

⁵ A partir das normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, passou a ser enumerada.

Antropologia, Sociologia, Arquitetura, e interdisciplinar através de trabalhos desenvolvidos na área do patrimônio cultural.

No capítulo intitulado “A História do Moinho Joinville” foi feita uma análise da trajetória do Moinho Joinville. Fontes documentais e bibliográficas foram mobilizadas para se pensar como o Moinho Joinville surgiu, foi mantido, como era seu cotidiano e qual foi seu papel na Indústria de Santa Catarina. Além disso se pretendeu, nesse capítulo, problematizar retóricas que foram instituídas ao longo dos anos em jornais e iconografia produzidas sobre essa indústria.

Dentre as fontes utilizadas no capítulo 3, estão reportagens de jornais disponibilizadas na Hemeroteca Digital e no acervo do Arquivo Histórico de Joinville e o acervo iconográfico do Arquivo Histórico de Joinville. Também foi utilizado o Processo de Tombamento (JOINVILLE, 2009) do Moinho Joinville e os laudos inseridos nele. Por meio desses documentos buscou-se construir uma trajetória do Moinho Joinville e identificar aspectos da memória do trabalho que remetem ao patrimônio industrial.

Para o embasamento teórico, no que tange o contexto da História de Joinville e do Moinho Joinville foram fundamentais os autores Coelho (2011); Giane Maria de Souza (2009); Guedes (2003 e 2005); Santana (2018); Sirlei de Souza (2005); Stelzner (2014); Ternes (1993) e Thiago (1988). Para pensar a indústria em Joinville e os processos econômicos dos primórdios da cidade, foram mobilizados Goularti Filho (2007); Goularti e Moraes (2017); Haynosz (2014); Kalb e Carelli (2015) e Rocha (1994). Para pensar as características do patrimônio industrial foram consultados Meneguello (2021) e Oliveira (2021). E os autores Kossoy (2001 e 2016) e Meneses (2003) foram utilizados para embasar especialmente o uso de fontes iconográficas.

O quarto capítulo, intitulado “Memórias do trabalho sobre o Moinho Joinville”, analisa e problematiza as narrativas de trabalhadores e trabalhadoras do Moinho. Para tanto, foi articulada bibliografia em conjunto com as entrevistas orais, de modo a construir embasamento teórico para as interpretações das narrativas obtidas.

Assim, para tratar da História Oral foi fundamental consultar Alberti (2003) e Portelli (1997). Para pensar o conceito de representações e memória foram mobilizados os autores Candau (2021) e Chartier (1991). Em relação ao contexto do trabalho em Joinville consultei Costa (2005) e sobre o reconhecimento do patrimônio industrial Ferreira (2021). A metodologia utilizada neste capítulo foi a História Oral articulada à

bibliografia para análise e interpretação das fontes orais produzidas. Foram realizadas seis entrevistas com pessoas que trabalharam no Moinho. Essas entrevistas, coletadas ao longo do ano de 2022, foram registradas através da contribuição e doação voluntária, ação devidamente documentada (APÊNDICES A e B), buscando compreender a rotina de trabalho e as percepções que essas e esses trabalhadores têm atualmente sobre a indústria que está desativada. Para tanto foi utilizado um Termo de Doação de entrevista oral (APÊNDICE C), e foi instituído um roteiro base de entrevista que buscou desenhar um foco (APÊNDICE D), considerando a possibilidade de um recorte tempo-espço nas memórias evocadas. Essas entrevistas resultaram em documentos inéditos dos quais foram retirados fragmentos para analisar e contextualizar memórias do trabalho que identificam o reconhecimento civil do Moinho Joinville enquanto um patrimônio industrial.

2. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA DO TRABALHO: PERCALÇOS, CONCEITOS E METODOLOGIAS.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), instituiu a reponsabilidade da União e dos Estados em proteger o patrimônio cultural Brasileiro por meio dos Artigos 215 e 216 que o caracterizam. A origem desse documento se efetiva através de um contexto de redemocratização. A Constituição de 1988, divisora de modelos políticos, passou a influenciar os caminhos legislativos que rumaram no país, dentre os quais aqueles que concretizam as políticas voltadas para a área do patrimônio cultural.

Em Joinville a Lei Orgânica do Município de 1990 (JOINVILLE, 1990), emprega os termos “histórico” e “cultural” ao se referir ao Patrimônio da cidade, antes disso, através da lei nº 1773/1980 (JOINVILLE, 1980), o setor foi regulamentado. Na lei, utilizando os termos “Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural”, de uma forma mais ampla, se reconhece a importância do patrimônio cultural, no entanto, não se mencionam os vestígios da cultura industrial de forma específica.

No entanto, Kühl (2006, p. 8) chama atenção para as possibilidades jurídicas da interpretação da legislação vigente, para ela, existem formas de interpretar as leis “que permitem uma abordagem voltada a dilatar e compreender de forma mais profunda uma dada formulação, à luz de uma cuidadosa crítica epistemológica.” Nesse sentido pode-se pensar que nessas leis vigentes já existiam parâmetros de reconhecimento desse Patrimônio. Ainda assim, o uso do termo patrimônio industrial permite aderência e reconhecimento de um campo que tem especificidades muito próprias.

O conceito de patrimônio industrial se desdobra do de patrimônio cultural (RODRIGUES, 2010) e, dessa forma, ainda que não seja citado na legislação, está embutido em conceitos adjacentes a ela. Sabe-se que de forma mais aprofundada o primeiro documento internacional que cria parâmetros para definir o patrimônio industrial foi oficializado apenas em 2003, através da carta de Nizhny Tagil (ICOMOS, TICCIH, 2003) e que, somente no ano de 2004, com a fundação do TICCIH Brasil, os estudos brasileiros sobre o patrimônio industrial vão ganhar forma atendendo às diretrizes internacionais. Sete anos depois da discussão ser introduzida de forma institucional no Brasil, novos parâmetros em âmbito mundial são adotados através da publicação dos Princípios de Dublin (ICOMOS, TICCIH, 2011) e intensificam as possibilidades de pensar as características do patrimônio industrial.

As transformações que ocorrem nas diretrizes e na denominação de características, perpassam novos significados e valores concebidos através de discussões atuais e da relação com a sociedade de modo geral, como menciona a historiadora Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2009, p. 190) “Ao 'espírito da Nação' vemos, na contemporaneidade, se contrapor outras formas e significados que foram sendo atribuídos ao patrimônio e outros lugares passaram a ser atribuídos de valor patrimonial”.

A recente possibilidade de definir, caracterizar ou discutir institucionalmente a partir do TICCIH Brasil, o patrimônio industrial, emerge de desdobramentos de outros estudos, mas sobretudo da urgência de pensar questões relacionadas a bens e modos de produzir que estão em constante transição. De todo modo, cumpre mencionar que a investigação desse campo não se solidifica a partir de qualquer fetiche relacionado a máquinas e edifícios, mas sim através da importância de compreender diferentes processos de produção pelos quais a sociedade foi atravessada ao longo do tempo, e, sobretudo, nos conhecimentos e saberes das pessoas envolvidas neles:

Quando falamos de Patrimônio Industrial certamente não estamos nos referindo apenas ao aspecto estético ou monumental desses edifícios fabris, das tecnologias, dos maquinários, etc. Estamos, sobretudo, falando desses processos de produção, desses aportes científicos e tecnológicos, dos saberes que ali estão envolvidos, um processo que começa com a industrialização e que vai sendo superado pelas tecnologias avançadas dessa era pós-industrial (FERREIRA, 2009, p. 190)

Assim, refletimos não somente sobre que aspectos são inerentes às características de edificações relacionadas ao patrimônio industrial, mas sobre a importância da existência do patrimônio cultural de modo geral, que são as relações sociais, os conhecimentos de base empregados nos modos de produzir e a capacidade humana de se adaptar às novas tecnologias.

2.1 Memória do trabalho na “cidade do trabalho”

De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a população joinvilense é de aproximadamente 604.708 habitantes⁶. Hoje, a maior parte dessa população está inserida na malha urbana do município e, de acordo com o IBGE, no ano de 2019, a cidade ocupava o segundo lugar no ranking de empresas cadastradas em Santa Catarina e apresentava a quantidade de 214.924 pessoas cadastradas como pessoal ocupado assalariado (IBGE, 2019).

Já em relação à criação de novos empregos, de acordo com os dados do Novo Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados de outubro de 2022, no Estado de Santa Catarina, foram contabilizadas 1.044.912 novas admissões, sendo destas, 26.815 na Indústria. Deste dado, o total de 96.347 foi atribuído à Joinville.

Essa contabilização compreende trabalhadores temporários, aprendizes e vagas intermitentes, que são trabalhos formais. Assim, é importante pensar que além desses 96.347 novos postos de trabalho em Joinville, existem ainda muitos trabalhadores em trabalhos informais que não foram contabilizados. Tais dados deixam aparente uma movimentação grande de trabalhadores na “Manchester Catarinense”.

Dentre os codinomes atribuídos a Joinville, tais como “cidade das bicicletas”, “cidade das flores” ou “cidade dos príncipes”, que compõem os olhares sustentados sobre a cidade, as pesquisadoras Guedes e Findlay (2003) chamam atenção para outros dois que conversam com a presente pesquisa “Manchester Catarinense” e “cidade do trabalho”. Esses codinomes permitem uma reflexão sobre imagens criadas sobre a cidade.

Ao fazer uma análise sobre retóricas construídas em Joinville, a historiadora Ilanil Coelho (2011) discorre sobre representações culturais que são criadas para prover projetos de cidade idealizados através de vínculos entre o poder político e a cultura. Para a autora, retóricas que não permitam à cidade concorrer a uma “imagem-

⁶ Esse dado deveria ter sido atualizado no ano de 2020, o último censo foi realizado em 2010 onde a população joinvilense era de 515.288. A pandemia da Covid-19 desestabilizou a vida de trabalhadores ao longo do mundo todo. O reflexo das medidas sanitárias estabelecidas no Brasil, pode ter influenciado a quantidade populacional do país e de Joinville, a cidade mais populosa de Santa Catarina. A não realização do censo no ano de 2020, dificulta a contextualização da situação atual da sociedade, motivo pelo qual essa informação foi trazida.

cidade” desejada, diante de um processo de reinvenção, através de jogos de poder, são consideradas alvo de depuração.

A autora destaca que em Joinville:

A pujança econômica, o prazer de habitar, o conhecer ou o se conhecer nesse processo de reinvenção atuam como elementos de benefícios genéricos no competitivo mercado de cidades que são reinventadas sob o ímpeto da globalização. (COELHO, 2011, p. 88).

Assim, ao pensar esses codinomes construídos para Joinville, existe a presença de jogos de poder estabelecidos por quem detém alguma influência e poder para os instituir partindo de retóricas que permitam apresentar os benefícios que tornam Joinville atrativa para investir.

Se Joinville já foi ou é vista como a “Manchester Catarinense”, aludindo à cidade inglesa modelo industrial, ou como a “cidade do trabalho”, há que se considerar, que as indústrias, por maior tecnologia que adquiriram ao longo dos anos, não deixaram de ter trabalhadoras e trabalhadores. A historiadora Michelle Perrot em sua obra **Os excluídos da História**, ao fazer uma análise sobre as disputas em relação ao surgimento do 1º de maio, afirma “A memória operária, objeto eminentemente construído, não deixou de ser objeto de lutas e poder.” (PERROT, 2017, p. 137). Compreendendo que essas retóricas são fruto também de disputas, a presente pesquisa deslocou o olhar para a narrativa operária, para as pessoas que trabalharam em uma indústria que hoje é um patrimônio da cidade.

Dito isso, cabe mencionar que a mobilização de memórias de trabalhadores de modo generalizado indica que o público-alvo articulado, foi de pessoas que trabalharam no Moinho Joinville em um dado momento de suas vidas, contribuindo para o funcionamento dele.

Essa generalização não tem a intenção de comprimir as memórias em um aspecto que as molde enquanto algo coletivo, ou seja, memórias plenamente comuns entre as pessoas entrevistadas. Pelo contrário, a premissa base de mobilizar pessoas de setores diferentes, de gênero e realidades distintas pressupõe que as vivências na indústria resultam em memórias individuais e estabelecidas a partir de particularidades oriundas de diferentes condições de socialização que, por sua vez, influenciam na formação da consciência (KOSELLECK, 2014).

Essas condições, segundo Koselleck (2014), podem ser estabelecidas através da comunidade linguística, de ideologias, religiosidade, filiação partidária, visão a partir da geração velho x novo, identidade de gênero e classe social. Dessa forma, considerando que condições sociais pré-estabelecidas influenciam na narração das vivências, na seleção de pessoas para as entrevistas orais se buscou diversificar gênero e o emprego em diferentes ofícios dentro da indústria.

Pensar em preceitos que englobem pessoas de diferentes condições sociais, de certo modo, inibe a possibilidade de uma retórica holista (CANDAU, 2021), pois de antemão se estabelece uma relação de memórias individuais, a partir de vivências distintas.

Entendo por “retóricas holistas” o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. (CANDAU, 2021, p. 29)

O conceito de retórica holista estabelecido pelo antropólogo contemporâneo Joël Candau (2021) enfatiza que a memória deve ser pensada a partir da individualidade das pessoas. Isso porque segundo o autor, mesmo que as pessoas pertençam a grupos com características comuns, a memória é um atributo complexo demais para ser generalizado, pois depende de situações específicas para cada ser. O autor discorre sobre o conceito de memória coletiva, alertando que se trata antes do que ele chama de metamemória do que, de fato, de uma memória comum a cada indivíduo envolvido em determinado grupo social.

Todavia, além do conceito de metamemória, para Candau (2021) o conceito de memória é interdisciplinar e, sobretudo, uma capacidade inerente ao ser humano, podendo ser classificada como protomemória; memória de alto nível e metamemória.

A protomemória é relacionada a questões neurobiológicas. Ela é equivalente à memória hábito, diz respeito à capacidade neurobiológica que possuem os seres humanos em reproduzir determinadas ações sem que haja, necessariamente, uma reflexão sobre o que se está fazendo, por exemplo quando andamos, ou falamos, estamos trabalhando a partir da nossa protomemória. A memória de alto nível, para o autor, diz respeito à capacidade de recordar e reconhecer; nesse sentido, é a faculdade cognitiva que as pessoas têm de identificar questões ligadas às vivências

que tiveram. Por fim, a metamemória seriam as representações que as pessoas fazem sobre aquilo que reconhecem e lembram.

De tal maneira, a memória coletiva seria possível se considerarmos que ela é uma representação sobre uma suposta memória comum e não necessariamente algo compartilhado de forma mútua pelas pessoas, no caso dessa pesquisa, pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores do Moinho Joinville.

O conceito de memória coletiva foi estabelecido pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), no início do século XX, a partir de suas pesquisas pioneiras sobre a memória. No entanto para o Antropólogo Jöel Candau, a memória coletiva pode existir no plano discursivo, mas não no plano concreto, assim, o autor constrói um contraponto em relação ao conceito apresentado por Halbwachs. Candau (2021) afirma que as tentativas de descrever a memória coletiva são reducionistas pois não distinguem a “competência” da “performance da memória”. De tal maneira, temos que a capacidade de lembrar, armazenar lembranças, é um aspecto da memória, a evocação ou verbalização são outros aspectos que estão ligados a representações ou retóricas que a pessoa deseja externalizar.

A noção de memória de Halbwachs (2006) enuncia a ideia de um emaranhado coletivo formado por vários pontos de vista individuais. O autor afirma que nunca estamos sozinhos, pois sempre a memória parte de conhecimentos e ideias compartilhadas que são admitidas e incorporadas entre as pessoas. Para Candau (2021) essa questão está ligada ao fato da memória ser social e não coletiva.

Da mesma forma, o historiador Alessandro Portelli (1997), especialista em História Oral, considera que a memória é composta por diversas versões do passado. O autor ressalta o caráter subjetivo desse processo para discorrer que esse ele é individual e social, ocorrendo de forma dinâmica:

Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. (PORTELLI, 1997, p.16)

Nessa pesquisa, a memória do trabalho emerge como uma noção que considera a capacidade de lembrar o vivido e os discursos contidos na evocação de memórias que é feita no presente. Assim, compreender a memória do trabalho se faz,

sobretudo, a partir da identificação do contexto social do indivíduo e da sua relação com o trabalho. Desse modo, ao utilizar o termo memória do trabalho se faz referência imprescindível às trabalhadoras e aos trabalhadores, pois a memória é uma capacidade humana e é produzida sempre no tempo presente.

Os Princípios de Dublin (ICOMOS, TICCIH, 2011) estabeleceram parâmetros para pensar a conservação de bens considerados patrimônio industrial e, já no preâmbulo, destaca o Patrimônio Imaterial incorporado a “habilidades técnicas, memórias e na vida social dos trabalhadores e de suas comunidades”. Dessa forma, fica evidente o lugar da memória e da vida social nos aspectos intangíveis do campo do patrimônio industrial.

Pensar a relação dos aspectos materiais atrelados aos imateriais é uma forma de potencializar a compreensão da trajetória dessa indústria, uma vez que são identificados os usos inerentes a ela no passado. Para Meneguello (2011, p. 1829) “os edifícios fabris, sem a compreensão dos usos que tiveram e das atividades ali desenvolvidas, são apenas invólucros”. Assim, olhar para uma edificação industrial sem que haja conhecimento sobre os usos e as técnicas ali empregadas, é algo sem sentido.

Marly Rodrigues (2010) afirma que no caminho pela preservação de “testemunhos materiais da organização do trabalho” a falta de valorização da memória relacionada às questões sociais envolvidas nas edificações fabris, pode fazer com que elas se tornem apenas fetiches. Indo ao encontro do pensamento da autora, podemos refletir sobre a relevância da memória de trabalhadores na construção de uma noção que priorize o papel do Moinho Joinville nas relações sociais que perpassaram sua trajetória, de modo a compreender a importância de sua presença, nos dias atuais, enquanto um bem patrimonializado.

Para Rodrigues (2010, p. 40):

Romper o processo de esvaziamento de sentido do patrimônio industrial requer esforços efetivos da sociedade e, em especial, dos órgãos de preservação, de modo que não se percam registros da vida de milhares de homens e mulheres; não se desfaçam paisagens nucleares da identidade de bairros e cidades; não se esbozem valores e conhecimentos socialmente acumulados. E, sobretudo, para que se sustente a formação de uma autoimagem positiva, em grande parte da população do estado, valorizando a memória do trabalho, mais especificamente do trabalho manual, sobretudo o considerado desprovido de arte, pelo caráter repetitivo imposto pela produção em série. (RODRIGUES, 2010, p. 40)

Cabe mencionar que identificar as memórias de trabalhadoras e trabalhadores sobre o Moinho Joinville foi uma forma de construir um sentido a esse patrimônio cultural que se insere nas características do patrimônio industrial.

Além disso, entre as diversas possibilidades de pesquisa, a memória potencializou olhares sobre o Moinho Joinville se tratar de um bem que suscita emoções, histórias, questões sociais e vivências compartilhadas de tal maneira que se torna um sócio-transmissor que resiste há um século na cidade de Joinville.

2.2 Memórias de trabalhadores por meio da metodologia da História Oral

Entre outras possibilidades, a História Oral é uma metodologia que pode ser utilizada para identificar memórias. Essa metodologia se institui a partir de um processo que vai desde a seleção das pessoas que serão entrevistadas, a produção de um roteiro preestabelecido, o registro e a guarda da entrevista oral, a análise, a transcrição que é o tratamento que se dá a esse novo documento que emerge, e a disponibilização por meio de publicações de pesquisas ou da guarda em arquivos para consultas futuras. Esse processo na pesquisa atual foi feito seguindo os parâmetros do Laboratório de História Oral da Univille – LHO/Univille e foi aprovado por meio de projeto submetido à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

As entrevistas orais quando ajustadas à metodologia da História Oral, tem valor documental (ALBERTI, 2003a) e constituem uma construção de fontes de pesquisa, ainda não existentes. Destarte, para que sejam utilizadas como fonte é necessário que seu uso seja autorizado pelas pessoas entrevistadas de forma efetiva através dos termos de consentimento livre e esclarecido e de doação de uso de imagem e vídeo.

As gravações bem como os documentos de autorização de uso ficam guardados pela pessoa responsável pela pesquisa por no mínimo cinco anos, podendo, caso autorizado pelos entrevistados, ser doados para acervos institucionais como o LHO, onde ficam sob guarda permanente podendo ser mobilizados para outras pesquisas observando restrições específicas a cada material, quando for o caso.

O uso de fontes orais difere do uso de qualquer outro tipo de fonte, possui um caráter que coloca as pessoas entrevistadas como protagonistas das vivências que

tiveram outrora podendo [...] “devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (THOMPSON, 1992, p.22). Para quem pesquisa, o uso desse tipo de fonte exige sensibilidade na abordagem para que haja aproximação com os sujeitos e suas histórias de vida, o que vai permitir observar como eles interpretam o que viveram, como pontua Leite (2020, p. 244):

Essa modalidade de documento permite nos aproximarmos dos sujeitos históricos e de suas práticas sociais, de modo a enfatizar o ser humano como atuante na constituição da vida em sociedade, expressando suas expectativas, experiências, sonhos e contradições. Em outras palavras, como cada indivíduo lê, interpreta e apresenta suas vivências num determinado espaço e tempo.

O estudo de fontes orais além de possibilitar identificar narrativas marginais, isso é, que estão às margens da História escrita e de narrativas hegemônicas, permitem pensar as subjetividades envolvidas na sua construção. De tal forma, se viabiliza identificar e compreender questões individuais que compõe a performance da memória como afirma a historiadora Carla Lisboa Porto (2021, p. 27) “o modo de pronunciá-las [palavras], frases incompletas, ou repetidas, digressões, mudanças súbitas de assunto, gestos, expressões faciais entre outras reações possíveis, também constituem a narrativa”.

O lugar da memória do trabalho está ligado aos conhecimentos, técnicas e vivências, nas quais se incluem a convivência e suas diversas formas de sociabilidade. De toda forma, a memória do trabalho está ligada à organização de trabalhadores em suas rotinas de labuta nas estruturas dos diferentes modos de produção. Para a historiadora Cristina Meneguello (2011) os estudos recentes sobre a organização de trabalhadores têm originado pesquisas que registram ofícios extintos de trabalho, assim como tem possibilitado “[...] os estudos sobre os modos de trabalho, moradia, lazer e organização da indústria do aço, química, automobilística, naval, têxtil entre tantas outras [...]” (MENEGUELLO, 2011, p. 1828).

A História Oral alinhada à proposta de dialogar com memórias do trabalho, além de instituir trabalhadores como protagonistas do patrimônio industrial e de registrar ofícios não mais em exercício, contribui para pensar o patrimônio como vivo e em processo (ROVAI, 2021). Nesse sentido, os espaços fabris atrelados às narrativas ligadas a eles, são mobilizados, são deslocados para a história presente, chamados para o diálogo permitindo também o “[...] reconhecimento histórico aos operários,

tantas vezes negligenciados por uma noção de patrimônio monumental, institucional ou empresarial”. (ROVAI, 2021, p. 135).

A narração sempre atualizada a cada repetição (SARLO, 2007), permite identificar a metamemória de narradores e, mais do que isso, a problematizar. Assim, a presente pesquisa mobiliza a metodologia da História Oral não apenas para registrar relatos, mas sobretudo para dialogar com eles, problematizar as questões que são trazidas sob a perspectiva da escuta e do diálogo. A problematização de memórias de trabalhadores permite que se pense sob a ótica de que memórias não são irrefutáveis, toda fonte documental deve ser passível de análise crítica, do contrário, os resultados da pesquisa não serão éticos e coerentes.

Para Portelli (1997) sempre embutir razão às narrativas do outro é a pior forma de paternalismo. O autor afirma que questionar a pessoa entrevistada pode contribuir para uma explicação mais rica, resultando em um relato ainda mais detalhista. Portelli (1997) ressalta que a História Oral trabalha com discurso e com diálogo e que a postura do pesquisador não deve ser encenada em um papel de neutralidade, mas que a partir da objetividade científica possa assumir a interpretação das narrativas:

A objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais. (PORTELLI, 1997, p. 26)

Desse modo, na presente pesquisa buscou-se realizar interpretações com fidedignidade e respeito para com a pessoa entrevistada, mas considerando antes de tudo que a subjetividade da memória é espaço de representações que dependem de quem as narra. E, a interpretação deve ser pautada com base nessa premissa para que haja ética profissional, mas, sobretudo, como postula Portelli (1997, p. 27), ética como cidadãos comprometidos com a “democracia, liberdade, igualdade e diferença”.

2.3 Produção científica sobre memória no campo do patrimônio industrial: um estudo do estado da Arte

Os dados aqui apresentados são fruto de um estado da arte⁷ relacionado ao Campo do patrimônio industrial e da Memória do Trabalho. Objetivando problematizar os caminhos pelos quais as discussões desta temática foram percorridas, mapeadas as principais áreas do conhecimento, linhas de pesquisa e teorias mobilizadas. O ponto de partida foi a pesquisa em publicações existentes em base de dados de periódicos, a sistematização dos dados encontrados e a análise final. A pesquisa foi desenvolvida entre os dias nove e catorze de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Considerando que as pesquisas sobre o patrimônio industrial, de forma geral, são consideradas recentes na América Latina, o estado da arte oportunizou compreender problemáticas emergentes que poderiam ser pensadas a partir da memória do trabalho.

Os periódicos consultados foram disponibilizados em plataformas digitais de pesquisa através das quais foram inseridas palavras-chave predeterminadas, no português e no inglês. Assim, a partir dos operadores *Booleanos*, as palavras-chave utilizadas foram “Patrimônio Industrial” (entre aspas) AND Memória do trabalho (sem aspas) e no inglês “Industrial Heritage” (entre aspas) AND Working Memory (sem aspas). Além disso, as palavras-chave “Patrimônio Industrial” (com aspas) AND Joinville (sem aspas), foram utilizadas para sondar pesquisas mais específicas.

O uso de aspas na pesquisa delimita as palavras compostas para que haja exatidão nos resultados relacionados ao termo, motivo pelo qual foi escolhido não usar aspas em Memória do Trabalho, pois como esse termo diz respeito às narrativas de trabalhadoras e trabalhadores, muitas vezes poderia aparecer como memória social, memória coletiva, apenas memória, dentre outros.

As plataformas digitais acessadas para esta pesquisa contam com vasta base de dados que precisa ser operada com metodologia padronizada. Desse modo, foram consultadas as plataformas da Univille na seção de dissertações do Mestrado do

⁷ O estado da arte é uma metodologia que também é denominada como estado do conhecimento, e se desenvolve a partir da pesquisa em periódicos, livros, teses, dissertações, entre outros, a sistematização dos dados encontrados e a análise final. Esta metodologia, permite compreender as abordagens construídas até o momento da pesquisa, relacionadas ao campo do patrimônio industrial e, mais estritamente, a memória do trabalho.

Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – PPGPCS; o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. As plataformas *Scientific Electronic Library Online* – Scielo e o Banco de dados EBSCO foram consultados, mas se constatou que os mesmos resultados apareceram anteriormente na busca no Portal da Capes⁸.

Na busca, foram identificadas inúmeras publicações, entretanto foi realizada uma sondagem para selecionar os materiais que de fato se relacionavam com o tema patrimônio industrial dentro da perspectiva da Memória do Trabalho. Ficou claro que mesmo com o uso delimitado de palavras-chave, muitos artigos de outras temáticas apareceram. Dentre os temas articulados estão o turismo, as ferrovias, a gentrificação, a desindustrialização, os contextos pós-industriais, a sustentabilidade, a paisagem cultural, o período pós-comunista e as políticas públicas.

Na Plataforma Capes é possível acessar pesquisas nacionais e internacionais. Nesta plataforma, a partir da pesquisa em português, foi constatado o total de 47 resultados. Destes, após sondagem foram selecionados 19 artigos que de fato se relacionam com a temática estabelecida. Ao fazer a busca na mesma plataforma, partindo do uso das palavras-chave em inglês, a quantidade de resultados foi muito maior, totalizando 378. 25 artigos foram selecionados por meio da prévia leitura dos resumos.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD oferece acesso a publicações nacionais e de brasileiros no exterior. A partir da delimitação das palavras-chave, nesta plataforma foram encontradas 38 pesquisas entre teses e dissertações, e destas, 9 foram selecionadas. No EBSCO, dentro da temática apenas 1 publicação, entre 40, foi selecionada, sendo que algumas já haviam sido identificadas na Plataforma de Periódicos da Capes.

No site da Univille foram identificadas 4 dissertações sobre o patrimônio industrial sendo que a pesquisa neste espaço não comporta a busca através de palavras-chave, e foi necessário abrir as publicações de cada ano e analisá-las para selecionar aquelas com interesse de leitura.

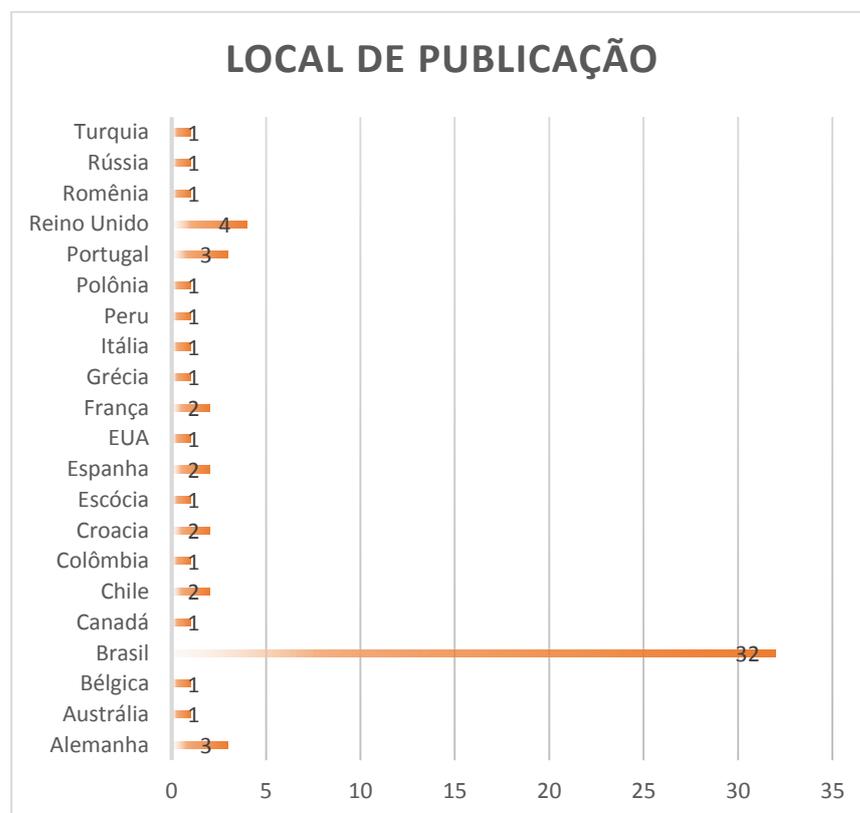
⁸ O acesso ao EBSCO e à Capes é facilitado através do site da Univille pois a instituição é conveniada.

A partir do uso direcionado das palavras-chave “Patrimônio Industrial” AND Joinville, na Plataforma de Periódicos da Capes foram identificados 4 resultados, sendo que um destes, já havia sido encontrado na busca anterior e outro não comportava a temática proposta, restando dois de interesse para esta pesquisa.

Após a identificação das publicações relacionadas ao recorte temático proposto, foi feito o *download* dos arquivos em PDF e deu-se início à sistematização de dados. Os dados coletados foram projetados no *Microsoft Excel*, obedecendo as seguintes categorias: número de ordem, título, autoria, instituição de publicação, local de publicação, data de publicação, área do conhecimento, palavras-chave, resumo, tipo e plataforma pesquisada. A delimitação dessas categorias foi pensada levando em consideração a amplitude que pode apresentar o tema, permitindo que se chegue a um diagnóstico mais preciso quanto às especificidades de cada publicação.

Esse material foi organizado e resultou em tabelas e gráficos que expõem, de forma sistematizada, os resultados obtidos. A primeira análise que se faz é em relação ao local de publicação destas pesquisas. Ficou demonstrado que, embora vários países abordem a questão do patrimônio industrial, em relação ao uso da Memória do trabalho ou partindo da identificação de narrativas de trabalhadoras e trabalhadores, o Brasil é o país que se sobressai. Foram identificadas 32 publicações nacionais e, para além delas, outras nacionalidades como Reino Unido, Alemanha, Chile, Portugal, dentre outras, cuja distribuição quantitativa pode ser vista na Figura 3, totalizando 60 publicações.

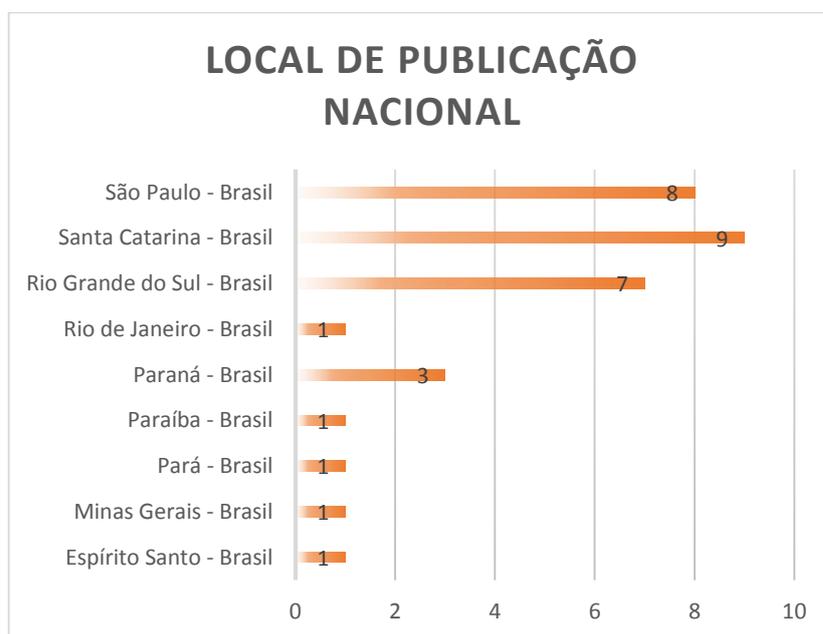
Figura 3 – Número de publicações relacionadas à temática da memória do trabalho a partir do patrimônio industrial por países



Fonte: Da autora.

Com relação às pesquisas realizadas no Brasil, relativas ao tema, por sua vez, foi constatado que a maior parte das publicações é oriunda dos Estados de Santa Catarina (9), São Paulo (8), Rio Grande do Sul (7), Paraná (3), seguidos por Rio de Janeiro, Paraíba, Pará, Minas Gerais e Espírito Santo, Estados com uma publicação cada um, conforme mostrado na Figura 4:

Figura 4 – Número de publicações sobre a temática da memória do trabalho a partir do patrimônio industrial, por estado da federação



Fonte: da autora.

Outro importante dado a ser analisado é o ano das publicações. No estado da arte foi identificado que as publicações ocorrem com uma frequência mais estável a partir de 2011. Embora já houvesse publicações em meados dos anos 1990, é no século XXI que o campo acadêmico parece olhar com maior atenção ao objeto do patrimônio industrial atrelado à construção de uma Memória do Trabalho.

Partindo de uma amplitude maior, o patrimônio cultural no Brasil passa a ser institucionalizado na década de 30, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Como já mencionado, o processo de compreensão e instauração de salvaguarda foi marcado por um percalço que levou muitos anos para chegar ao reconhecimento do patrimônio industrial como alvo, conforme aponta Meneguello (2011):

O barroco colonial, ao contrário, era aceito como a primeira manifestação cultural brasileira. Sem essa aura de origem muito foi apagado: não apenas o ecletismo como tudo o que se referia à contribuição do imigrante, à experiência da urbanização intensa e à nascente indústria e suas marcas no tecido urbano.

Esse tardio reconhecimento influencia diretamente aspectos da preservação desse patrimônio. Um resultado disso pode ser a forma que esses bens são preservados, a arquiteta Beatriz Kühl (2006) chama a atenção para o fato de a questão

do restauro de bens industriais ser discussão recente e tratada fora do campo de restauro de bens culturais, como sendo um método à parte.

Por se tratar de um campo recente, há especificidades que precisam ser pensadas relacionadas tanto à salvaguarda de inúmeros bens que deixaram de ser mantidos, como também na produção científica, já que as discussões, os parâmetros e aportes legais são ainda recentes, especialmente na América Latina, como afirma Meneguello (2011, p. 1824):

Os países latino-americanos começaram a encarar seriamente a necessidade de preservação de seu patrimônio industrial apenas durante as últimas décadas, em especial devido à vasta destruição de fábricas, armazéns e outros símbolos do período industrial, além da dos símbolos dos séculos precedentes, como engenhos de açúcar e equipamentos relacionados à atividade mineradora

Em relação ao TICCIH Brasil, em 2019 tivemos a primeira edição do livro **Série TICCIH Brasil Novas perspectivas** que é um compilado de publicações relacionadas ao patrimônio industrial e discussões nacionais. Essa primeira obra foi organizada por Eduardo Romero de Oliveira e tem como foco o patrimônio ferroviário, incluindo um artigo que aborda as terminologias das cartas patrimoniais e discute a expansão dos conceitos na atualidade.

Além dessa obra, o TICCIH produziu outras três edições dessa série, uma em 2020 e outras duas em 2021. A quarta e mais recente edição é dividida em três partes denominadas “Patrimônio Industrial da industrialização recente”, “Memória do Trabalho” e “Forma, função e uso”. Organizada por Cristina Meneguello, Eduardo Romero e Silvio Oksman oferece discussões densas focalizando a narrativa de trabalhadores sobre indústrias brasileiras.

De acordo com a Figura 5, foi possível constatar que há maior quantidade de publicações nos anos de 2013, 2018 e 2019. Essas publicações podem ter sido influenciadas por congressos e simpósios que ocorreram no Brasil e no exterior, sendo que se pode constatar, em 2012, o VI Colóquio Latino-Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial que ocorreu em São Paulo; em 2018 o XVII Congresso Internacional em Santiago no Chile onde estiveram presentes 39 países, dentre os quais o Brasil e, em 2019, o I Encontro Nacional Arte & Patrimônio Industrial também em São Paulo.

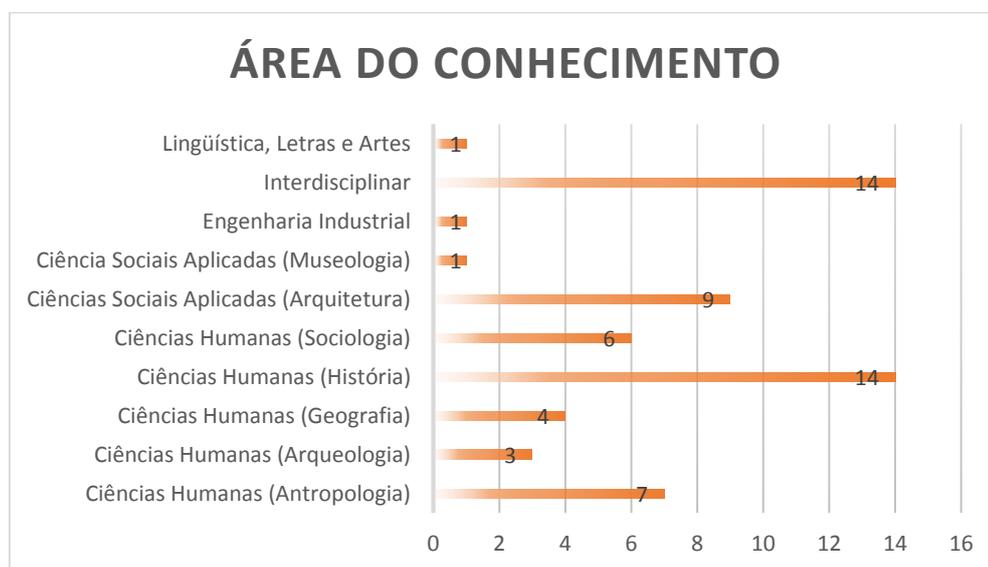
Figura 5 – Produções brasileiras sobre memória do trabalho relativamente ao ano de sua publicação



Fonte: da autora.

Para finalizar a análise dos dados é importante pensar as principais áreas do conhecimento mobilizadas nas publicações investigadas. Nesta parte da pesquisa foi notado que a área das Ciências Humanas é a que possui a maior quantidade de publicações se sobressaindo as áreas de História e a Interdisciplinar precedidas pela Arquitetura e Antropologia (FIGURA 6).

Figura 6 – Quantidade de Publicações sobre memória do trabalho por área do conhecimento



Fonte: Da autora

A área interdisciplinar, no caso do recorte feito na Figura 6, representa especialmente Programas de Pós-Graduação em patrimônio cultural, de modo que ocupa um importante destaque na quantidade de publicações ligadas ao tema em questão.

Analisando as publicações encontradas, percebe-se que embora a maioria das pesquisas envolvendo Memória do Trabalho utilize como metodologia a História Oral a partir de entrevistas, existem outras alternativas metodológicas, a exemplo do uso de documentos iconográficos e narrativas autobiográficas. As áreas mobilizadas notabilizam as diversas formas de abordar o tema partindo de objetos distintos e fomentando as discussões sobre a Memória do Trabalho no campo do patrimônio industrial.

Uma das possibilidades encontradas pelos autores foi o recorte de gênero. A socióloga britânica Maria Tamboukou, em seu artigo intitulado *Educating the seamstress: studying and writing the memory of work* (2013), utilizou esse recorte para produzir uma investigação sobre a Memória do Trabalho das mulheres. Ela faz uma análise das experiências de trabalhadoras da primeira metade do séc. XX nos EUA. Utilizando as narrativas de Rose Pesotta, que segundo a autora, foi “uma líder sindical anarquista e uma das poucas mulheres vice-presidentes na história do Sindicato Internacional de Trabalhadores em Vestuário Feminino” (TAMBOUKOU, 2013).

Também foi evidenciada, embora em menor quantidade, uma abordagem a partir da Arqueologia Industrial, como é o caso do artigo *The Memory of Work and the Future of Industrial Heritage: new Issues Five Years Later*. Este trabalho, de 2011, elaborado pelo sociólogo espanhol Juan José Castillo, estuda questões relacionadas à criação de arquivos voltados para o mundo do trabalho. Partindo da arqueologia industrial ele identifica a Memória do Trabalho como parte da cultura industrial. Nas palavras-chave empregadas pelo autor se destacam as seguintes: cultura de trabalho, patrimônio intangível, pesquisa sobre memória e cultura.

Outra alternativa de investigação dentro deste campo de pesquisa que foi identificada nas publicações é o recorte temático através da Musealização de espaços fabris, como é o caso do artigo intitulado *Manufacturing nostalgia: the case study of an industrial museum in New England* (2015) da antropóloga Agnieszka Pasieka, que faz uma relação entre um Museu da indústria com a narrativa operária. Pasieka analisa o *New Britain Industrial Museum* partindo das narrativas voluntárias de ex-operários, funcionários do Museu e as exposições para problematizar as mudanças no contexto pós-industrial da Inglaterra.

Na área da arquitetura há a preocupação em construir uma relação entre os bens fabris que carregam arquitetura específica e a vivência de trabalhadores e comunidades industriais, como é o caso do artigo intitulado *Voces que construyen memoria colectiva. La dimensión inmaterial del patrimonio industrial en la Población Obrera Sociedad Explotadora de Tierra del Fuego, Punta Arenas, Chile*, de Ojeda; Garrido e Díaz (2019).

Publicado no Chile, o artigo de Ojeda; Garrido e Díaz (2019) faz uma análise sobre o patrimônio industrial *da Sociedad Explotadora de Tierra del Fuego*, partindo de noções em torno da imaterialidade. Os autores pesquisaram a comunidade industrial que foi desintegrada após processo de mudança no modo de produzir que era relacionado à pecuária, partindo da ideia de explorar a memória coletiva, reivindicando um legado ligado à arquitetura e suas dimensões socioculturais.

A arquiteta Deborah Regina Leal Neves (2019), por sua vez, faz uma análise sobre indústrias têxteis de São Paulo que foram objeto de solicitação de tombamento por cidadãos preocupados com a preservação de memórias em torno dos bens. Apesar do foco central versar em torno dos usos desses bens, a análise do

tombamento que a autora faz diz respeito às narrativas da comunidade sobre o patrimônio industrial.

Um exemplo de pesquisa interdisciplinar, é a dissertação de Jossana Peil Coelho (2017). Ela não cita o termo memória do trabalho mas, de forma ampla, utiliza a Memória Social, propondo construir um inventário de memórias a partir de entrevistas sobre a Indústria Laneira Brasileira S.A. A pesquisadora identifica o bem em estudo como um patrimônio industrial evocador de memórias e elemento central de uma paisagem cultural, fato que nos permite avaliar o teor interdisciplinar da pesquisa que estabelece junto com a construção de uma memória do trabalho a discussão sobre paisagem cultural.

É possível perceber que a relação entre Memória do Trabalho e o trabalho muitas vezes é abordada como memória operária, como é o caso da pesquisadora Simone Scifoni (2013). Partindo da área da Geografia, a autora analisa o sentido político da permanência de “lugares de memória operária”, produzindo um olhar que explora os espaços e vilas fabris enquanto mantenedoras de significados simbólicos ligados aos cotidianos e condições de vida de trabalhadores. Em suas palavras-chave direciona a pesquisa para memória, lugar de memória e operariado que remetem à investigação relacionada ao recorte temático que se busca neste estudo.

No que tange à questão do patrimônio industrial de Joinville, Christiane Heloisa Kalb e Mariluci Neis Carelli (2015), fazem uma análise das narrativas sobre Ferramentarias de Joinville. A partir de entrevistas orais realizadas com trabalhadores ativos e aposentados, avaliam aspectos materiais e imateriais sem citar especificamente a construção de uma Memória do trabalho. Este Artigo publicado na Revista **História**: Questões e debates da Universidade Federal do Paraná – UFPR, vem do desdobramento de uma dissertação produzida no PPGMPCS da Univille, defendida em 2012.

No ano de 2020 o historiador Tiago Castaño Moraes publicou o artigo intitulado Patrimônio, indústria e cerveja: olhares sobre a antiga Cervejaria Antártica em Joinville/SC, Brasil, fruto de um desdobramento de sua dissertação defendida na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Nesta pesquisa, o autor tem como objeto de estudo a fábrica de cerveja Antártica de Joinville, considerado um patrimônio cultural da cidade e faz uma análise do processo de industrialização e

sobre os movimentos trabalhistas, possível motivo pelo qual o termo que utiliza para se referir à memória seja Memória Operária.

Partindo da noção de Memória Social, o artigo “Um novo olhar sobre o patrimônio comercial: os secos e molhados em Joinville/SC” discute questões sobre o Patrimônio Comercial partindo dos preceitos do campo do patrimônio industrial. Este artigo elaborado por Pavanello e Guedes (2013), utiliza entrevistas orais e outros documentos para pensar a relação da população com bens comerciais, possibilitando a construção de uma Memória de Trabalho voltada para casas de comércio.

De tal maneira, em relação aos patrimônios ligados à definição de patrimônio industrial existente na Carta de Nizhny Tagil, alguns setores de Joinville já têm pesquisas iniciadas, se sobressaindo as pesquisas interdisciplinares a partir do campo do Patrimônio cultural. Além dos estudos citados, sobre a antiga cervejaria Antarctica, o setor ferramenteiro e o setor comercial, têm-se os trabalhos sobre o conjunto Wetzel, pesquisado por Sieli Haynosz em 2014 e sobre a (i)materialidade em torno do patrimônio industrial, por Carvalho em 2013.

Em relação ao bem em estudo, o Moinho Joinville, nas bases de dados consultadas para esta pesquisa, nenhuma publicação foi identificada. No entanto, através de busca no *google* pelo nome de identificação do bem, foram encontrados dois Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, ambos produzidos na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e estão inseridos na área da arquitetura. O primeiro deles, intitulado Moinho Joinville: motor de reapropriação do território, foi produzido em 2014 por Mariana Colin Stelzner. Neste trabalho, Stelzner tece considerações sobre a manutenção da memória coletiva e ressignificações do espaço para usos na atualidade e insere uma proposta de ocupação a partir de um projeto arquitetônico.

Stelzner delimita uma área de estudo e discorre sobre histórico, evolução urbana, ocupação industrial, aspectos urbanísticos e arquitetônicos, mudanças na estrutura da edificação, visibilidade do bem, aspectos culturais, dentre outros. O trabalho contém uma diversificada quantidade de fotografias sobre o Moinho.

O segundo TCC encontrado, foi produzido por Júlia Mayer Alves de Santana no ano de 2018. Intitulado Moinho Joinville: memória, arte e lazer, este estudo resulta em um projeto relacionado à ocupação do Moinho Joinville para usos voltados à cultura e lazer partindo, conforme a autora, de três pilares “a memória, o espaço público e a dança”.

Esses trabalhos, que nos projetam um olhar sobre as memórias de trabalhadoras e trabalhadores, remetem justamente à questão intangível do patrimônio industrial, o que é fundamental para desmistificar esse campo enquanto espaço que se prima meramente sobre máquinas e objetos, pois, para além de qualquer material operado, existe o operante, existe a técnica, o ofício e as relações humanas, conforme ressalta Meneguello (2011, p. 1819):

A indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial (os saberes, as rotinas de trabalho, as práticas cotidianas), também em veloz processo de desaparecimento.

Cristina Meneguello faz uma análise do campo de pesquisa do patrimônio industrial, mencionando a temática da memória do trabalho, conceituando e historicizando o desenvolvimento da pesquisa aqui no Brasil. Cabe mencionar que a intenção de pesquisar sobre o patrimônio industrial sob a ótica da Memória do Trabalho parte justamente de leituras de trabalhos dessa autora, a qual tem um legado vasto de contribuição no campo do patrimônio industrial, sendo, inclusive, algumas dissertações como a de Vichnewski (2004) e Santos (2019), selecionadas para análise e que foram orientadas por ela.

O termo Arqueologia Industrial, não menos importante nos estudos do patrimônio industrial, foi encontrado em menor quantidade dentro do recorte proposto. Essa disciplina, compreendida como uma “arqueologia contemporânea” por Cordeiro (2004), muitas vezes é relegada às práticas investigativas mais próximas dos estudos da cultura material, muito embora seu conceito abranja relações de produção, que tem como protagonistas as trabalhadoras e os trabalhadores. Para Cordeiro (2004, p. 10) a arqueologia industrial:

[...] concilia a vertente arqueológica da pesquisa, estudo, registro e, eventualmente, escavação dos sítios industriais, com a vertente histórica da interpretação de todas as fontes disponíveis (materiais, documentais, orais) de forma a reconstruir uma mais rigorosa panorâmica do passado.

Partindo disso, é possível pensar a construção de uma memória do trabalho também através desta disciplina. O fato de existir um olhar que distancie a cultura

material da imaterial pode ocasionar um afastamento entre as áreas ao invés de aproximar.

Embora a área das Ciências Humanas seja a principal mobilizada, as Ciências Sociais Aplicadas como a Arquitetura tem desenvolvido pesquisas extremamente importantes que conversam sobre os usos, ocupação, preservação e significados através das edificações que permitem pensar a patrimonialização desses espaços já que muitos perderam, através do tempo, seu uso original.

Ficou evidente com o estado da arte que a pesquisa dentro do recorte temático delimitado, vem ganhando espaço de teorização e dialogando com diversas áreas de conhecimento e diversos setores da sociedade. Dentre as teorias empregadas no recorte temático da pesquisa, a memória social aparece com bastante frequência, possibilitando um olhar sobre as narrativas e representações coletivas e individuais de trabalhadoras e trabalhadores que permearam e permeiam ainda hoje, os espaços da indústria. As moradias e condições operárias são também espaços de investigação de práticas que se transformam junto com novas demandas e tecnologias.

3. A HISTÓRIA DO MOINHO JOINVILLE

O Moinho Joinville, foi uma Indústria sobre a qual poucas pesquisas discorreram de forma aprofundada. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é conhecer a formação histórica do Moinho Joinville, qual seu papel na Indústria de Santa Catarina e quais as retóricas construídas sobre ele ao longo do tempo. Para tanto, a metodologia adotada foi a pesquisa documental por meio da análise de jornais e iconografia e a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa documental foi feita a partir da análise de fontes disponibilizadas por diferentes instituições. Por meio desses documentos buscou-se construir uma trajetória do Moinho Joinville e através dela, identificar aspectos da memória do trabalho que remetem ao patrimônio industrial.

Tratando-se de jornais, localmente, o Arquivo Histórico de Joinville - AHJ oferece a consulta *in loco* de jornais que foram digitalizados com apoio de celular e armazenados no computador em pasta específica. Já o site da Biblioteca Nacional Digital, por meio da Hemeroteca Digital, dispõe de um rico acervo de jornais digitalizados que foram acionados a partir da busca por palavras-chave que, quando ao encontro das informações buscadas, foram armazenados em pasta própria.

Em relação às fontes iconográficas, o principal acervo consultado foi o do AHJ que conta com um catálogo digital completo, comportando fotografias, cartões postais, dentre outras imagens. A maioria dessas imagens encontra-se digitalizada e pode ser acessada através de solicitação via *email*, enquanto outras puderam ser consultadas *in loco*, as quais foram fotografadas e armazenadas em pastas específicas para a pesquisa presente. Além dessas, também foram mobilizadas imagens disponibilizadas na internet em redes sociais abertas, em acervos particulares ou em matérias de jornais.

Outro importante documento articulado na pesquisa é o Processo de Tombamento do Moinho Joinville (JOINVILLE, 2009). Esse processo atualmente conta com dois volumes, somando 456 páginas, e é mantido e disponibilizado pela Unidade de Patrimônio e Museus da Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT de Joinville. O Processo foi iniciado no ano de 2009, através de iniciativa do Município de Joinville, pela então Coordenação de Patrimônio Cultural – CPC da extinta Fundação Cultural

de Joinville e armazena dados sobre o Moinho Joinville desde então até os dias atuais, haja vista que todas as intervenções neste bem devem ser documentadas.

Junto ao Processo estão anexos documentos como Atas que contém recomendações e deliberações, minutas de ofício para comunicação interna entre setores da prefeitura, ofícios, correspondências, o Laudo Pericial, o Laudo Pericial de Elementos Arqueológicos, além de documentos como escrituras contendo averbações. Pela complexidade da leitura desses documentos foi utilizada uma ficha de análise, que pode ser contemplada no Apêndice E⁹.

O tratamento dispendido para as fontes selecionadas, deu-se através de análise e interpretação crítica dos materiais. O acondicionamento das cópias, permitiu o acesso rápido para que fosse viável a comparação, a análise e a construção de um diálogo, de tal forma que foi possível estabelecer contextos para cada fonte mobilizada. Feito esse caminho, essas fontes foram mobilizadas a partir de bibliografia para fundamentar e problematizar teoricamente seus conteúdos.

Nesse sentido, para as fontes iconográficas, um autor fundamental foi Bóris Kossoy (2001, 2016). Este autor estabelece bases que permitem pensar o registro imagético por meio das intenções que o perpassam. Já para análise de jornais e outros documentos escritos, a historiografia que versa sobre o contexto local, foi essencial.

A primeira parte deste capítulo, intitulada “O Moinho Boa Vista: trajetória de uma indústria centenária”, analisa fontes sobre os primórdios do Moinho onde é possível identificar quem foram os idealizadores do empreendimento, qual foi o contexto que ele foi estabelecido e por quais transformações físicas e tecnológicas passou. Neste capítulo são mobilizados jornais, projetos arquitetônicos e fontes iconográficas. Entre a bibliografia consultada para este capítulo estão Guedes (2005), Ficker (1965), Goularti e Moraes (2017), Rocha (1994), Thiago (1988), Oliveira (2021) e Costa e Silva (2013).

Posteriormente, em “Testemunho do tempo: transformações no espaço físico”, é feita uma análise sobre as mudanças no espaço físico do Moinho Joinville. Para esta parte da pesquisa foi fundamental o Laudo Pericial do Tombamento do Moinho

⁹ Esta ficha foi elaborada de forma coletiva pelo grupo de estudos do patrimônio industrial – PAIN, estabelecido por meio do projeto já mencionado, “Entre lugares e memórias: um estudo histórico sobre patrimônio industrial e políticas de desenvolvimento no norte de Santa Catarina (século XX - XXI)”, financiado pela FAPESC. Desse modo essa ficha é concebida como uma metodologia padrão utilizada para analisar outros bens industriais da cidade de Joinville, por pesquisadores ligados ao mesmo projeto.

(SILVA. et. al., 2013), que contém uma descrição arquitetônica da edificação, além de um histórico e uma recomendação de preservação. Foram consultados projetos arquitetônicos, fontes iconográficas e, na bibliografia, há destaque para Silva (1975) e Ternes (1993).

No subtítulo denominado “A iconografia de um patrimônio industrial: retóricas sobre o Moinho Joinville”, é feita uma discussão sobre a análise de retóricas em torno de fontes iconográficas. A bibliografia mobilizada para teorizar e articular as fontes documentais contou com os seguintes autores Guedes (2003 e 2005), Giane Maria de Souza (2009), Sirlei de Souza (2005), Coelho (2011), Meneses (2003), Menguello (2021), Kossoy (2001; 2016), Haynosz (2014), Kalb e Carelli (2015), Stelzner (2014), Santana (2018), Rocha (1994) e Goularti Filho (2007).

3.1 O Moinho Boa Vista: trajetória de uma indústria centenária

A colonização de Joinville, por meio da Colônia Dona Francisca, teve início, oficialmente, no ano de 1851, com a chegada de imigrantes vindos, em sua maioria, de regiões da Europa. No Brasil, houve um grande movimento de vinda de imigrantes nesse período dados os diversos acontecimentos da época, dentre os quais a necessidade de povoamento, e a procura por mão de obra, que se fazia necessária dadas as leis que restringiam o trabalho escravo no país. Em relação à Colônia Dona Francisca, para Guedes (2005), o emigrante ao deixar sua residência, buscava uma vida melhor:

Para alguns, havia a possibilidade da posse da terra; para muitos, a possibilidade de enriquecimento rápido, seguido de um retorno em melhores condições financeiras; para outros, a liberdade política que lhes fora tirada na Europa e a ideia de construir uma nova vida em outro local. (GUEDES, 2005, p. 19)

O perfil dos imigrantes que colonizaram a região era muito diversificado, o que permitia mão de obra para subsidiar a subsistência. Guedes (2005) analisa que a vinda de muitos desses imigrantes tinha cunho político e que dentre eles:

[...] alguns pertenciam à elite em seus países e trouxeram grandes somas em dinheiro, suficientes para começarem um novo negócio no Brasil. Esses imigrantes formaram, posteriormente, a elite local e acabaram constituindo e conduzindo a maior parte dos eventos

políticos, econômicos e sociais da cidade. Os mesmos nomes são encontrados em todos os lugares: na superintendência, na direção da colônia, nas comunidades religiosas, nas sociedades culturais, na Câmara de Vereadores, na maçonaria e em tantos outros “centros de poder”. (GUEDES, 2005, p.19)

Para Goularti Filho (2017, p. 22):

O processo de ocupação e colonização em Santa Catarina, na longa duração, foi, ao mesmo tempo, de transformação de economias naturais em mercantis e de formação de um mercado interno que criasse as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital.

O surgimento das primeiras indústrias em Joinville, data de períodos muito próximos desse movimento de imigração e tem como protagonistas pessoas ligadas, na maioria das vezes, às elites. Para Isa Rocha (1994) o surgimento de indústrias em Joinville acompanhou o fluxo nacional, mas apresentou aspectos específicos. A autora oferece um compilado de empresas que surgiram entre 1856 e 1920 na cidade, dentre as quais ela cita a Companhia Wetzel Industrial (1856)¹⁰, o Mercado Municipal (1906) e a Cervejaria Tide (1914).

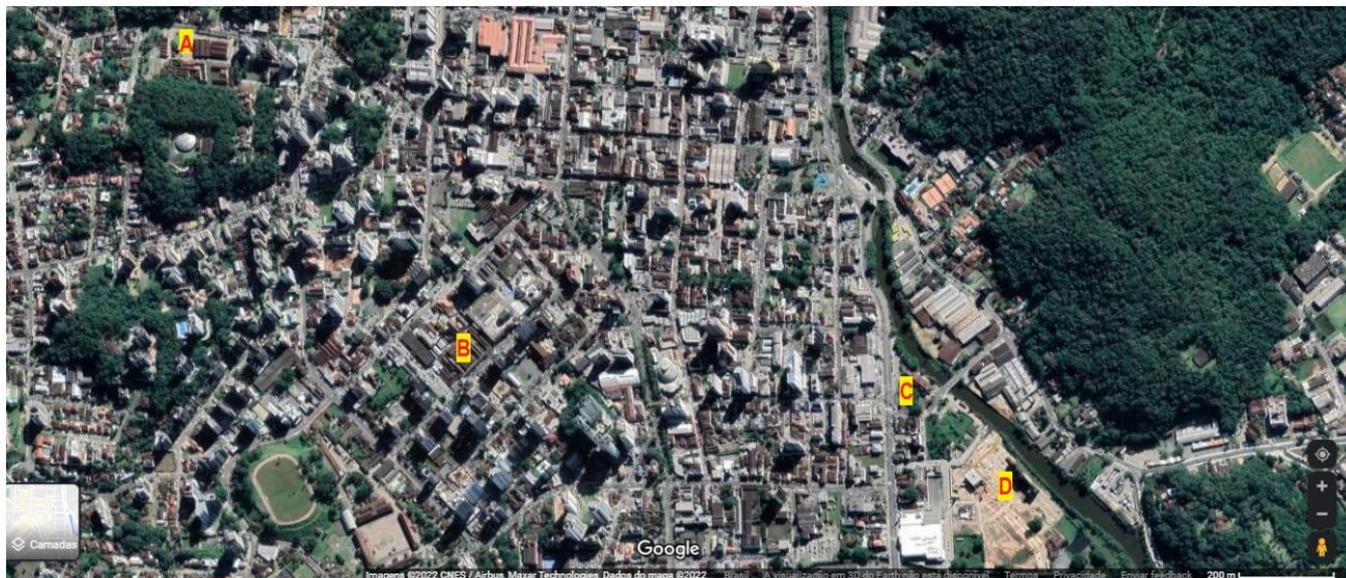
Esses bens, assim como o também citado Moinho Joinville, testemunharam processos comerciais dos primórdios da economia joinvilense e continuam fazendo parte da paisagem local. A Companhia Wetzel Industrial, a Cervejaria Tiede, conhecida hoje como Cidadela Cultural Antártica¹¹, e o Moinho Joinville são bens tombados que apresentam características de patrimônio industrial. Já o Mercado Municipal, que não é patrimonializado, está mais ligado ao Moinho dada sua proximidade junto ao cais do antigo Porto de Joinville.

Na Figura 7 pode-se identificar a inserção desses bens, que foram selecionados por serem citados por Rocha (1994) e por terem ligação com características do Moinho Joinville. É interessante perceber que a localização deles, hoje é preenchida por uma grande ocupação de áreas, dado o fato de que se desenvolveu ali uma parte significativa da região central de Joinville.

¹⁰ Sieli Haynosz (2014) em sua Dissertação discorre que em 1856 teve início uma produção artesanal de velas e sabão que posteriormente se desdobraria para a referida indústria.

¹¹ Apesar de ter sido fundada pela família Tiede, a edificação abrigou por anos uma fábrica da cerveja Antártica, por esse motivo popularmente é ainda hoje referida pelo nome da marca. Propriedade da Prefeitura Municipal de Joinville, é conhecida por ser ocupada para eventos culturais.

Figura 7 – Mapa de localização Companhia Wetzel, Cervejaria Tiede, Moinho Joinville e Mercado Municipal



A: Cervejaria Tide (Cidadela Cultural); B: Companhia Wetzel Industrial; C (Mercado Municipal); D (Moinho Joinville).

Fonte: Da autora

Goularti Filho (2007) identifica a indústria originária de Santa Catarina nos segmentos extrativos, alimentícios e têxteis. No segmento extrativo, em Joinville, o autor afirma que houve destaque para a atividade madeireira e para o beneficiamento de erva-mate, que foi empreendido pelos primeiros industriais da cidade. O trabalho em torno do comércio de mate influenciou, aos poucos, a economia local, dadas as necessidades advindas da própria atividade.

Da mesma forma, Rocha (1994) afirma que as atividades relacionadas ao comércio de erva-mate influenciaram diretamente o desenvolvimento de outros setores da indústria joinvilense. Para a autora, esse foi o caso da indústria metal mecânica. A necessidade da manutenção e instalação do aparato industrial para o beneficiamento da erva-mate, como os fornos dos engenhos, a manutenção dos carroções que faziam o transporte do produto, as ferraduras dos animais que transportavam as cargas e, até mesmo, a reparação das embarcações para o transporte fluvial foram algumas indústrias que davam apoio ao comércio da erva-mate na época.

Os capitalistas ervateiros, como aponta Moraes (2017a), estavam ligados, simultaneamente, a outras atividades industriais que favoreciam o acúmulo de capital. Muitos deles exerciam forte influência ocupando cargos políticos, como é o caso de Abdon Baptista e Oscar Schneider. Dentre as atividades que exerceram, cabe dar

destaque para o domínio do ramo de transportes fluviais por parte da firma A. Baptista & Cia que mantinha “a própria agência de navegação em São Francisco do Sul, além de casa de exportação e engenho de erva-mate no mesmo local” (MORAES, 2017b, p. 99.).

O transporte fluvial era uma alternativa que cabia nas condições tecnológicas da época, mas que também estava ligado aos saberes marítimos que os imigrantes instalados em Joinville possuíam, além do conhecimento nos modos de comercializar que se faziam até então, conforme aponta Moraes (2017a, p. 77):

[...] O Pacto Colonial obrigava as exportações brasileiras a tomar o caminho do litoral. Sua herança, a condução da economia voltada ao comércio externo, conduzia os investimentos de forma inercial, ou seja, reafirmando o comércio externo via litoral. Por isso de longa data os caminhos do mate tinham como nós importantes as cidades portuárias litorâneas. Além do mais, os investimentos em transporte vieram sempre precedidos de pressão por parte da demanda. Quando aconteciam, serviam ao capital exportador de erva-mate.

O uso de áreas portuárias no século XIX e início do século XX, foi de extrema importância não apenas para o comércio, mas para o próprio estabelecimento de novos imigrantes em Joinville. A região da Baía Babitonga possibilitava um fluxo de embarcações que ligava facilmente Joinville a São Francisco do Sul, onde estava o principal Porto marítimo da região. Dada a importância que o beneficiamento da erva-mate teve na região, até meados de 1920, esse era o principal produto comercializado via Porto de São Francisco do Sul (MORAES, 2017a).

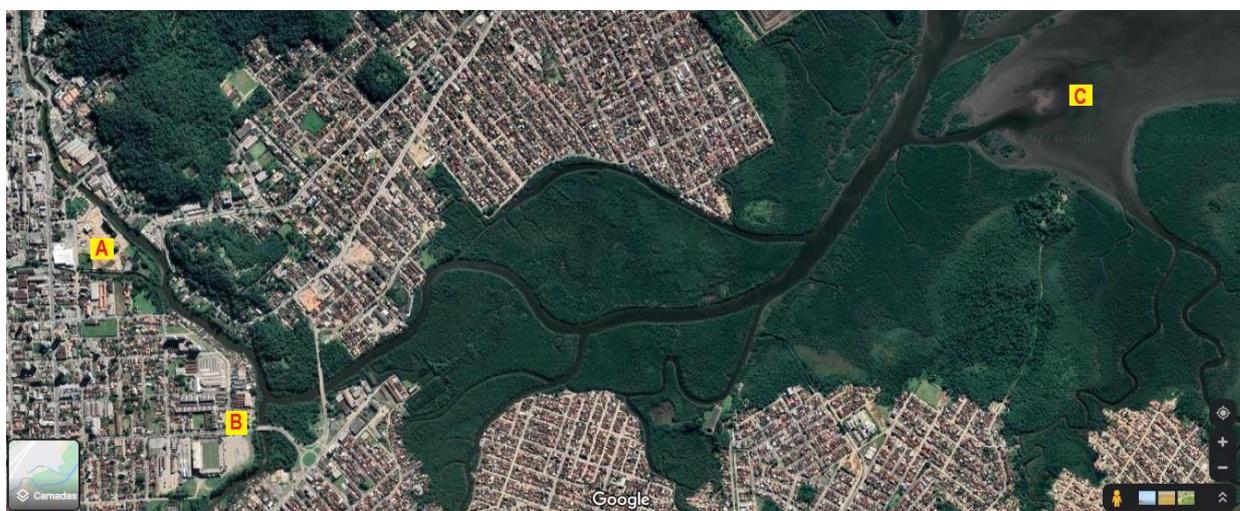
Um importante empreendimento em Joinville foi a Companhia Industrial Catarinense, uma casa comercial da qual várias sociedades possuíam participação, a qual fabricava e beneficiava produtos diversos como a erva-mate, a cana, a mandioca, entre outros. Durante os anos em que a Companhia Industrial Catarinense esteve ativa [1891-1906], ela foi a maior exportadora de erva-mate no Estado (GOULARTI FILHO; MORAES, 2017). Assim, no caso de Joinville a pressão por parte da demanda da erva-mate era algo concreto nesse período, ficando evidente a importância que a área próxima ao Porto de Joinville significava para os industriais e comerciantes da época.

O antigo Porto de Joinville, hoje desativado, ficava localizado às margens do Rio Cachoeira, no atual bairro Bucarein, na região em que foram edificados o Mercado

Municipal e o Moinho. Essa área, conforme consta na historiografia regional, recebeu diversos investimentos para melhoramento do tráfego fluvial, como a instalação do cais Conde D’Eu, a construção de um canal de escoamento¹², assim como constantes obras de limpeza e manutenção por conta da movimentação da maré que evidenciava o lodo existente.

O Porto de Joinville oferecia acesso, via Rio Cachoeira, para a Baía Babitonga que aguava também o Porto de São Francisco do Sul. Na Figura 8 é possível visualizar a disposição do rio que permitia a navegação para a Baía. O trecho sob a legenda “A” sinaliza o Porto de Joinville especificamente onde estava localizado o Moinho Joinville. O Porto Bucarein (B) poderia ser acessado pela mesma via e passou a ser utilizado com maior intensidade com a diminuição do uso do Porto Joinville depois da década de 1930, como apontam Silva; Bruske; Cunha; Esteves e Ramos (2013). Mais adiante se pode localizar o início da confluência com a Baía da Babitonga (C), destino e origem das embarcações.

Figura 8 – Distribuição do Rio Cachoeira em direção à Baía da Babitonga.



A: Porto Joinville; B: Porto Bucarein; C: Baía da Babitonga.

Fonte: Da autora

A Figura 9 permite visualizar as condições do Porto de Joinville em 1914. Na imagem, ao fundo se vê o Moinho Joinville, dois armazéns de depósito, o gazebo que servia de banca de peixes e o Mercado Municipal. Em primeiro plano há uma embarcação ocupada por alguns homens, vê-se ainda um menino sentado no cais e

¹² Ficker (1965), destaca que em 1897 foram feitas obras no Porto e nas margens, além de um canal para evitar acúmulo de areia nas curvas do rio.

um homem em pé, próximo a ele. No rio se pode perceber trabalhadores em torno das várias embarcações atracadas no cais, sendo possível perceber um aglomerado de embarcações também nas imediações do Moinho Joinville.

Figura 9 – Porto de Joinville - 1914



Fonte: Coleção Memória Iconográfica. Inventário 294. Acervo do AHJ.

Uma parte da logística para o comércio nos primórdios da colonização de Joinville, foi subsidiada a partir dessas possibilidades que as áreas de acesso ao rio permitiam. Assim, aos poucos, houve uma centralização de atividades comerciais em torno do Porto de Joinville. No entanto, centralizar o comércio na região do Porto, não foi a única opção para a gestão pública da época, houve proposta de edificar o Mercado Municipal em outra área. Porém, a escolha de tal localização, recebeu pressão da população local, o que demonstra como o uso dos arredores do Porto era chave para o comércio joinvilense, conforme aponta Ficker (1965, p. 369):

Na última sessão do Conselho Municipal, de 1º de fevereiro de 1906, foram apresentados abaixo-assinados por 237 moradores da cidade, protestando contra o designio de se edificar o mercado no terreno doado pelo Sr. Frederico Bruestlein, no fim da “Rua Pariz”, pedindo sua edificação na praça ultimamente preparada ao longo do cais e à margem do Rio Cachoeira no porto desta cidade.

A Rua Pariz, atual Rua Jerônimo Coelho, distanciava-se das imediações do porto de Joinville, motivando tal reivindicação. Esse movimento foi fundamental para o acúmulo de capital e fomento da economia joinvilense, permitindo o deslocamento de matérias primas e outras mercadorias vindas principalmente do Oeste do Estado e do Paraná para acessar outras regiões do país e do exterior via transporte marítimo:

[...] A navegação fluvial nos rios Iguaçu, Negro e Canoinhas, a descida da serra pela estrada Dona Francisca até Joinville e o segundo trajeto fluvial pelo rio Cachoeira até o Porto de São Francisco formaram a primeira combinação de estruturas de transportes da erva-mate no Estado. (GOULARTI FILHO; MORAES, 2017, p. 109)

Historicamente, a Serra Dona Francisca foi uma Estrada que foi aberta para ligar, especialmente, o Planalto Norte a Joinville, favorecendo o trânsito de mercadorias para o Porto de São Francisco do Sul.

Posteriormente, o advento das construções de estradas de ferro, permitiu novas possibilidades de trânsito. No entanto, as estradas de ferro, construídas durante o Segundo Reinado e a Primeira República, em sua maioria, eram voltadas para os portos do litoral (GOULARTI FILHO; MORAES, 2017, p. 112). Assim, em alguns casos houve diminuição do trânsito via estradas acessadas por carroções, privilegiando o uso das estradas de ferro, objetivando acessar as regiões portuárias.

Goularti Filho e Moraes (2017, p. 109) apontam que “a ferrovia – após a entrada em operação da Linha São Francisco, em 1913, que viria ligar o Porto União ao de São Francisco – substituiu a maior parte das outras vias e submeteu-as à condição de transporte secundário.”

Com o passar do tempo devido o assoreamento do rio Cachoeira, o Porto de Joinville deixou de ser utilizado, sendo substituído pelo Porto Bucarein. A produção do Moinho Joinville passou a ser transportada de forma mais viável, pelo ramal ferroviário Bucarein – Praça Hercílio Luz, que ligava a Estação Ferroviária no Bucarein à Praça Hercílio Luz nas imediações do Mercado Municipal:

Na década de 1930, com o esgotamento do antigo porto de Joinville, o Bucarein consolidou-se como região portuária da cidade, registrando movimento intenso de embarcações que realizavam a importação e exportação de produtos, principalmente madeira, ferramentas e máquinas. Como reflexo deste processo, a classe empresarial da cidade passou a reivindicar a construção de um novo ramal ligando a estação ferroviária à Praça Hercílio Luz, localizada na região do

mercado público. Tal obra facilitaria o abastecimento dos diversos empreendimentos instalados na região do Bucarein, bem como, o escoamento de sua produção (JOINVILLE, 2016, p. 8)

Para tanto foi necessária a construção de uma ponte de ferro no Rio Jaguarão¹³ que desaguava no Rio Cachoeira, nas imediações do lote do Moinho Joinville. O Moinho utilizou o ramal até meados de 1980 (JOINVILLE, 2016), quando o transporte rodoviário passou a atender a maior demanda.

O local escolhido para a construção do Moinho Joinville foi estratégico dada a importância que o Porto de Joinville tinha na época, possibilitando facilidade no recebimento de matéria prima e no deslocamento do produto final. Nessa região, além do prédio do Moinho Joinville que foi tombado, há outro imóvel, situado na Rua Santos, nº 63¹⁴, de interesse patrimonial, que foi inventariado pelo município. De acordo com o laudo pericial do imóvel, ele foi ocupado com fins residenciais por uma família que comercializava cal, entre o final do século XIX e início do século XX (SILVA; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013). A presença de comerciantes nos arredores do Porto também é um registro da importância da região no início do século passado.

Alguns jornais que veicularam notícias sobre o Moinho Joinville e outros documentos como o Laudo Pericial (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013), citam o início das obras de construção do Moinho no ano de 1910. No entanto, ainda em 1911, o Jornal Comercio de Joinville noticiava a organização de “uma sociedade sob razão social de Oscar Schneider & Cia, para construção e exploração, nesta cidade, de um moinho de trigo com a denominação de Moinho Boavista”. (COMMERCIO DE JOINVILLE, 12/06/1911, p. 2). E, em 12 outubro de 1912, na seção "Editaes" do jornal **Comercio de Joinville**, foi publicada a Ata da sessão extraordinária do Conselho Municipal de Joinville de 3 de fevereiro daquele ano, onde consta a solicitação de Oscar Schneider & Cia. para construir uma edificação nas proximidades do cais:

[...] Concluido o expediente do Conselho, pediu a palavra o Sr. Superintendente Municipal que deu conhecimento ao Conselho de uma petição que lhe foi dirigida pelos Srs. Oscar Schneider e Cia. para poder edificar a distancia de quinze metros do caes em construção, foi pelo Conselheiro Cezar P. de Souza proposto que o requerimento seja

¹³ Tal ponte, atualmente (15/07/2022) encontra-se em processo de instrução de inventário do IPCJ, o qual foi impugnado e aguarda novas deliberações do Setor de Patrimônio Cultural da Secult.

¹⁴ Processo de Tombamento FCJ.CPC.2010-010, migrou para o Inventário do IPCJ: PII 0005

submetido ao parecer da Comissão de Obras Publicas, o que é aceito pelo Conselho, tendo o Sr. Presidente declarado que se abstinha de emitir a respeito qualquer opinião pelo facto de ser interessado, como socio commanditario, nas obras da dita empresa. [...] (COMMERCIO DE JOINVILLE, 12/10/1912, p. 3)

Na ocasião, portanto, o pedido seria encaminhado para a Comissão de Obras Públicas, responsável pelo parecer final, que foi dado poucos dias depois, como se lê na "Acta da Sessão extraordinaria de 9 de fevereiro de 1912" do Conselho Municipal, onde ficou registrado o requerimento e a licença para a construção do Moinho Joinville:

7- Um parecer da Comissão de Obras Publicas proferido no requerimento de Oscar Schneider & C. que pedem licença para a construção do moinho de trigo denominado Boa Vista a margem direita do Rio Cachoeira, 15 metros distante do caes projectado, cujo parecer é do teor seguinte: A comissão de Obras Publicas está de acordo com os requerentes. (COMMERCIO DE JOINVILLE, 09/03/1912, p. 2)

Não foi possível acessar a planta original do Moinho, pois a coleção de projetos arquitetônicos existente no AHJ compreende um acervo que vai de 1917 até 1971, período em que a edificação já existia. Assim, adotamos nessa dissertação o ano de 1912 como sendo o de início da construção do Moinho Joinville, já que a aprovação da municipalidade para o início das obras se deu apenas naquele ano, conforme os documentos citados.

De toda forma, tem-se que o empreendimento foi estabelecido sob a sociedade denominada Oscar Schneider & Cia., que era gerenciada por Oscar Antônio Schneider (1864-1916) e Domingos Rodrigues da Nova Junior (1861-1928), e composta por outros sócios solidários e comanditários, conforme registram o **Jornal Comercio de Joinville** de 12 de junho de 1911 (p. 3) e o de 12 de abril de 1913, que anunciava a inauguração do Moinho na sua primeira página:

A firma Oscar Schneider & C. é composta dos Snrs. Oscar Antonio Schneider e Domingos R. da Nova Junior, como socios gerentes e solidarios o Senador Dr. Abdon Baptista, Eduardo Horn e Banco do Comercio de Porto Alegre como socios commanditarios. (JORNAL COMMERCIO DE JOINVILLE, 12 abr.1913, p.1)

O estabelecimento da sociedade Oscar Schneider e Cia. é anterior à publicação do primeiro código civil brasileiro, publicado apenas em 1916 com a função de

organizar normas relacionadas às questões jurídicas do setor privado. Nesse contexto, a função da firma seria fomentar uma razão social de direito jurídico para estabelecimento do empreendimento privado.

No início da construção do Moinho Joinville, à data de fundação, o superintendente do município era Oscar Antônio Schneider, o cargo seria equivalente hoje ao de prefeito. Também ocupava cargo político na época, o sócio solidário o médico Abdon Baptista (1852-1922), “o mais significativo representante da oligarquia do mate” (THIAGO, 1988, p. 13), que fora Deputado Federal e Senador entre 1912 e 1915 (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022).

A historiadora Raquel S. Thiago (1988), faz uma análise sobre o coronelismo urbano em Joinville e afirma que Abdon Baptista se inseria no perfil de um coronel urbano, dadas suas ações paternalistas na política. Uma das ações relacionadas a ele, levantadas pela autora, foi o fato de Abdon prestar atendimento médico gratuito aos operários de seus empreendimentos e, além disso, por ser “adepto das letras, criou uma escola para os filhos dos operários do Moinho Joinvilense, de sua propriedade” (THIAGO, 1988, p. 43).

Através de pesquisa no acervo do AHJ, foi possível identificar uma planta referente ao ano de 1918 para a edificação da “Escola Operária Abdon Baptista”. Esse projeto institui a edificação às margens da rua Santos, lateral Ao Moinho Joinville, o projeto da edificação pode ser visto na Figura 10:

Figura 10 – Escola Operária Abdon Baptista - 1918



Fonte: Projeto Arquitetônico n° 26 de 1918. Acervo do AHJ.

A existência de tal edificação permite identificar que houve um projeto de educação voltado aos operários do Moinho Joinville. No ano anterior ao projeto, em 1917, conforme apontam Iara Andrade Costa et. al. (2005, p. 45), “aparece uma resolução do Dr. Arthur Ferreira da Costa, substituto do superintendente municipal, que coloca o ensino obrigatório em todo o município para crianças de 6 a 15 anos, sob pena de os pais ou responsáveis pagarem multa [...]”. A resolução proposta pelo superintendente, que era genro de Abdon Baptista, permite identificar que o ensino institucional estava na pauta da gestão pública da época.

O local exato em que estava inserida a edificação não pode ser identificado via fotografias e na planta consta apenas a Rua Santos como referência. A Rua Santos passa ao lado do Moinho Joinville, atravessa a Rua Urussanga e termina na Avenida Procópio Gomes e como não há menção do Moinho em tal Projeto, há possibilidade da escola ter funcionado em qualquer lugar ao longo da referida rua.

No “Relatório da gestão dos negócios do Município de Joinville” de 1922, o fechamento da escola em 1921 é mencionado, além disso o documento cita que a instituição era custeada por Abdon Baptista, e que a escola empregava filhos de operários, atendendo cinquenta estudantes na época em que fechou:

Em principios do anno proximo passado foi fechada a escola operaria <Abdon Baptista>, custeada pelo bolso particular deste saudoso politico e industrial, a quem o Estado e principalmente o Município devem relevantes serviços.
A matricula dessa escola, destinada aos filhos de operarios, era de 50 alumnos, os quaes foram distribuidos pelas várias escolas da sede. Além destes estabelecimentos de instrução primaria o stado custeia uma escola nocturna para adultos, annexa ao Grupo Escolar < Conselheiro Mafra>, cuja matricula é de 95 alumnos. (JOINVILLE, 1922, p.83)

A relação de Abdon com o operariado já era experiente na época da fundação da escola, e anterior ao empreendimento do Moinho Joinville. Oscar Schneider e Abdon Batista possuíam outra firma antes disso, denominada “A. Baptista & Oscar”, conhecida também como “A. Baptista e Cia”. Essa firma foi fundada em janeiro de 1896 e noticiada através de correspondência enviada para Frederico Bruestlein, na época superintendente de Joinville, onde Abdon Baptista e Oscar Antônio Schneider comunicavam o estabelecimento da nova razão social. No documento o comércio de

exportação e importação da erva-mate são mencionados como atividades de sucesso realizadas pela firma de Oscar.

A sociedade "A. Baptista & Oscar" foi instituída para o estabelecimento de atividades diversificadas, além da participação na Companhia Industrial Catarinense, desenvolveu-se um importante empreendimento ligado ao transporte fluvial que evidenciava não somente a já citada importância da zona portuária de Joinville como também o domínio de Schneider e Batista no setor de navegações.

Além de Oscar e Adbon, outro sócio gerente da firma que fundou o Moinho Joinville foi Domingos Rodrigues da Nova Junior. Domingos foi matemático, capitão do Mar e Guerra e exerceu forte influência na colonização da atual cidade de Jaraguá do Sul. Anteriormente à fundação do Moinho Joinville, Domingos fez parte de outra sociedade que foi responsável pela organização da "Empresa Joinvillense de Eletricidade" (FICKER, 1965) que promoveu o estabelecimento inicial da energia elétrica em Joinville. Emílio da Silva (1975) cita que o maquinário do Moinho Joinville foi adquirido por Domingos da Nova na Europa e, assim como os sócios anteriormente citados, ele também exerceu atividades relacionadas ao comércio de erva-mate.

Por fim, entre os sócios comanditários, além do "Banco do Commercio de Porto Alegre", havia a associação de Eduardo Horn. Este sócio foi militar, comerciante, político e jornalista. Dentre os cargos políticos que ocupou, cabe mencionar que foi prefeito de Florianópolis antes da fundação do Moinho Joinville. O site Memória Política de Santa Catarina (2022) menciona que foi proprietário de depósito de trigo e esteve ligado a transportes marítimos.

Nesse sentido, cumpre observar que, como citado anteriormente, a atividade relacionada ao comércio do mate, não era a única atividade dos industriais, no caso das pessoas aqui mencionadas, todas ocuparam cargos políticos, além de exercerem outras ocupações comerciais. O fato é que o grande empreendimento de trigo que foi o Moinho Joinville deu-se sob ideais de pessoas relacionadas diretamente à elite política da época e que mantinham um certo status social.

Ao analisar documentos e fontes que contextualizam o período quando essa edificação foi iniciada, pode-se perceber que Joinville estava em um momento de desenvolvimento. Já havia energia elétrica, telefone, água encanada, e a ferrovia aos poucos ia sendo estabelecida. Nesse sentido, o surgimento de novas indústrias fazia

parte do contexto de desenvolvimento joinvilense, mas no caso do Moinho Joinville, suas dimensões chamam atenção mesmo nesse contexto.

O Moinho de Trigo Boa Vista, como era chamado inicialmente, foi fundado em 09 de abril de 1913 e o uso do Porto nos idos da fundação dessa indústria teve papel fundamental na recepção da matéria prima que não era produzida em Joinville, assim como na comercialização das farinhas resultantes da produção do Moinho. Não havia plantação de trigo em Joinville, os grãos eram importados da Argentina e chegavam ao Moinho através do Porto de São Francisco do Sul (GAZETA DO COMMERCIO, 1913, p. 1).

Antes da fundação do Moinho, já havia uma preocupação em relação a produção da farinha de trigo que era muito consumida no Estado de Santa Catarina, mas que, no entanto, carecia ser importada significando altos gastos na importação como se afirmou no jornal **O Dia** de 10 de fevereiro de 1911(p. 1) “Se adicionascemos a estas cifras, as que resultam da importação de farinha, veriamos que pagamos, pelo genero alimenticio mais necessario e mais divulgado nos habitos da nossa população, uma somma colossal”.

Essa preocupação que estampava críticas no jornal, continha embasamento em informações sobre as condições impostas pelo Estado para incentivar o cultivo do trigo e da farinha, como pode ser lido abaixo:

A Lei 260 de 1897, em vigor, estabelece premios em dinheiro de 15, de 5 e de 1 conto de reis, respectivamente ao agricultor que produzir annualmente 50 mil, 25 mil e dez mil kilos de trigo em grão.

Se a producção fôr em farinha clara e bôa, os premios serão elevados a mais 25%.

A Lei 541 de 1902 concede valiosos favores, entre elles um imposto de protecção sobre a farinha, que entrar no Estado, cobrado nos termos do art.9 § 3º da Constituição da Republica, para o estabelecimento de um moinho.

O sr. Governador do Estado, conforme noticiou o jornal official, está disposto a dar a estas e outras disposições de Leis Applicaveis ao caso, a forma pratica, naturalmente facilitando aos agricultores a aquisição de sementes e aparelhos agrarios, o transporte e collocação dos productos e o ensino pratico que o agronomo itinerante pode encaminhar. (O DIA, 10/02/1911, p. 1)

Nesse sentido, se pode perceber que o Estado reconhecia a importância do cereal para a região e movimentava estratégias para que este fosse cultivado em Santa Catarina. A Lei 541/1902 que é referida, incentivava especificamente a criação

de um moinho de trigo já na época de sua publicação. O texto que se segue em meio à crítica sobre a importância de ser construído um moinho na capital, tem tom apelativo aos industriais da época no que se seguem os argumentos estabelecidos:

[...] Reflitam os capitalistas e industriaes; congreguem se para a fundação de um moinho nesta capital, embora com a perspectiva de precisarem do grão estrangeiro, nos primeiros annos, animem-se e o resultado será certo, considerando que dentro de poucos annos só o grande planalto de Oeste póde fornecer trigo, não para um só, mas para diversos moinhos. Da criação da industria da moagem depende o incentivo e a iniciativa do agricultor. Tendo certeza de haver quem lhe compre o producto em condições remuneradoras, elle produzirá. (O DIA, 10/02/1911, p. 1)

O apelo pela construção de um moinho, carregado de uma retórica patriótica que visava consumir trigo nacional, demonstra que em 1911 esse mercado ainda estava a ser explorado em Santa Catarina. Desta forma, o empreendimento do Moinho Joinville sendo concretizado nesse contexto, demonstra que de fato essa indústria cumpria com grandes expectativas econômicas que não estavam voltadas apenas para a produção da farinha, mas também para uma transformação na agricultura do Estado que talvez passasse a ser impulsionada por um mercado local.

Ao olhar as condições de Joinville nesse contexto, no “Relatório da gestão dos negocios do Municipio de Joinville”, relacionado aos anos de 1907 a 1911, pelo superintendente Oscar Antonio Schneider, apresentado ao Conselho Municipal, Oscar Schneider avalia o crescimento da receita "não em consequencia de augmentos de impostos, mas sim em virtude do progresso e desenvolvimento natural do nosso municipio", endossava essa retórica de progresso econômico, a partir de Joinville. (JOINVILLE, 1907-1911).

O documento registra a ocorrência de obras no “caes”, demonstrando a importância do uso desse espaço na época, para o cotidiano da cidade. As obras do cais beneficiaram toda a área do Porto de Joinville, incluindo o local em que foi edificado o Moinho Joinville.

A sociedade que originou o Moinho, operou sob a gerência que a fundou por apenas dois anos. Em meados de outubro de 1915, é publicada no jornal **Gazeta do Commercio** a retirada de Domingos da "Sociedade Commercial" Oscar Schneider & Cia. No ano seguinte, em 1916, o outro sócio gerente inicial do Moinho, Oscar Antônio

Schneider morre em São Paulo em decorrência de enfermidades. Conforme lê-se em anúncio público¹⁵ na Figura 11:

Figura 11 – Obituário de Oscar Antonio Schneider



Fonte: Coleção famílias. Pasta Oscar Antônio Schneider. Acervo do AHJ.

Ainda assim, o empreendimento permanece instituído sob sociedade comercial, posteriormente à morte de Schneider. Conforme pesquisa em jornais da época, foi evidenciada a existência da firma “Viúva Schneider e Cia”, a qual era composta pelos sócios Otto Boehm e Johannes Fraugenberg, extinta em novembro de 1917, quando foi constituída nova firma sob a razão social Arthur da Costa e Cia, com nova composição societária como se lê na Figura 12:

¹⁵ Obituário: Triste notícia para todos os amigos e conhecidos locais que meu querido marido Oscar Antonio Schneider sucumbiu à sua doença grave na segunda-feira 13 de março por volta das 10 horas no Sanatório Santa Catharina. Francisca Schneider (nascida Cornelsen). Os restos mortais serão trasladados na quinta-feira à tarde 2 horas do Sanatório Santa Catharina para a Estação de trem de Sorocaba e de lá para Joinville.

Figura 12 – Nova firma Arthur Costa e Cia.

A' PRAÇA

A firma
Viuva Oscar Schneider & Cia.
comunica aos seus freguezes, amigos
e ao publico que, nesta data, dissolveu
a sociedade mercantil que tinha nesta
praça, pela retirada dos socios solidarios
Otto Boehm e J. Frangenberg,
pagos e satisfeitos de seus haveres.
Joinville, 26 de Novembro de 1917.

Viuva Oscar Schneider & Cia.
Concordamos com a declaração supra.
Joinville, 26 de Novembro de 1917.
Otto Boehm
J. Frangenberg.

A' PRAÇA

Communicamos ao commercio que,
com a retirada dos socios solidarios
Otto Boehm e J. Frangenberg,
conforme distracto, dissolveu-se a firma
Viuva Oscar Schneider & Cia.,
organizando-se nova firma com o activo
e passivo da extincta e para explorar
o mesmo ramo de negocio, a qual gi-
rará sob a razão social de
Arthur Costa & Cia.
composta dos socios solidarios **Dr. Ar-
thur Ferreira da Costa e Pedro**
C. Schuck e dos commanditarios **Dr.**
Abdon Baptista, Viuva Francisca
Schneider, Banco do Commercio
de Porto Alegre e Eduardo Horn,
todos brasileiros.
Joinville, 27 de Novembro de 1917.
ARTHUR COSTA & CIA.

Fonte: Jornal **Gazeta do Commercio**. 05/12/1917, p. 2. Hemeroteca Digital.
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Percebe-se a participação da viúva na sociedade de modo que ela permaneceu como sócia comanditária do Moinho até pelo menos o ano de 1923, quando o Moinho é incorporado por outra sociedade.

O jornal **O Estado**, no dia 10 de fevereiro de 1921, p. 2, noticia a vinda do Conde D'Eu e seu filho Pedro “em visita ao moinho Boa Vista, da firma Arthur Costa & Cia”. De acordo com o site Memória Política, em 1921, Arthur Ferreira da Costa era deputado estadual de Santa Catarina pelo Partido Republicano. O contexto da visita de membros da família real, após mais de 30 anos em que o país experienciava a República, transpõe relações entre a Monarquia e a República que foram construídas no tempo. Cabe mencionar que embora o Moinho tenha sido empreendido por Abdon

Baptista, um federalista convicto, no ano da visita, 1921, a cidade vivia sob uma unificação partidária.

Destarte, faltando um ano para o centenário da Proclamação da Independência do Brasil, a presença da família real em solo joinvilense, ainda era digna de registro, e um dos locais de acolhida dessas personalidades foi o Moinho Joinville. Na Figura 13 é possível perceber a formalidade contida nas roupas dos oficiais, a sofisticação das vestimentas das crianças, a recepção com brindes ofertados em taças, e tudo isso sob o cenário da estrutura metálica fabril do Moinho Joinville¹⁶.

Figura 13 – Visita do Conde D'eu e de D. Pedro, príncipe do Grão Pará a Joinville.



Fonte: Caixa n.32, Reg.33. Acervo do MNIC

¹⁶ Na legenda da fotografia lê-se: visita do Conde D'Eu e seu filho D. Pedro príncipe do Grão - Pará a Joinville em 1921. Fotografia tirada numa dependência do Moinho de Trigo Boa Vista. Da esquerda para a direita: Dr. Augusto Cezar Veiga, promotor público; Dr. Ulysses Costa, juiz de direito; Cel. Octavio Valga Neves, 1º comandante do 13º B.C.; Dr. Arthur Ferreira da Costa, diretor do Moinho Boa Vista;...;...; Gastão D'Orleans, Conde D'Eu; D. Pedro, príncipe do Grão Pará; José Wanderley Navarro Lins, diretor do Moinho Boa Vista; 2º Tenente João Marinho, delegado de polícia; 1º Tenente Dr. Ernesto de Oliveira, médico do 1 B.B.; as duas crianças: -Arthur Costa Filho e Marta da Costa Medeiros.

Um ano depois, o “Relatório da gestão dos negócios do Município de Joinville” do ano de 1922, registra que houve um evento em alusão ao centenário da independência do Brasil em Joinville, onde autoridades locais fizeram pronunciamentos, dentre os quais Arthur Costa que prestou discurso voltado para a importância do exército na constituição da República brasileira (JOINVILLE, 1922).

Durante as aulas de estágio¹⁷, foram mobilizadas fotografias relacionadas ao Moinho Joinville do acervo do AHJ. Dentre o material selecionado pelos estudantes da turma em que foi aplicado o estágio, estão algumas fotografias que registram outros eventos políticos aos quais o Moinho Joinville foi cenário.

Entre elas¹⁸ está a fotografia feita por Alberto Diegel de 1922, que registra o uso do Porto como cenário de evento político, onde se vê a recepção de Carlos Gomes de Oliveira e Plácido Gomes de Oliveira após sua prisão ilegal devido às “perseguições políticas empreendidas por Epitácio Pessoa, na esteira da decretação do estado de sítio do Distrito Federal” (MACIEL, 2018, p. 74). A fotografia pode ser vista na Figura 14, onde é possível observar o Mercado Público em primeiro plano e o Moinho ao fundo, além de perceber uma grande movimentação da população local no Porto, testemunhando um dos usos que se fazia desse espaço.

¹⁷ O estágio foi realizado no primeiro semestre de 2022, na disciplina Laboratório de História I do curso de História do departamento de Ciências Humanas e Biológicas da Univille, com temática voltada para a pesquisa interdisciplinar e o uso de imagens digitalizadas, tendo como estudo de caso o Moinho Joinville.

¹⁸ Também foram mobilizadas as fotografias que registram eventos políticos sob os seguintes Inventários: inventário n. 2884: registro de soldados do golpe de 1930 entrincheirados próximo ao Rio Cachoeira, vê-se o Moinho ao fundo; inventário n. 4597: fotografia da recepção de Plácido Gomes e Carlos Gomes de Oliveira no Porto Joinville após prisão arbitrária em São Paulo.

Figura 14 – Recepção de Plácido Gomes de Oliveira e Carlos Gomes de Joinville no Porto de Joinville - 1922



Fonte: DIEGEL, Alberto. Inventário 8556. Acervo do AHJ.

No ano seguinte, em 1923 na seção "Noticia telegraphicas" do Jornal **República** é citada a organização da União Mercantil Brasileira, originada, segundo a notícia, para explorar o Moinho Boa Vista. Arthur Ferreira da Costa que anteriormente era sócio da firma que já empreendia o Moinho é eleito como diretor dessa firma:

UNIÃO MERCANTIL BRASILEIRA

Joinville, 13. Em S. Paulo acaba de ser organizada a sociedade anonyma União Mercantil Brasileira, com o capital de mil quinhentos contos, para explorar o moinho Boa Vista, desta cidade, e o Trapiche Commercio, de S. Francisco.

Foram eleitos diretores os srs. dr. Arthur Ferreira da Costa, Alfredo Hirsch, João Ugliengo, Eduardo [Metzner?] e José da Silva Gomes de Sá. (Jornal Republica. 15/08/1923, p. 2)

O surgimento da União Mercantil Brasileira, a Umbra, marca um novo momento do Moinho. A administração que era feita via sociedades comerciais deixa de ser uma realidade para dar lugar à prática das Sociedades Anônimas. Em 1923 a chamada do Jornal **Republica** iniciava uma matéria intitulada "o nosso surto industrial", entoando,

já na época, a retórica de Joinville como a "Manchester do sul do Brasil", trazendo informações sobre indústrias joinvilenses e sobre a Umbra:

Deve-se a iniciativa da organização da União Mercantil Brasileira ao sr. deputado dr. Arthur Costa, que vem de ser eleito director dessa importante empresa a cujo convite estiveram em S. Paulo, o conhecido banqueiro, portenho sr. Hirsch, presidente da Sociedade Exportadora, Industrial e Financeira Bung, Born & C... Ltda - a maior exportadora de [ilegível] da Republica Argentina - e em Joinville, o sr. João Ugliengo, director da Sociedade Moinho Santista, a qual veio especialmente examinar, de [ilegível], algumas possibilidades industriaes da zona norte do Estado. Os demais membros do Directorio da União Mercantil, srs. Alfredo Hirsch, João Ugliengo, Eduardo Metz[?]er o José da Silva Gomes de Sá [...]. (REPUBLICA, 19/08/1923, p. 1)

A matéria finaliza com a afirmação: “O nosso surto industrial é promissor o nosso credito é forte, as nossas possibilidades incomensuraveis e o nosso futuro será grandioso. Trabalhomos [sic!] e confiemos.” (REPUBLICA, 19/08/1923, p. 1). Nesse texto citado, podemos perceber que o nome de João Ugliengo, referido anteriormente como diretor da Umbra, aparece enquanto diretor de outro empreendimento de moagem, o Moinho Santista de São Paulo. Da mesma forma o nome de Alfredo Hirsch também diretor da Umbra, é citado a partir da relação com Bunge e Born da Argentina, que mais tarde vai se tornar a Bunge Brasil.

Nesse sentido, pode-se perceber que, aos poucos, houve uma junção de várias empresas em torno do empreendimento do Moinho Joinville, de tal modo que mesmo dada a oficialização da Umbra para administração do Moinho, já na década de 1923 é possível encontrar anúncios nos jornais que referenciam o Moinho de Trigo de Joinville a partir da Sociedade Anonyma Moinho Santista, como pode ser visto na Figura 15:

Figura 15 – Anúncio S/A. Moinho Santista



Fonte: Jornal **Correio do Povo**. 12/05/1923, p. 1. Hemeroteca Digital. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Essas informações dão conta da articulação de acionistas de diferentes empresas, já na década de 1920, que foram se estabelecendo de modo a influenciar no surgimento de novas sociedades.

No AHJ, um documento intitulado S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais Filial de Joinville (MOINHO SANTISTA, [ca. 1978], p. 1), traz a informação de que em 1923 o Moinho foi adquirido pelo "Grupo Mercantil Brasileiro S.A. (Umbra)", citando os gerentes por ordem sucessiva: "Nicolosi, Roberto Meyer, Divico Scheideger e Silvio Andres Bertolotto". O mesmo documento cita que em 27/05/1944 sob gestão de Silvio Bertolotto "a Umbra transferiu todo o conjunto industrial para a S.A. Moinhos Rio Grandenses (Samrig)" (MOINHO SANTISTA, [ca. 1978], p. 1), passando a ter como gerente sucessivamente, Silvio Andres Bertolotto, Hermann Weintraub, Antenor Gabardo, Enguerrand de Albuquerque Neves e Ruy Cardozo.

Por fim, tal documento cita que em 01/09/1978, "o Moinho Joinville foi arrendado pela Samrig para a S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais" (MOINHO SANTISTA, [ca. 1978], p. 1). Essas informações comparadas com as reportagens de jornais, permitem que se compreenda que as relações na mudança de uma proprietária para a outra, foram feitas mantendo alguns gerentes que já possuíam conhecimento sobre o Moinho Joinville, e estreitando laços comerciais que anteriormente foram construídos.

A S.A. Moinho Santista com sede em São Paulo, por sua vez, era associada ao grupo econômico¹⁹ Bunge, que surgiu em 1818 em Amsterdã e era atuante em diversos países, dominando diferentes áreas comerciais como é citado abaixo:

Ao chegar, associando-se ao Moinho Santista, a Bunge já estava solidamente estabelecida em diversos países europeus, africanos, americanos e asiáticos. Atuava em diferentes setores: financeiro, industrial, comércio internacional, propriedades agrárias. Produzia (borracha, cacau), criava animais (bovinos) e financiava produtores rurais. Industrializava produtos (moinhos de trigo, fábricas de azeite). Estava implantado na Argentina desde 1880, onde era um dos maiores exportadores de grãos e derivados, como a farinha de trigo que fornecia para o Brasil. (COSTA; SILVA, 2015, p. 2)

De acordo com Costa e Silva (2015) essa associação ocorreu em 1905, de modo que quando houve o arrendamento pela Santista, já havia essa cooperação com

¹⁹ O conceito de grupo econômico pode ser lido como a associação de empresas independentes que cooperam com ações para atingir objetivos comuns.

a Bunge. A SAMRIG, por sua vez, surgiu no Estado do Rio Grande do Sul a partir da fusão das firmas Viúva Albino Cunha e Cia com a S.A. Grandes Moinhos do Sul, na década de 1920 e, da mesma forma, tinha como acionista o grupo Bunge e Born (OLIVEIRA, 2021).

Kauã Domingues de Oliveira (2021, p. 63) afirma que “embora contribuísse com recursos financeiros, tecnologia e experiência na área, a Bunge *and* Born raramente teve seu nome associado diretamente a SAMRIG, apesar do conhecimento geral dos industriais locais”. Essa sociedade nas décadas de 1930 e 1940, incorporou novos moinhos no Rio Grande do Sul e, em Santa Catarina, o Moinho Joinville (COSTA; SILVA. 2015).

Desse modo, voltando às informações que se tem sobre as primeiras décadas de funcionamento do Moinho Joinville, percebe-se que diferentes sociedades e grupos econômicos foram responsáveis por seu funcionamento. No entanto, cabe observar que houve, desde a década de 1920 investimentos relacionados à Bunge, considerando que havia uma ligação da Umbra com acionistas da Santista que, assim como a Samrig, recebia ações da Bunge.

O grupo Bunge, foi o último proprietário do Moinho Joinville, onde operou até o ano de 2013. Antes de encerrar as atividades houve um movimento de transferência de trabalhadores para outras unidades distribuídas pelo país. A demanda de produção de trigo em Joinville também foi transferida para outras unidades, sendo que a mais citada nas entrevistas orais que compõem a presente pesquisa, está localizada em Ponta Grossa, no Paraná.

3.2 A iconografia de um patrimônio industrial: retóricas sobre o Moinho Joinville²⁰

Dentro das possibilidades de pesquisas sobre patrimônio industrial, as fontes iconográficas se tornam documentos que trazem inúmeras informações. Nessa etapa da presente dissertação foi percorrido sobre os discursos instituídos através da iconografia relacionada ao Moinho Joinville.

²⁰ Texto parcialmente publicado nos Anais do 12º seminário de pesquisa em linguagens, leitura e cultura, 27º encontro do Proler, Univille - 2021. ISBN: 978-65-87142-33-3

Sobre o Moinho Joinville foram produzidas, ao longo do tempo, uma diversidade de imagens que nos permitem desenvolver diferentes interpretações sobre o que se pretendia dar visibilidade. As imagens estão inseridas dentre as possibilidades de investigação a partir da iconografia, pois como afirmam Silva e Silva (2009, p. 198) a iconografia “[...] abarca desde desenhos, pinturas e esculturas, até fotografias, cinema, propaganda, *outdoors*; tanto a imagem fixa quanto a imagem em movimento”.

Em relação ao repertório iconográfico do Moinho Joinville, hoje ele é bastante diversificado. É possível encontrar vídeos, desenhos, pinturas e fotografias principalmente em redes sociais. Nesta pesquisa o tipo de material iconográfico analisado em maior quantidade foram fotografias.

Para Boris Kossoy (2001, p. 40), a fotografia é um “Objeto-imagem: um artefato no qual se pode detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido”, assim, antes de iniciar a interpretação sobre a fotografia é importante contextualizar o documento em si, enquanto um objeto que apresenta características materiais, de usos, de funções, entre outros aspectos.

Tendo em vista a fotografia enquanto um objeto-imagem, ao fazer uma análise é importante considerar para além do registro congelado de determinados cenários, a perspectiva da criação da foto. Para Kossoy (2001, p. 50):

Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho.

Partindo disso, ao avaliar a fotografia é importante buscar subsídios que favoreçam pensar as condições em que foi planejada: o autor foi contratado? A fotografia era amadora? A intenção do autor era registrar qual aspecto que se vê? O autor organizou o cenário? As pessoas retratadas foram avisadas previamente? Qual a finalidade do registro?

Algumas questões como essas, podem auxiliar numa interpretação mais aprofundada da imagem. Meneses (2003, p. 28) sugere que se faz importante “retraçar a biografia, a carreira, a trajetória das imagens” para dar sentido a elas. Essa noção da identificação de uma biografia reforça a ideia do objeto-imagem, que para além do cenário que retrata tem toda uma trajetória de produção.

A partir das noções até aqui elucidadas, fica evidente que ao analisar uma fotografia existem variadas possibilidades de interpretação, sendo importante observar detalhes como o cenário, a linguagem corporal das pessoas fotografadas, o vestuário, a iluminação, o foco central, dentre outros.

A Figura 16, intitulada pelo Arquivo Histórico de Joinville como “Moinho de Trigo” tem datação estipulada entre 1910 e 1919, de modo que registra o Moinho Joinville nos primórdios de sua fundação que ocorreu em 1913. Esta fotografia foi feita pelo fotógrafo Fritz Hofmann (1872 – 1960) que, de acordo com matéria no Jornal ND Mais (SZABUNIA, 2016), foi um imigrante alemão que tinha um ateliê de fotografias em Joinville o que nos faz pensar que, provavelmente, como profissional, foi contratado para fazer essa foto.

Na perspectiva da criação do testemunho, como aponta Kossoy (2001), se pode vislumbrar o cenário do Moinho nas suas características primeiras, além do entorno do bem que atualmente possui outros anexos ligados a ele:

Figura 16 – Moinho Joinville [1910-1919]



Fonte: HOFMANN, Fritz. Inventário 2174. Acervo do AHJ.

Ao nos determos à imagem com atenção, podemos construir uma noção sobre o que o fotógrafo pretendia externalizar com esse registro. Percebemos que o

enquadramento da foto institui o Moinho como uma edificação de grande proporção, o ordenamento de seu entorno evidencia um cercamento de acesso, há pouca vegetação demonstrando asseio, há organização, mas há também a ausência. Das fotografias consultadas no AHJ, nos registros mais remotos, desde a construção, nas primeiras décadas do século XX, os únicos trabalhadores fotografados foram aqueles que trabalharam na construção em si, registrados em meio às obras.

A maioria das imagens que representa essa indústria nas suas primeiras décadas de funcionamento é como a da Figura 16: viabilizam o porte da edificação, mas não deixam evidente trabalhadoras ou trabalhadores, não vemos nem em trânsito, por acaso, qualquer trabalhador nessa imagem. Será que a ideia da foto era essa? Fazer o registro em um momento que não fosse possível enxergar o trabalhador fabril em seu espaço de trabalho?

Essas questões nos permitem refletir sobre a possibilidade de fotografias como essa instituírem uma retórica a partir do ponto de vista da propriedade da indústria, da imponência, do poder industrial, mas nunca sob a ótica do trabalho fabril... do trabalhador de “chão de fábrica”.

Se por outro lado, entrarmos na discussão sobre a evocação de memória (HALBWACHS, 2006) de trabalhadores, a iconografia poderia operar como um suporte, evidenciando circunstâncias que pudessem remeter à vida na labuta fabril. No entanto este é um caminho que exige a elaboração de uma problemática sobre outra perspectiva que não se pretende abordar aqui.

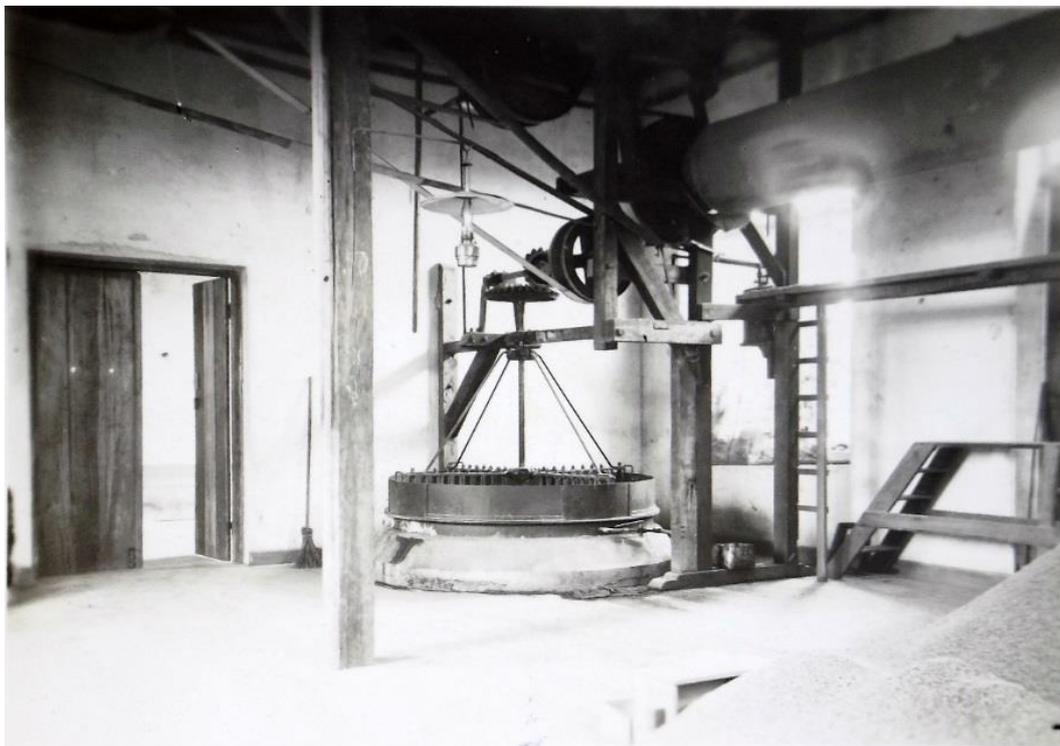
O olhar do autor da fotografia é imbuído da sustentação de um discurso, de uma forma de pensar e ver a cidade. Esse discurso pode ser identificado na medida em que a fonte atue como sociotransmissora (CANDAUI, 2010), de modo que, metaforicamente, poderíamos pensar o “objeto-imagem” como um agente ativo que permitiria fazer conexões entre discursos e a imagem.

Pensando ainda nessas conexões que podem ser estabelecidas através de fontes iconográficas, além de uma relação discursiva, é possível também vislumbrar o espaço do trabalho industrial numa perspectiva de comparação, de registro, de percepções sobre modos de produzir em outra realidade.

A Figura 17 registra o interior do Moinho Joinville entre 1913 e 1920. Na imagem, de autoria desconhecida, é possível perceber a forma com que os grãos eram armazenados; uma parte do maquinário empregado na época; a iluminação do

espaço; os objetos relacionados ao maquinário, em sua maioria de madeira; e até mesmo ver uma vassoura ao fundo, bastante diferente das que habitualmente utilizamos.

Figura 17 – Interior do Moinho Joinville [entre 1913 -1920]



Fonte: Coleção Memória Iconográfica. Inventário 3562. Acervo do AHJ.

As informações contidas nessa imagem, nos remetem aos ofícios e técnicas, e, além disso, novamente à ausência. Constatamos a ausência de trabalhadores no interior da indústria, no local que abriga a operação de processos da produção, parece que a cena foi plantada, que o operário foi deslocado. Se evidencia o trigo acumulado em meio a um processo, a porta aberta e ao seu lado uma vassoura, que tem a função primeira de higienizar: ofícios e processos operados por trabalhadores e trabalhadoras.

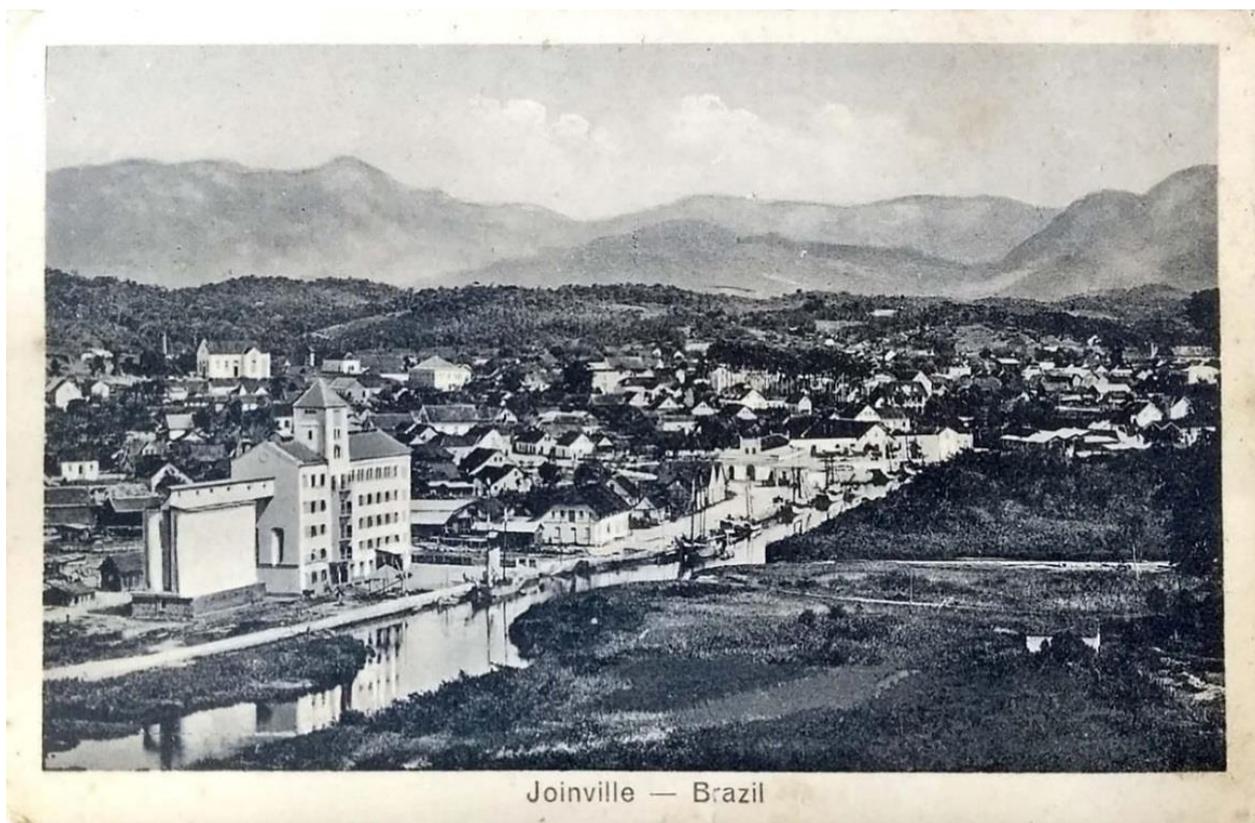
Este tipo de fotografia permite criar conexões fundamentais para o estudo no campo do patrimônio industrial que dizem respeito às tecnologias empregadas. Considerando que objetos e maquinários disponíveis no passado, foram em algum momento o que havia de mais atual, apto ou novo, é possível pensar o envelhecimento da tecnologia:

Foram, em seu tempo, o que havia de mais moderno em termos de tecnologia; agora silenciam, obsoletos. A reaparição súbita destes objetos ante nossos olhos revela o envelhecimento da tecnologia, e nessa descoberta, permite vislumbrar todas as energias gastas e utilizadas em seu fabrico e todas as atividades que envolviam a sua produção (MENEGUELLO, 2021b, p. 24)

Ao nos depararmos com uma fotografia que ilustre o cenário de uma indústria que operou em outro tempo, podemos encontrar pistas desse envelhecimento tecnológico e, refletir a respeito das técnicas outrora disponíveis neste espaço fabril, hoje obsoletas.

A iconografia também pode favorecer interpretações e problematizações relacionadas às retóricas estabelecidas ao longo do tempo sobre determinados bens (FIGURAS 18 e 19).

Figura 18 – Moinho Joinville em foto panorâmica - 1925



Fonte: QUIDDE, Hugo. Joinville- Brazil. Cartão Postal, p&b. Inventário 8307. Acervo AHJ.

A Figura 18, atribuída à Hugo Quidde, de 1925, foi constituída como cartão postal de Joinville e enviada em correspondência para a Alemanha, conforme foi

possível identificar no verso. De acordo com Martins (2008), Hugo Quidde era proprietário de uma editora de fotografias. Segundo a autora:

No caso de São Francisco do Sul, como ocorreu em outras cidades, os autores das imagens vendiam os direitos de reprodução das fotografias para os editores de modo a evitar custos com a impressão e distribuição do produto. Assim, uma única editora poderia publicar vistas de autoria de diversos fotógrafos. (MARTINS, 2008, p. 57).

Nesse sentido, o repertório de fotografias atreladas a fotógrafos como Quidde, que possuíam editoras, poderia ser composto por fotografias de outros fotógrafos, cujas autorias seriam difíceis de identificar, inibindo a possibilidade de construir interpretações partindo desse aspecto.

Voltando à Figura 18, o registro panorâmico em postais era muito utilizado por favorecer a comercialização, conforme afirma Kossoy (2016, p. 63):

Fotógrafos conhecidos em diferentes Estados, a par de suas atividades tradicionais como retratistas, além de editores locais, voltavam-se também para a produção e veiculação de fotos para postais, predominando as vistas de logradouros e panoramas de cidades, temas esses de interesse comercial mais imediato.

Os postais tinham função de correspondência e, além disso, eram “instrumentos de propaganda, particularmente no caso de vistas das cidades” (KOSSOY, 2016, p. 67). Dessa forma, é possível observar, na Figura 18, que a paisagem de Joinville é apresentada com o Moinho Joinville em primeiro plano, fato que demonstra a importância visual da edificação na cidade.

A evidência de uma indústria como cartão postal poderia ter várias finalidades que favorecessem propagandear a cidade, desde o destaque da edificação pelo aspecto arquitetônico e sua grandeza em meio às edificações do entorno como também o registro da importância que a indústria tinha na época.

A retórica em torno da “Manchester catarinense”, codinome há muito tempo sustentado, sendo ainda atualmente empregado, faz referência à potência industrial da cidade:

Para nós, a ilha do silício se mostra tão promissora quanto o vale, mas outra cidade está roubando a cena e vem atraindo os holofotes de empreendedores e com eles, seus investimentos. Joinville, apelidada de “Manchester catarinense”. O apelido está ligado ao seu passado,

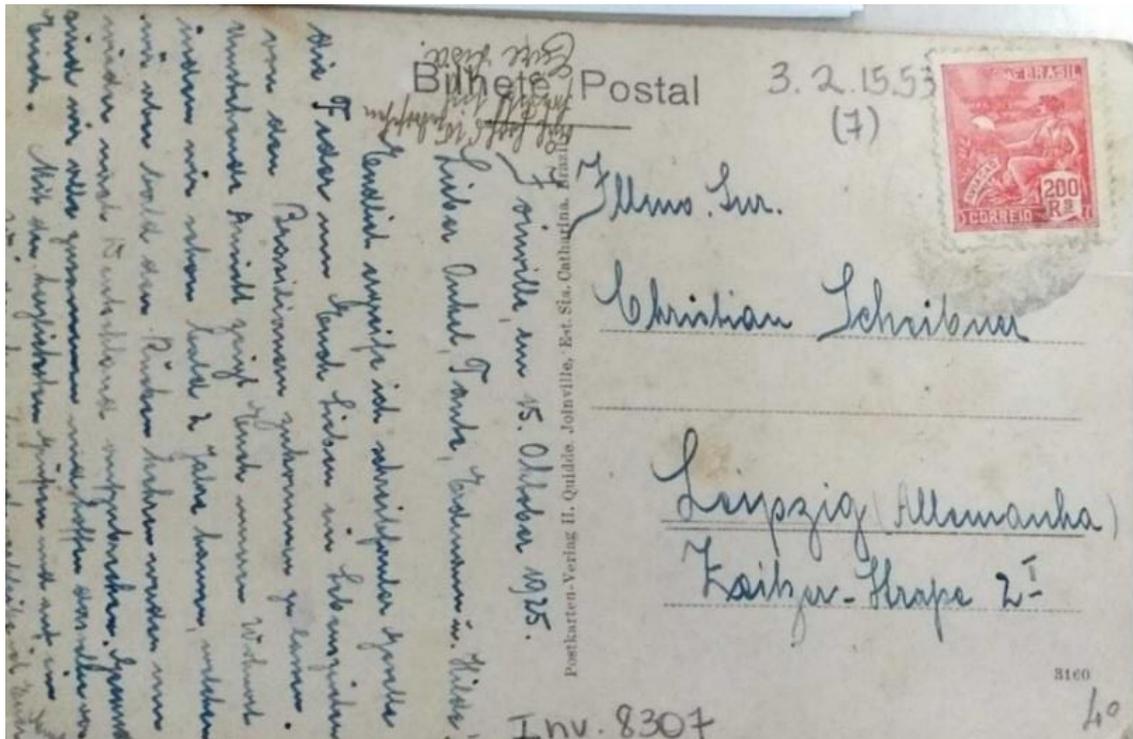
um vínculo industrial semelhante ao da cidade Inglesa. Manchester é o segundo maior centro urbano do Reino Unido que abriga centenas de indústrias. [...] (VISSOTTO, 2021)

Da mesma forma, “Cidade do trabalho” também sustenta um discurso que permeia a forma que a cidade é apreendida e, de certa forma, propagandeada, atraindo pessoas que se deslocam de outros lugares em busca de melhores condições de vida. Ao considerar esses codinomes, a leitura de registros anteriores através de fotografias, nos permite pensar sobre as retóricas que estavam sendo instituídas e, da mesma forma, pensar em que medida eram absorvidas pela parcela da população que consumia esses registros comercializados.

O cartão postal (Figura 18) foi adquirido para ser enviado para Alemanha. Em seu verso (Figura 19), escrito no idioma alemão, o remetente informa que a imagem registra seu atual lugar de residência, onde residia há 2 anos, mas que, no entanto, esperava brevemente retornar para a Alemanha²¹. Certamente a escolha da fotografia para identificar e apresentar a cidade que residia foi feita por ser considerado um postal bonito, por sustentar, talvez, uma imagem relacionada ao panorama da cidade que compreende casas, montanhas no entorno, e no centro em grande destaque, uma indústria, um símbolo de uma “cidade do trabalho”, da “Manchester catarinense.”

²¹ Tradução resumida de Glória Paschoal de Camargo.

Figura 19 – Verso do Cartão Postal - 1925



Fonte: QUIDDE, Hugo. Joinville- Brazil. Verso do Postal, manuscrito. Inventário 8307. Acervo AHJ

O fato dessas retóricas, que privilegiam um cenário composto pela saliência de uma indústria, não se restringem aos primórdios do séc. XX, pode ser observado através das redes sociais, onde o Moinho Joinville ainda é registrado com um olhar singular, conforme podemos perceber na Figura 20:

Figura 20 – Vista frontal do Moinho Joinville - 30/11/2020



Fonte: “Moinho Joinville, um verdadeiro cartão postal da área central”, @descobrindojoinville. Reprodução do *instagram*. Acesso em: 10 ago. 2021.

A Figura 20, retirada do *instagram*, postada em 2020, estabelece uma legenda que identifica o bem como cartão postal da cidade de Joinville. Esta fotografia moldada em um formato que atende ao padrão das redes sociais, reproduz uma noção de que este Patrimônio ainda é algo notório e singular que se destaca na cidade.

As Figuras 18 e 20 ao serem relacionadas permitem refletir sobre similitudes e distanciamentos entre discursos ao longo dos anos. Podemos perceber que mesmo quase 100 anos após a criação de cartões postais que referenciavam a pujança do Moinho Joinville, uma visão comum ainda é sustentada. Embora a Figura 20 seja produto de postagem em rede social aberta, sem um destino restrito, com outra intenção que não a da correspondência postal, se perpetua a noção de que este bem se sobressai, de alguma forma, no cenário joinvilense.

O uso das fontes iconográficas em conjunto com fontes bibliográficas potencializa pesquisas ao abrir diversas possibilidades de análise e problematizações.

O acesso ao acervo fotográfico digitalizado do AHJ, a imagens existentes em redes sociais, em jornais online, dentre outros, facilitam o uso dessas fontes na pesquisa histórica.

Os caminhos pelos quais as fontes iconográficas foram produzidas, nos permitem identificar diferentes discursos e intenções, assim como também retóricas que continuam sendo sustentadas ao longo do tempo.

Meneguello (2011) chama atenção para a falta de um inventário do patrimônio industrial a nível nacional, e afirma que a documentação associada a ele, muitas vezes, se perde antes do “desaparecimento dos vestígios físicos”. Dessa forma, as fontes iconográficas se apresentam como um importante repertório documental que registra esses espaços e permite, mesmo que tardiamente, compor um repertório de espaços industriais. Esse repertório incorporado às pesquisas, por sua vez, poderia influenciar na identificação das características de um patrimônio industrial além de aproximar comunidades de suas próprias memórias, permitindo caminhos para a preservação.

O uso das fontes iconografias em conjunto com a pesquisa bibliográfica, deixou evidente que é possível criar conexões e identificar discursos evocados como aqueles que remetem Joinville a uma cidade industrial, assim como representações instituídas pela população em geral ou mais especificamente por meio de jornais, fotografias e outras fontes construídas ao longo do tempo.

Cabe mencionar que além das imagens e fotografias produzidas sobre o Moinho Joinville foram encontrados Projetos Arquitetônicos no acervo do AHJ. Esses Projetos também são considerados fontes iconografias e permitem explorar outras questões, como as mudanças arquitetônicas ao longo dos tempos que documentam, por sua vez, novas demandas produtivas, dentre outros aspectos.

3.3 Testemunho do tempo: transformações no espaço físico

Ao longo de pouco mais de cem anos, a edificação que abrigou o Moinho Joinville passou por mudanças tecnológicas, ampliações, reformas, que podem ser identificadas através de Projetos Arquitetônicos, fotografias, reportagens em jornais, e evidentemente, na memória de seus trabalhadores. Nesse sentido cabe fazer uma análise dessas transformações que testemunham mudanças logísticas, econômicas, culturais e sociais da cidade.

Para tanto, foi de extrema importância o Laudo Pericial (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013), que faz uma análise arquitetônica bem fundamentada por profissionais da área da Arquitetura e do patrimônio cultural. O documento citado destaca que a edificação é caracterizada tipicamente por uma arquitetura industrial, onde o objetivo era otimizar ao máximo os espaços tanto em relação à ocupação, como funcionalidade e iluminação. Além disso, também são características de edifícios fabris a "resistência dos materiais construtivos utilizados e localização estratégica nas proximidades das fontes de matérias primas e vias de transporte" (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013, p.29).

Nesse sentido, a inserção da edificação beirando o cais Conde D'Eu e margeando o Porto de Joinville, como já observado, faz parte das próprias características do bem que tem sua fachada voltada para a principal via de transporte da época, o Rio Cachoeira. Como bem pontuou Oliveira (2021, p. 22), a arquitetura industrial é projetada de maneira a cumprir sua função produtiva que a torna indissociável da identidade industrial impressa em edificações como a do Moinho Joinville, o que torna essas edificações testemunhos das funções originais enquanto existirem.

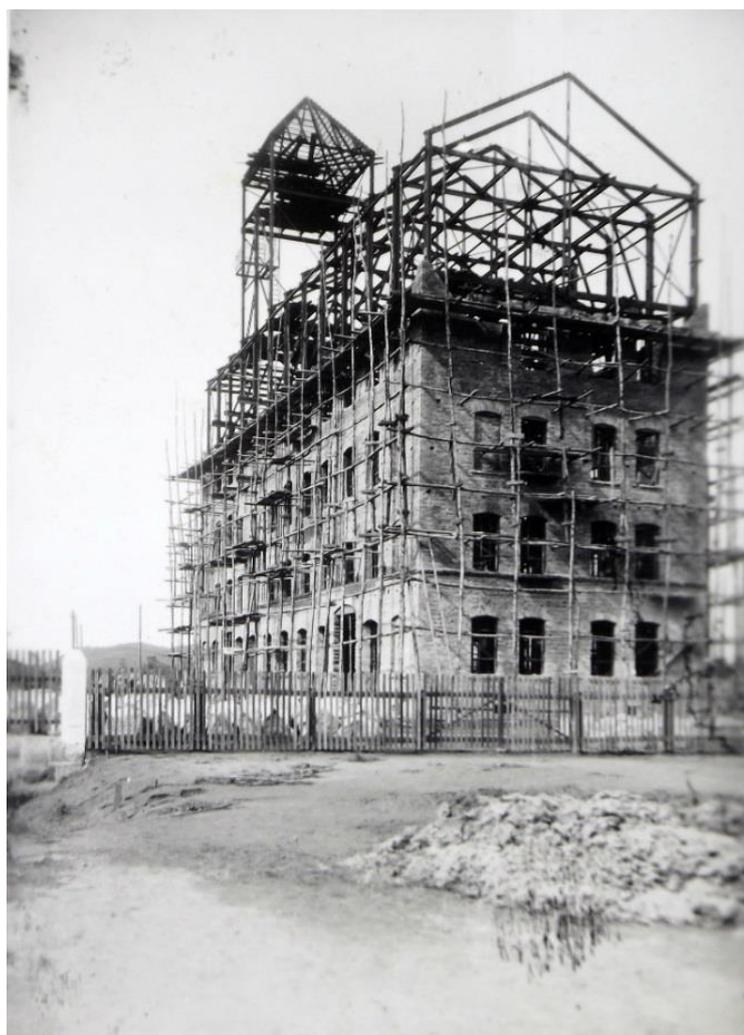
A arquitetura industrial do passado que compõe os exemplares do patrimônio industrial era pensada para ser funcional dentro das tecnologias que existiam naquele período. A construção de edificações verticais deu-se para atender a essas demandas, pois como aponta Cordeiro (2011, p. 3) isso fazia com que uma "solução mais satisfatória para determinadas indústrias, como a têxtil e a de moagem, tivesse sido um edifício de planta retangular, comprida e estreita, desenvolvendo-se em altura até um limite que poderia atingir os seis andares."

Da mesma forma era uma solução mais econômica em relação ao terreno necessário e mesmo no emprego de materiais da edificação:

Em primeiro lugar, podia-se obter o espaço necessário de uma forma mais econômica num edifício de vários andares, do que num de um só piso; um edifício em altura necessitava de menos terreno e de uma menor quantidade de materiais, sobretudo na construção das complicadas estruturas para suportar os telhados. (CORDEIRO, 2011, p. 3)

A edificação objeto da pesquisa, foi desenvolvida sob um esqueleto, ou melhor uma estrutura metálica, e alvenaria de tijolos maciços resultando em um edifício de cinco andares, como se pode observar na Figura 21, que se sobressai até os dias de hoje dada sua “verticalidade” (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013).

Figura 21 – Moinho de Trigo. Etapa de construção [entre 1912 e 1913]



Fonte: Coleção Memória Iconográfica. 1 foto p&b, Inventário 3512. Acervo AHJ.

O uso da estrutura metálica proporcionava maior durabilidade e:

[...] garantia maior funcionalidade, tanto no que diz respeito à proteção contra incêndios, quanto em relação à questão espacial, pois possibilitava a criação de espaços mais amplos, com menor número de pontos de apoio e, conseqüentemente, maiores vãos. (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013, p. 29)

O emprego desse material na arquitetura industrial do passado foi uma forma de “resolver a necessidade da criação de amplos espaços que permitissem a instalação e a laboração das máquinas com o mínimo de obstrução possível” (CORDEIRO, 2011, p.4). Nesse mesmo sentido Cordeiro (2011) pontua que a tipologia das esquadrias somada à planta retangular eram respostas para a necessidade de iluminar o maquinário.

Essa tipologia, típica do patrimônio industrial, pode ser vista na soma da planta retangular com as esquadrias, as quais foram elaboradas com detalhes singulares e diferentes, com influências do estilo eclético:

Nas fachadas do prédio principal do Moinho Joinville, observa-se que foram adotados elementos decorativos e de composição segundo o estilo eclético, com a presença de aberturas em arco pleno e em arco abatido, além de enquadramentos de vãos, pilastras, cimalkas e molduras em relevo de massa. (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013, p. 31)

Tais detalhes descritos por Silva; Bruske; Cunha; Esteves e Ramos (2013) podem ser identificados na Figura 22, onde é possível perceber esquadrias em arco pleno e abatido, e portas em arco abatido, além dos detalhes em relevo de massa que as ornamentam:

Figura 22 – Fachada principal do Moinho Joinville, 2015.



Fonte: Raul Walter da Luz, 1 fotografia, color, 2015. Acervo particular Raul W. da Luz.

Até a entrega desta dissertação não foi possível identificar a autoria do projeto original do Moinho. Contudo, sobre a empresa que o construiu, pode-se ler no jornal **Comercio de Joinville** (12/04/1913, p. 1) que “A construção do bellissimo edificio e bem assim os seus machanismos foram confiados a importante firma de Braunschweig – Alemanha, Amme, Giesecke & Konegen”. Costa e Silva (2015) citam, com base em documentos acessados por meio do Centro de Memória Bunge²², que o ferro e o aço utilizados no Moinho Joinville eram importados da Alemanha, e que a edificação e as máquinas foram de fato feitas pela Amme, Giesecke & Konegen - AGK.

A AGK, era uma empresa que projetava e construía moinhos, maquinários de moinhos e outros produtos, localizada na Alemanha, mas que atendia diversos países, motivo pelo qual possivelmente tenha sido a responsável pelo projeto do Moinho

²² O Centro de Memória Bunge contém um acervo de documentos relacionados aos moinhos que a Bunge foi proprietária, porém não é de consulta pública. O acesso para a presente pesquisa foi solicitado em agosto de 2022 e aguarda retorno.

Joinville. Na Figura 23, se pode ter uma noção das variedades de serviços oferecidos: “todos os tipos das mais avançadas máquinas de moagem de farinha moinhos completos - silos, celeiros de andares, transportadores, elevadores-descarregadores, moinhos simples²³”:

Figura 23 – Anúncio da Amme, Giesecke & Konegen



Fonte: Cunha, 2013, p. 65

O site Albert Gieseler (GIESELER, 2009) apresenta uma linha do tempo da história da empresa onde é mencionada a construção do Moinho Santista em Santos entre 1906 e 1907. No entanto, o site não cita o empreendimento de Joinville.

Emílio da Silva (1975) ao se referir ao sócio Domingos Rodrigues da Nova Junior, como já citado anteriormente, afirma que o “maquinário foi por ele adquirido na Europa. Construído o moinho sobre atêro às margens do rio Cachoeira, foram fincados 600 trilhos de ferro para suporte da fábrica.” (SILVA, 1975, p. 226). Nesse sentido, esse autor além de apontar que houve deslocamento daqui para o exterior em busca da tecnologia que foi empregada no Moinho, traz informações sobre o fundamento da edificação.

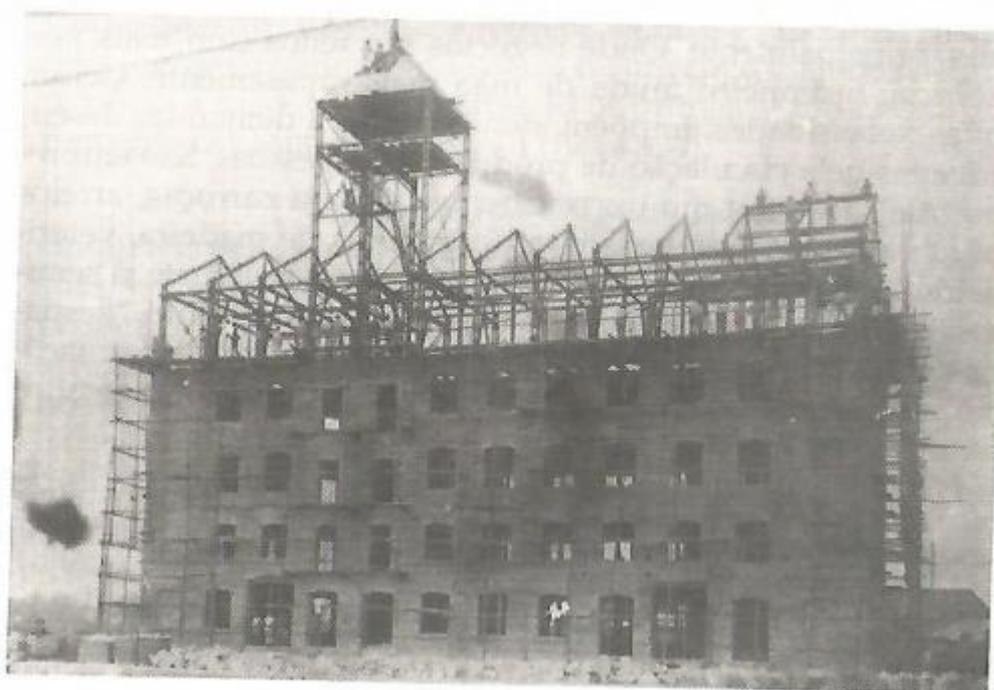
²³ Tradução do anúncio que foi retirado da tese de Doutorado de Cunha, 2013.

Apolinário Ternes (1993), em **A construção da cidade**, afirma, em legenda de uma foto do Moinho, que Eduardo Miers foi o construtor responsável e dá detalhes sobre a obras:

Festa da cumeeira do prédio do Moinho, construído entre os anos de 1910 a 1913. Sob a responsabilidade do construtor Eduardo Miers. Para implantar uma construção tão sólida, às margens do Cachoeira, foram necessárias providências especiais e grande planejamento de trabalho, aproveitando-se o cíclico das marés. Além de milhares de pedras, na instalação do muro de proteção, o terreno recebeu também milhares de toras de madeira como fundamento. (TERNES, 1993, p. 17)

A fotografia legendada por Ternes, pode ser visualizada na Figura 24. O registro evidencia alguns trabalhadores na torre e no último pavimento da edificação, sendo possível observar que na torre há disposição desses trabalhadores próximos ao cume. A festa da cumeeira era uma celebração da conclusão da última etapa de construção de uma edificação, quando se costumava fixar uma coroa de flores feita pelos trabalhadores.

Figura 24 – Festa da cumeeira no Moinho Joinville [1912-1913]



Fonte: Ternes, 1993, p.121

O autor afirma ainda que "o prédio traduz um significativo avanço da construção civil de Joinville e da capacidade da engenharia local" (TERNES, 1993, p. 121). No entanto o autor não cita a fonte da informação para que se possa aprofundar. De todo modo, apesar de atribuir mérito à engenharia local, a atribuição a Eduardo Miers é sobre a construção, não se discute a autoria do projeto em si, mas sim a prática de edificar. Assim, a construtora da qual Miers era proprietário, poderia ter sido contratada para fazer a construção do projeto da AGK.

Embora não tenha sido localizado o projeto arquitetônico inicial do Moinho Joinville, foram identificados no AHJ projetos relacionados a ele a partir da década de 1930, quando a Instituição estava sob propriedade da Umbra, projetos impulsionados por novas demandas de produção. Esses projetos arquitetônicos podem ser acessados por meio de solicitação, via e-mail, ao AHJ, integram a Coleção de Projetos Arquitetônicos e estão, em sua maioria, digitalizados, sendo possível identificá-los através de número específico e ano.

Desse modo, o primeiro projeto que foi encontrado no acervo do AHJ relacionado ao Moinho em si é de 1931, um abrigo para transformador de energia elétrica, elaborado pela construtora Keller e Cia (KELLER E CIA. PROJETO ARQUITETÔNICO 030, 1931). Em 1935 é a vez da construção de um canal e um rancho para o Moinho, nas proximidades do cais, elaborado também pela Keller e Cia. (KELLER E CIA., PROJETO ARQUITETÔNICO 119, 1935). Em 1936 consta o projeto de um armazém, sinalizando a necessidade de novas unidades para armazenamento de produtos (GROGEL, L., PROJETO 105, 1936). Cabe mencionar que foram encontrados no acervo do AHJ alguns projetos sob propriedade da Umbra e da Samrig em Joinville, que diziam respeito a residências.

Esses projetos citados dizem respeito ao entorno da edificação principal, de forma que não ocasionam grandes intervenções na mesma. A Figura 25 registra o prédio principal do Moinho. É possível perceber os cinco pavimentos, o primeiro conjunto de silos e a ornamentação das esquadrias ainda em andamento.

Figura 25 – Moinho Joinville [Entre 1913 – 1920]

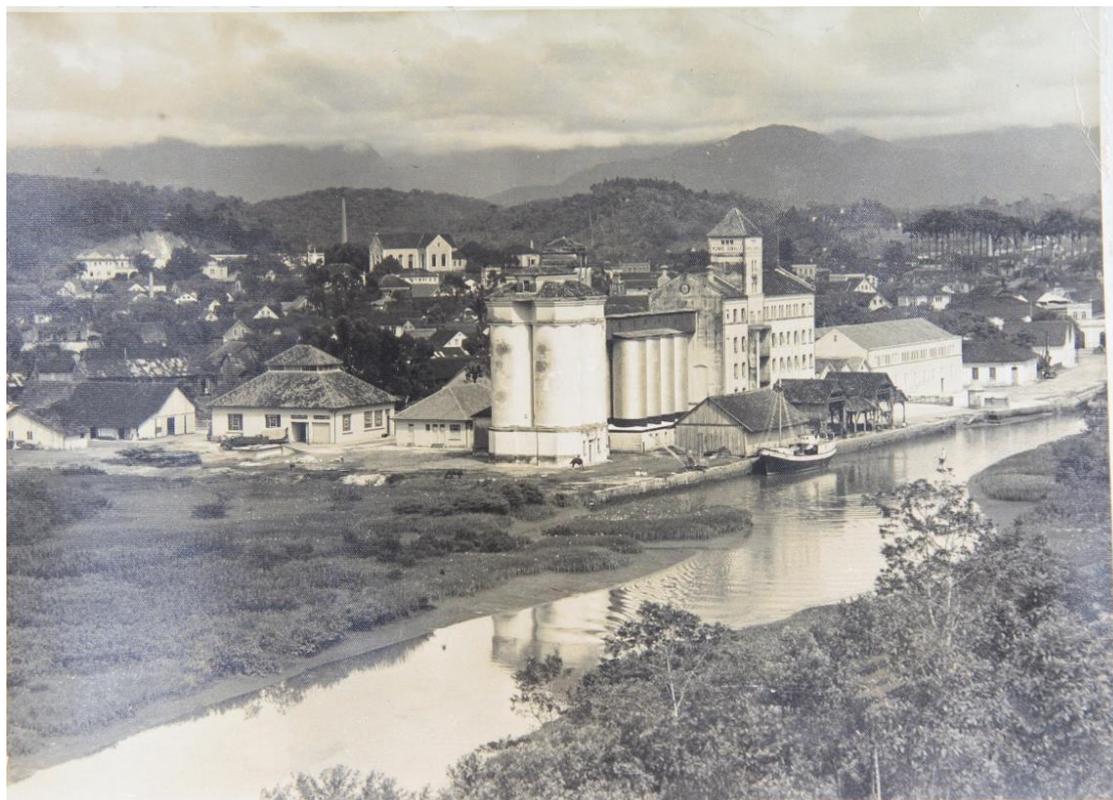


Fonte: Autor desconhecido. Moinho Joinville [Entre 1913 – 1920]. Coleção Memória Iconográfica. Inventário 3536; 7834,1 foto p&b. Acervo AHJ.

Posteriormente, em 1937, foi feito o projeto dos cinco novos silos que foram implantados na unidade. Esse projeto, elaborado por J. Diez e Cia. Eng. de São Paulo, projetava, além dos silos novos, uma casa de elevadores, limpeza e compressores. Essa obra, realizada ainda na gestão da Umbra, pode ser considerada como a primeira grande ampliação da unidade moageira e foi responsável por transformar a edificação.

Na Figura 26, se pode perceber o conjunto dos novos silos já edificados e a existência de outras edificações anexas, como galpões no cais e outros anexos na parte posterior como é o caso do prédio da oficina que foi mencionado ao longo do Processo de Tombamento (JOINVILLE, 2009) do Moinho dadas suas características arquitetônicas e por representar um “importante contraponto com o prédio original” (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013).

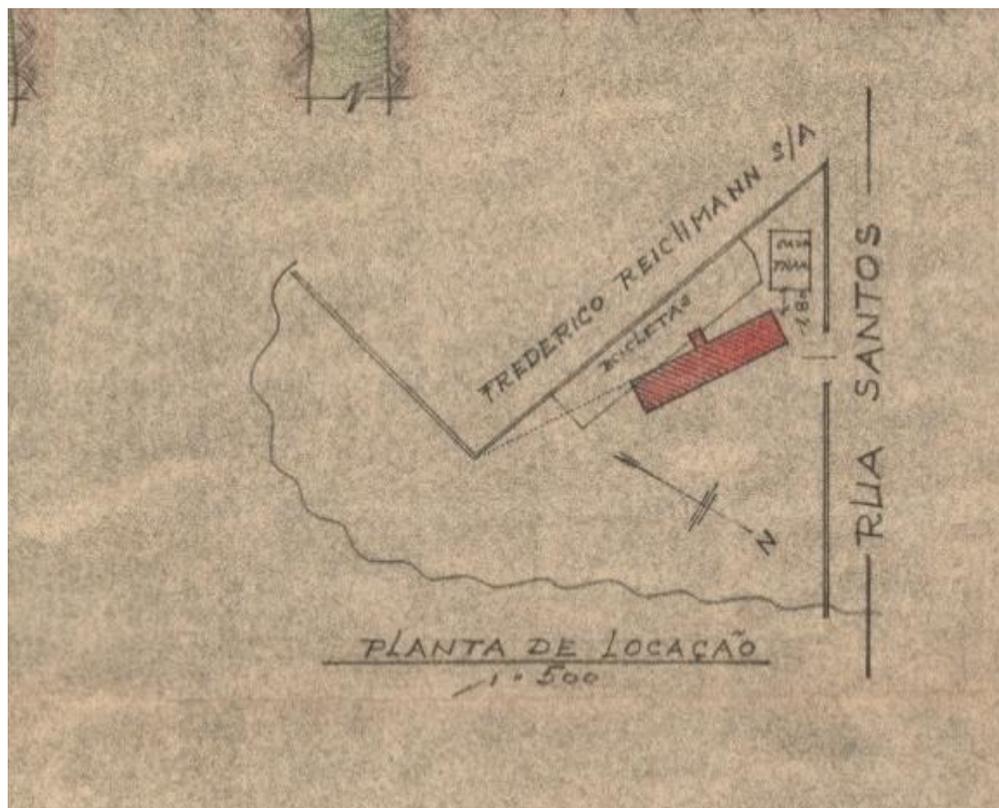
Figura 26 – Moinho Joinville e prédio das oficinas [Entre 1930 – 1950]



Fonte: Autor desconhecido. Moinho Joinville [entre 1930-1950]. 1 foto p&b. Coleção Memória Iconográfica. Inventário 3554. Acervo AHJ.

Em 1954, elaborou-se o projeto de uma caixa para embutir balança para caminhões que, de acordo com o projeto arquitetônico (MOINHOS RIOGRANDENSES, 1954), ficava localizada na parte posterior do Moinho, próxima da entrada da Rua Santos onde ficava a entrada principal para o transporte rodoviário, evidenciando que, nessa época, o transporte visava atender demandas do Moinho (Figura 27).

Figura 27 – Projeto para embutir balança para caminhões - 1954

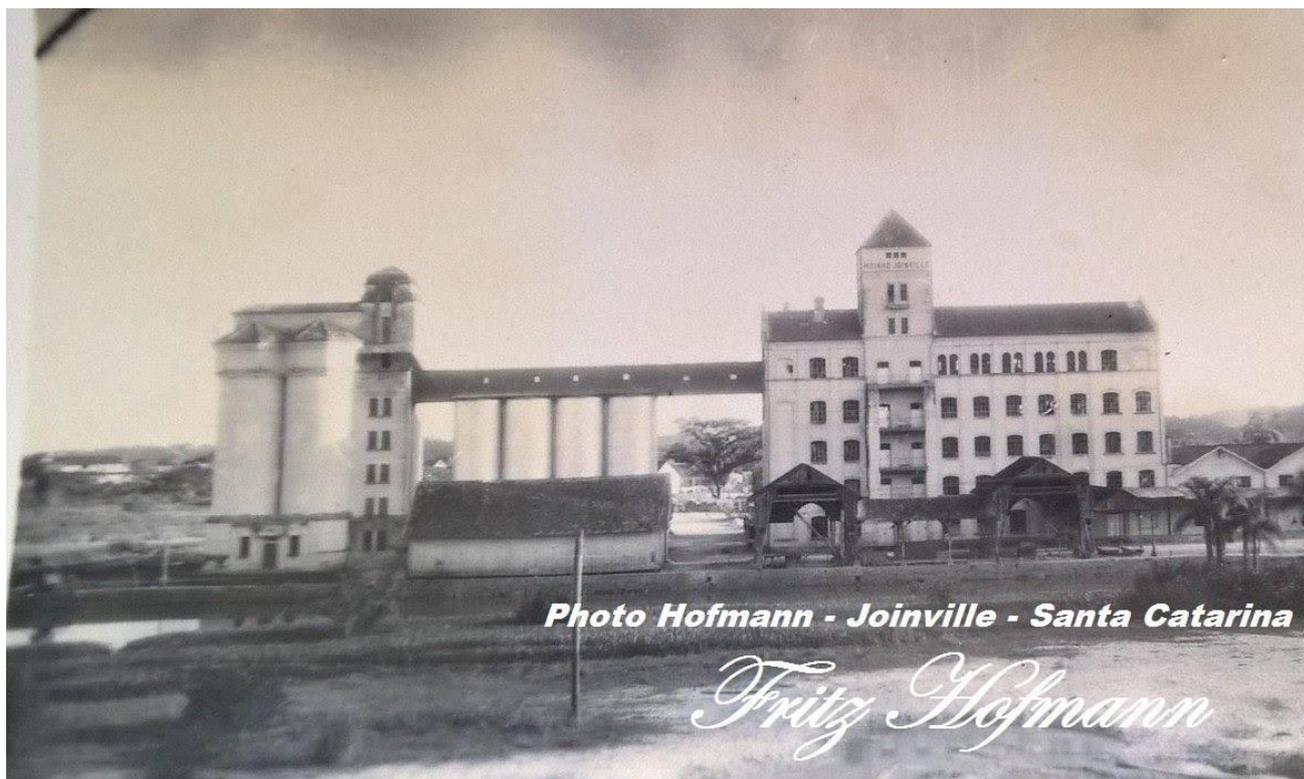


Fonte: Projeto Arquitetônico 189 - 1954. Acervo AHJ.

No ano seguinte, 1955, um novo projeto previa a construção para uma casa controle para a pesagem dos caminhões (MOINHOS RIOGRANDENSES, 1955) e, nos anos de 1968 (MOINHOS RIOGRANDENSES, 1968) e 1969 (MOINHOS RIOGRANDENSES, 1969), foram construídos silos horizontais junto à unidade. Os projetos dessas ampliações dão uma ideia de como estava em expansão a produção do Moinho, de modo que os treze silos existentes, não eram suficientes para abrigá-la.

O Laudo Pericial do Moinho (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013, p. 34) aponta que na década de 1980 houve uma nova intervenção na edificação principal a partir da construção de um volume entre os primeiros silos e o prédio de moagem “resultando em um volume com três filas de vãos marcados com relevo de argamassa sobre alvenaria cega”. Essa intervenção pode ser comparada nas Figuras 28 e 29 respectivamente:

Figura 28 – Moinho Joinville visto do rio Cachoeira [entre 1937-1960]



Fonte: HOFMANN, Fritz. Moinho Joinville [entre 1937 - 1960]. Acervo particular Fátima Hofmann.

Figura 29 – Moinho Joinville - 2017

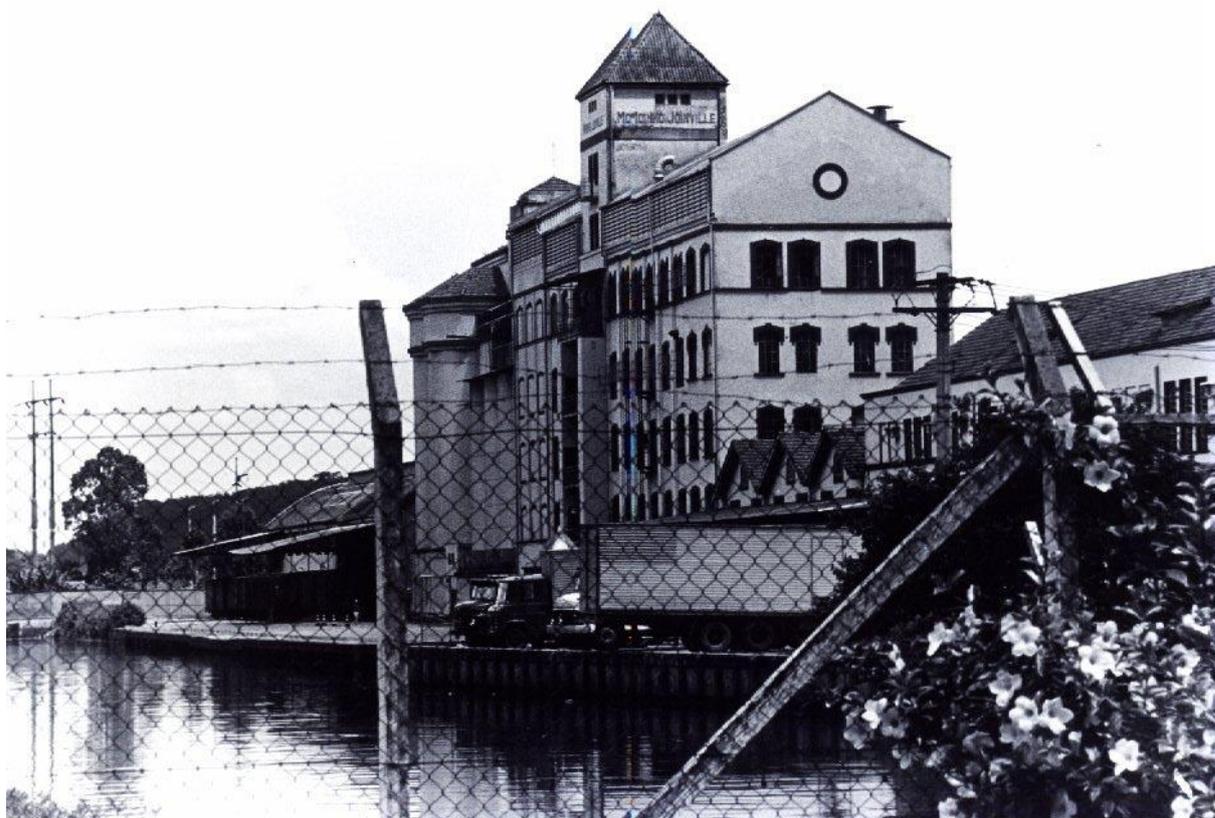


Fonte: Jornal **NSC**. 2017. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/moinho-joinville-esta-sendo-ofertado-em-leilao-online>. Acesso em: 20 ago. 2022.

As Figuras 28 e 29 também podem ser analisadas para perceber outra intervenção que, segundo Silva; Bruske; Cunha; Esteves e Ramos foi realizada na década de 1990, quando foi incluído mais um pavimento na edificação, sendo “mantido o telhado em duas águas, agora sem os lanternins” (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013, p. 36). O lanternim tem função de ventilação e pode ser visto nas Figuras 16 e 25, já na Figura 28 ele está ausente, antes da década de 1960. Outro aspecto da aparência do imóvel que podemos perceber a mudança é no fechamento das varandas que acompanhavam a torre do edifício, feito sacadas²⁴.

Pelo menos até 1989 é possível identificar a existência dessa sacada nas fotografias pertencentes ao acervo do AHJ, como pode ser visto na Figura 30, de autoria de Rosane Eberhardt Gualberto da Silva:

Figura 30 – Moinho de Trigo - 1989



Fonte: SILVA, Rosane Eberhardt Gualberto da. Moinho de Trigo, 1989. 1 foto p&b. Inventário 3556. Acervo do AHJ.

²⁴ Pelo menos até 1989 foi possível identificar a existência dessa sacada nas fotografias pertencentes ao acervo do AHJ, como pode ser visto na fotografia sob o número de inventario 3556, de autoria de Rosane Eberhardt Gualberto da Silva.

O Processo de Tombamento (JOINVILLE, 2009) do Moinho Joinville garantiu legalmente que muitas características fossem preservadas a partir de então. O Laudo Pericial menciona importantes aspectos dessas características como a existência dos trilhos de trens em frente à fachada principal que é voltada para o rio Cachoeira, a existência de um suporte para atracar embarcações no cais, o próprio cais de contenção em pedra e ainda a ponte sob o rio Jaguarão objeto de discussão patrimonial atualmente. Esses exemplos representam testemunhos da passagem do tempo, das transformações logísticas e do envelhecimento de uma tecnologia, como menciona Meneguello (2021b).

Assim como as ampliações, houve a adição de anexos ao bem e de novos maquinários. Todo o complexo do Moinho foi utilizado de formas específicas em cada período de seu funcionamento, iniciando pelo acesso via Porto de Joinville, a partir de sua fundação em 1913, via ramal ferroviário, na década de 1950, e aos poucos o acesso rodoviário. O acesso rodoviário foi primeiramente efetivado pela Rua Santos e após mudanças ocorridas na distribuição dos lotes no entorno, via Rua Urussanga.

Esses aspectos permitem que se perceba como o vislumbre de um patrimônio ligado à indústria é abundante. Como sugere Meneguello (2018) não há metonímia no patrimônio industrial, todos os vestígios sejam eles ligados à logística, ao transporte, ou à distribuição de trabalho, revelam um modo de organizar a produção, que contempla tal indústria. O Moinho Joinville não é apenas uma edificação presente em registros e representações, recortada de seu entorno: ele é um complexo industrial emaranhado de vestígios que dão vida à sua existência.

A preservação de um complexo industrial, implica que se pense na preservação de grandes áreas, o que pode ocasionar impactos de vastas proporções dimensionais, diferente do que é proposto para imóveis residenciais tombados, por exemplo. Esses impactos, na maioria das vezes, não são bem-vistos pelos gestores públicos e ou pelos proprietários dos imóveis tombados, já que podem limitar as possibilidades de novos usos de grandes áreas que estão, geralmente, localizadas em áreas nobres das cidades que, por isso, são muito valorizadas.

Rufinoni (2021) pontua que, especialmente no caso do patrimônio industrial, é necessário perceber quais valores se desejam tutelar no tombamento. Para a autora essa prerrogativa:

[...] diz respeito a quaisquer categorias de bens edificados, mas assume particular relevância no caso do patrimônio da industrialização, devido à diversidade de atributos e, conseqüentemente, de áreas disciplinares a serem consideradas em sua identificação e valorização. Se não há clareza sobre quais foram os valores que levaram a selecionar e salvaguardar determinado bem, as ações posteriores ao tombamento poderão esvaziá-lo de sentido. (RUFINONI, 2021, p.73)

Especialmente se tratando de Joinville, uma cidade que possui um grande e pujante parque industrial, essa situação não é isolada, pois a história local é marcada pela presença de outros bens que se inserem em tal discussão. O reconhecimento de um bem enquanto um patrimônio da cidade, no entanto, perpassa por outros caminhos além do da institucionalização.

4. MEMÓRIAS DO TRABALHO SOBRE O MOINHO JOINVILLE

O capítulo final dessa dissertação, analisa as entrevistas orais realizadas ao longo da pesquisa, a partir da problemática sobre quais são as narrativas de trabalhadoras e trabalhadores do Moinho Joinville sobre esse Patrimônio da cidade de Joinville. A metodologia adotada ao longo dessa etapa parte do uso de documentos orais por meio da História Oral, de jornais, legislação Federal e da pesquisa bibliográfica.

Para tanto, foram consultados, principalmente, Alberti (2003) e Portelli (1997) para pensar a interpretação das entrevistas; Chartier (1991) e Candau (2021) para tratar das representações e este último também para os conceitos de memória que ele elucida; Costa (2005) para contextualizar questões locais de Joinville e Ferreira (2021) para abordar o reconhecimento do patrimônio Industrial.

Em relação à prospecção de pessoas a serem entrevistadas, ela se deu a partir da seleção de participantes voluntários, através da técnica não probabilística denominada como bola de neve. Essa técnica mobiliza cadeias de referência e consiste em lançar “mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa” (VINUTO, 2014, p. 203). A partir da identificação de pessoas indicadas, novos contatos foram selecionados totalizando assim seis pessoas entrevistadas.

O critério base de inclusão de pessoas a serem entrevistadas se deu a partir da identificação primeira de sujeitos maiores de 18 anos e, evidentemente, a constatação da ocupação de função de trabalho no Moinho Joinville. Além disso, objetivando atingir diferentes condicionamentos sociais, foram contatadas pessoas de gêneros e funções trabalhistas diversas. Como critério de exclusão, o tempo de ligação com a indústria foi considerado, sendo selecionados aqueles que apresentaram maior tempo de vínculo com a indústria.

As seis pessoas que foram entrevistadas são duas mulheres e quatro homens. No que tange às funções que ocuparam, cada um exerceu sua profissão em setores diferentes, sendo eles comercial, administrativo, mecânico, eletricista, envase e laboratório.

A primeira pessoa entrevistada foi Carmen Teresinha Giesel de 56 anos, sem filhos. Carmen, atualmente aposentada, trabalhou no Moinho Joinville de 1987 até 2013, atuou em vários setores, tendo sido o último na área comercial, como assistente

regional de gerência comercial. Carmen era filha de Rolf Giesel, um trabalhador do Moinho que ocupava cargo de moleiro até meados do ingresso da filha na fábrica, quando se aposentou, possuía outros quatro irmãos. Fez graduação em economia e quando ingressou do Moinho estava recém-formada, posteriormente fez pós-graduação em Marketing. Relatou não ter sido indicada pelo pai, procurou o trabalho por meio de anúncios em jornais.

Em uma breve busca no *google*, a Dissertação da Professora Jeisa Rech (RECH, 2008) trouxe Rolf Giesel como um dos entrevistados na pesquisa, constando que trabalhava no Moinho Joinville. A partir desse indício, chegou-se a Carmen, sua filha. A Carmen foi uma das pessoas mais citadas por trabalhadores ligados ao Moinho por ser considerada muito conhecedora da história desta indústria e também por ser administradora de um grupo privado no *facebook* intitulado “Moinho Joinville - SC - Bunge Alimentos S/A - Quem trabalhou aqui ??”.

Esse grupo atualmente possui 165 membros, que são admitidos mediante o fato de terem sido trabalhadores do Moinho Joinville²⁵. Ele foi criado em 22 de janeiro de 2014 e seu conteúdo contém fotografias de trabalhadores, lembranças por meio de discussões, novidades relacionadas à área de panificação e informações sobre trabalhadores, como por exemplo falecimentos e confraternizações.

Na sequência foi entrevistado Mario Lazzaris, com idade de 64 anos. Ele é graduado em Pedagogia Administrativa e integra uma família com oito filhos, atualmente é casado e tem dois filhos. Mario, hoje aposentado, relatou que divide sua vida entre a casa em Joinville e um sítio que possui, teve seu último contato com o Moinho como chefe administrativo. Atuou na unidade de 1978 até 1995, quando foi transferido para outra cidade, posteriormente retornou e houve novas transferências.

No setor de manutenção, o primeiro entrevistado foi José Carlos Neves, 55, que trabalhou no Moinho Joinville como torneiro mecânico de 1991 a 2014. Fez o curso técnico de torneiro mecânico no Senai. José, assim como Carmen, era filho de um trabalhador do Moinho, tinha mais seis irmãos, seu pai chamado José Neves, foi referido por outros entrevistados e atuou no almoxarifado e no sindicato dos trabalhadores. José é casado, tem dois filhos e, embora aposentado, trabalha como autônomo prestando serviços ligados à jardinagem.

²⁵ Fui inserida no grupo para que pudesse contatar outros e outras trabalhadoras, com o acordo de após socializar os resultados da pesquisa, deixar o grupo.

Também deste setor, foi entrevistado Orli Orisvaldo Ouriques, com 60 anos. Eletricista industrial, vindo de uma família com mais sete irmãos, é casado e teve dois filhos. Fez o curso de eletricista industrial no Senai, assim como José, Orli foi contratado pelo Moinho Joinville em meados de 1993, onde trabalhou até aproximadamente 2005, tendo retornado a trabalhar no Moinho por mais três anos depois desse desligamento.

No setor de envase, Jair Lanfredi de 52 anos foi entrevistado, possui onze irmãos, é casado e tem duas filhas. Jair era líder de envase e trabalhou no Moinho Joinville por aproximadamente vinte anos, de 1992 até 2012. Posteriormente, trabalhou em outras indústrias, hoje está aposentado e realiza trabalhos autônomos na área de elétrica. Em Joinville, ele concluiu o Ensino Médio e fez cursos especializados durante seu trabalho no Moinho na área da elétrica, tinha um irmão que também trabalhava no Moinho Joinville.

A última entrevista realizada foi com Patrícia Klein, 50 anos, química, que realizou atividades voltadas para o controle de qualidade do trigo. Patrícia concluiu a graduação em Química e, recém-formada, ingressou no Moinho Joinville onde trabalhou de 1995 até 2004. Hoje trabalha em uma unidade moageira em Santos – SP, e se desloca esporadicamente para Joinville onde reside sua única filha e seus dois irmãos.

As entrevistas foram realizadas através do *Microsoft Teams*, plataforma utilizada pela Univille em casos de eventos remotos, que pode ser acessada pelos acadêmicos e por convidados que receberem um link. Para realizar as entrevistas via *Microsoft Teams*, foi criada uma “sala” no programa denominada “entrevistas”, por meio da qual era gerado um *link* e enviado para a pessoa a ser entrevistada. Essa ferramenta permitiu a gravação simultânea do vídeo/áudio que, após o término da entrevista oral, era baixado e salvo em pasta específica para posterior tratamento.

A escolha pela realização de entrevistas remotas deveu-se por se considerar uma forma mais segura de contato em meio à pandemia da Covid-19. Todavia, cabem algumas considerações sobre as percepções quanto a este método. O contato com as pessoas foi feito via *WhatsApp* ou ligação telefônica. A partir da identificação de potenciais entrevistados, foi feito o registro em arquivo de *Word*, que mapeava como havia se dado o contato, que período a pessoa trabalhou no Moinho, quais funções ocupou, e o telefone para contato. Posteriormente, após a identificação de quem

deveria ser entrevistado, era feito novo contato para pensar a disponibilidade e marcar o agendamento, sendo essa etapa também registrada no arquivo, que funcionava como um caderno de campo.

As principais dificuldades em relação à entrevista remota giraram em torno do acesso à internet, já que especialmente as pessoas mais idosas não demonstraram muito domínio da ferramenta. Além disso, em algumas entrevistas devido à instabilidade da internet, ocorreram algumas falhas de conexão que ocasionaram interferência sonora. A leitura corporal e de expressão facial também são aspectos que foram afetados devido ao vídeo focalizar em um recorte da pessoa e devido à projeção da imagem de forma digital. Certamente uma entrevista presencial poderia permitir melhor fruição nesse sentido, nas percepções não verbais da comunicação.

Em relação à praticidade da entrevista remota, foi possível perceber que para aqueles que têm domínio das ferramentas digitais, há facilidade em assinar digitalmente os arquivos, assim como acessar o *link* sem maiores transtornos com deslocamento que envolve tempo e logística. Particularmente pelo fato de residir em outra cidade, onde não residem a maioria dos entrevistados, essa possibilidade também permitiu mais tempo para realizar mais entrevistas e organizar melhor a agenda.

O tratamento feito às fontes orais coletadas deu-se a partir da indexação do *download* do arquivo para o computador pessoal em pasta predestinada para esse fim, sendo que já no mesmo instante era utilizado o Google Drive para manter uma cópia do material em nuvem digital. Além disso, os documentos de autorização cedidos pelos entrevistados (APÊNDICE A e B), foram igualmente armazenados no computador e em nuvem, juntamente com a transcrição.

Feita a transcrição, foi enviada aos entrevistados uma cópia junto com o Termo de Doação de Gravação ao LHO, para que a pessoa revisasse o conteúdo e, não tendo nada a restringir ou solicitar, autorizasse a doação por meio do Termo de Doação de entrevista oral (APÊNDICE C).

4.1 Representações sobre o Moinho Joinville

Ao Moinho Joinville podem ser atribuídas características encontradas em documentos importantes que conceituam o patrimônio industrial como na carta de

Nizhny Tagil (2003) ou nos Princípios de Dublin (2011). No entanto, a discussão em torno dessa pesquisa dá conta que esse bem não foi patrimonializado sob essa nomenclatura, mas sim, de forma mais ampla, como patrimônio cultural de Joinville.

A análise documental permite perceber no Moinho Joinville um repertório repleto de características industriais. Essas, transitam entre a existência de técnicas, ofícios, maquinários, logística e, sobretudo àquelas que se pretende aqui discutir, ou sejam, as relações sociais que permearam o mundo dessa indústria e hoje resultam em memórias do trabalho.

As memórias evocadas nas entrevistas orais trouxeram à tona informações individuais sobre vivências nesse espaço, repletas de leituras e representações que desconhecemos terem sido registradas antes. Essas leituras e representações sobre o Moinho Joinville permitem identificar que esse bem é visto sob aspectos que permitem pensá-lo, de fato, como um patrimônio industrial.

O historiador Roger Chartier (1991, p.181), em **O mundo como representação**, ao discutir o processo de leitura, dá conta de que “a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é pôr em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro”. Para o antropólogo Joel Candau (2021) um dos níveis da memória, a metamemória, é representativo, de tal maneira que aquilo que se deixa ser narrado ou exposto é uma representação no presente, daquilo que foi vivido. Discorre que [...] “no processo de mobilização memorial necessário a toda consciência de si, a lembrança não é a imagem fiel da coisa lembrada, mas outra coisa, plena de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida.” (CANDAU, 2021. p. 65).

Nesse sentido, é importante antes de analisar essas memórias, compreender que a forma como o Moinho Joinville é visto é também uma leitura da realidade, uma representação fruto da pessoa individual que relata, mas, ao mesmo tempo, da sua relação com o objeto de estudo e com o meio em que está inserido.

A interpretação que se buscou fazer a partir das memórias evocadas por meio das entrevistas orais, na presente pesquisa, atravessa leituras de realidade, retóricas e representações. Como pontua Portelli (1997, p. 27) “aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores”.

Ao tentar explicar o fascínio pelo vivido, ou seja, pelos relatos das vivências, Alberti (2003b) coloca em jogo o paradigma da hermenêutica. Para a autora o pensamento hermenêutico:

Consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas (o passado, os sonhos, os textos, por exemplo) têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação. (ALBERTI, 2003a, p. 18).

Nesse sentido, considerando que cada entrevista é importante (PORTELLI, 1997), respeitosamente, tentou-se fazer do pensamento hermenêutico uma prática, um posicionamento, frente a essas pessoas que gentilmente dispuseram de seu tempo e dividiram suas experiências de vida, através da narração, para esta pesquisa. Buscou-se interpretar os relatos com justiça, respeito e, sobretudo, fazendo a leitura dos contextos que emergiam dos relatos com ética e responsabilidade.

Ao adentrar na análise das entrevistas orais, uma das percepções sobre a leitura que esses ex-trabalhadores fazem do Moinho Joinville, foi a de que há um sentimento de nostalgia generalizado, essas pessoas olham para essa indústria com carinho, respeito e, por vezes, como um receptáculo de dívidas de vida. Candau (2021) discorre que a construção da memória perpassa caminhos que externalizam com maior importância um otimismo sobre o passado, o que pode ter influência no fato de que existem estratégias na construção da memória que minimizam as lembranças desagradáveis:

Com o tempo, vai-se atenuando o lado desagradável de algumas lembranças, o que se obtém através de algumas estratégias como as omissões. Mesmo que não exista nada de sistemático no princípio do prazer da memória, podemos considerar que, de uma maneira geral, o “otimismo memorial” prevalece sobre o pessimismo. (CANDAU, 2021, p. 74)

Esse otimismo memorial esteve presente em todas as entrevistas realizadas. Mesmo existindo lembranças sobre aspectos difíceis do mundo do trabalho na indústria, como o pouco tempo para a vida privada ou os acidentes de trabalho²⁶, prevalece essa leitura otimista. E esse otimismo, muitas vezes, aparece entrelaçado

²⁶ Em relação aos acidentes de trabalho, alguns entrevistados relataram ter presenciado ou mesmo vivenciado alguns, mesmo havendo precauções de segurança pela indústria.

à narrativa que evidencia relações sociais que eram construídas através do Moinho Joinville, como pode ser visto na entrevista realizada com José Carlos Neves, que trabalhava como torneiro mecânico no setor de manutenção do Moinho:

É muito gratificante... até quando eu entrei lá, porque meu pai trazia essas histórias para a gente, quando éramos pequenos, então a gente viveu muito na época dele lá, como criança, a gente brincava muito lá, tinha muita festa, tu participava muito dessa vivência da indústria porque o teu pai trabalhava lá, então a gente fazia aquela amizade com as crianças porque tinha festa do dia das crianças, tinha festa junina, festa de final de ano... Então, era onde que as famílias se encontravam, a gente fez muita amizade. (NEVES, 2021).

Essas lembranças, buscadas nas memórias da infância, hoje são representadas por meio das novas vivências que se deram junto ao Moinho, mas sobretudo sob uma ótica que vê o Moinho no passado, com os olhos de hoje:

Depois eu adulto trabalhando nessa área também, eu encontrei essas pessoas que trabalhavam lá enquanto eu era criança, eu também trabalhei com eles, então foi uma vivência muito gostosa. Depois que eles saíram, se aposentaram, eu continuei, então eu olhando aquele prédio lá que tinha quase cem anos de idade, eu trabalhando ali e ele sendo algo que todo mundo que chegava aqui em Joinville, todo mundo conhecia, falava “ah eu trabalho no Moinho Joinville”, então a minha vontade era ficar ali até o Moinho fazer cem anos, e graças a deus eu consegui [...] (NEVES, 2021).

A nostalgia em torno das relações sociais desenvolvidas nesse espaço estiveram presentes em todas as entrevistas. Algumas vezes, essa nostalgia vem justificada pelos direitos adquiridos no ingresso da indústria como plano de saúde e boa remuneração. Outros relatos evidenciaram a nostalgia por meio das relações familiares que já existiam quando do ingresso na indústria como é o caso de filhos que ingressaram após anos de trabalho dos pais ou de irmãos, mas também de novas famílias que surgiram ali.

Esse foi o caso de um dos entrevistados que relatou ter conhecido a esposa, que era filha de um colega de trabalho, em uma das festas que o Moinho organizava para as famílias das e dos trabalhadores.

As festas organizadas no Moinho Joinville foram mencionadas pelas pessoas entrevistadas com uma aproximação sobre a existência de recreativa própria, localizada no terreno do Moinho, que era utilizada para os eventos. Foram citadas

festas de Natal onde se distribuíam brindes, festas do Dia do Trabalhador, festas de Dia das Crianças, festas de fim de ano, e ainda festas particulares de funcionários que reservavam o espaço para uso familiar.

De acordo com um inventário de documentos iconográficos sob guarda do Centro de Memória Bunge - CMB²⁷, há registro da festa de Natal desde 1947. Essa listagem também documenta outros eventos como entrega de prêmios, homenagens, distribuição de distintivo por tempo de serviço, eventos esportivos, prêmio operário padrão, entre outros.

Esses eventos acabavam criando um estreitamento nas relações sociais entre a comunidade trabalhadora da Empresa, a qual, além da jornada de trabalho vivida na indústria, se encontrava frequentemente em atividades recreativas promovidas pela própria instituição. Além das festas, havia os torneios de futebol com times compostos por trabalhadores, cuja prática acontecia também após o trabalho pois a sede da Recreativa funcionava, conforme os relatos, até o fim da noite.

Essa presença com fins recreativos fazia com que a indústria fosse vista para além de um local de trabalho, sendo possível identificar narrativas que remetam ao Moinho como uma segunda casa, como uma “segunda família”, como pode ser visto no relato de Mário Lazzaris, que trabalhou na empresa desde a década de 1970 até 2015:

[...] criei a minha família com base na empresa, todo meu histórico profissional foi dentro da empresa, para mim a empresa se tornou quase que um pai e mãe, meu sustento de onde que vinha... passei mais tempo dentro da empresa do que dentro de casa [...]. (LAZZARIS, 2022).

A importância das recreativas de empresas como locais de lazer para os trabalhadores de Joinville foi também evidenciada por Guedes (2010) quando discutiu as memórias dos trabalhadores da Associação Atlética da Tupy, uma grande indústria metalúrgica de Joinville.

Além disso, a existência da recreativa permitia que o trabalhador conciliasse a rotina de trabalho com outras necessidades de vida. Jair Lanfredi (2022) mencionou que quando começou a trabalhar no Moinho, estudava de manhã e em seguida ia para

²⁷ Foram solicitados documentos desse inventário de forma digital, dada a situação da pandemia, no entanto as solicitações não foram recebidas em tempo. O arquivo particular da Bunge fica localizado em São Paulo, tendo sido o inventário disponibilizado via e-mail.

cumprir seu horário de trabalho que iniciava após o almoço, que era realizado no Moinho Joinville. Após almoçar, relatou que ficava descansando na recreativa até iniciar o horário de trabalho. Segundo ele, essa era uma forma de economizar tempo e dinheiro, durante o período que estudava:

Eu sempre estava ali para não vir em casa, para não gastar o passe [de ônibus]. Porque daí tinha que voltar, o transtorno de ir e voltar, daí eu ia para o colégio, ficava lá, estudava, de lá às 11h eu saía e ia para a Bunge, almoçava lá, ia para a recreativa, e depois 14h, eu voltava para o meu trabalho. Essa foi a minha rotina de 2 anos. (LANFREDI, 2022).

A narrativa de Jair Lanfredi (2022), também pode nos dar pistas de como era enfrentada a vida de migrantes que vinham para Joinville em busca de novas oportunidades. Vindo de sua cidade natal no Paraná com 18 anos de idade, ele relatou que trabalhava na roça, vinha de uma família com muitos irmãos e condições difíceis. Encontrou em Joinville oportunidade de estudo e de trabalho, enfrentando desta vez outras dificuldades de vida.

Outra leitura presente nas narrativas, diz respeito a uma atribuição do sustento familiar à Indústria, expondo assim um sentimento de dívida. Como a maioria dessas pessoas trabalhou mais do que uma década nesse espaço, é comum encontrar representações que remetam um certo mérito sobre a construção familiar e a estabilidade financeira ao Moinho Joinville, sob uma ótica de gratidão à indústria. Tal sentimento de dívida é relegado, algumas vezes, aos conhecimentos e relações construídas dentro da indústria:

[...] é uma empresa que me fez o que eu sou hoje, não, fora minha educação de família, que vem de berço, mas assim... é uma empresa como eu trabalhei minha vida toda lá, é uma empresa que me construiu, é isso, eu sempre gostei de trabalhar lá, e conheço várias pessoas que eu encontro e falam “nossa que saudade”, já estão em outro mercado de trabalho, e eles falam “ai que saudade do Moinho”, é tão bonito assim, né? Isso nos remete ao passado, volta ao passado, e lembra de como foi bom, não foi um tempo perdido, entendeu? (GIESEL, 2022).

Nesse relato, é evocada uma memória que remete a uma representação própria sobre o tempo passado na indústria ter sido bom, mas também sobre a forma que outras pessoas que trabalharam lá, veem o Moinho atualmente, como se fosse

algo coletivo. Essa questão coletiva também é representada em relatos que evidenciam o Moinho Joinville como um grande empreendimento conhecido por todos.

Essa representação esteve presente em narrativas como a da Patrícia, química que operava no laboratório do Moinho, que discorreu que “muita gente ficou contente que a estrutura não foi desligada, desmontada, porque ele faz parte da história de muitas pessoas, ou alguém mais tradicional trabalhou ou conheceu alguém que trabalhou lá, né? [...]”. (KLEIN, 2022).

Nesse sentido se pode pensar que a localização do Moinho assim como o tempo de funcionamento que perpassou diferentes gerações, permitiram que não apenas de forma representativa, mas de fato que ele seja um bem com uma grande visibilidade paisagística e de conhecimento da população joinvilense. De todo modo, essa noção embutida nas narrativas, documenta que mesmo após quase dez anos de seu fechamento, este bem ainda tenha reconhecimento de parte da população da cidade.

Embora o Moinho Joinville não seja oficializado como um patrimônio industrial, sua patrimonialização pelo poder público o institui como um patrimônio cultural da cidade. Esse fato contribui para o reconhecimento deste bem, o que influencia diretamente na construção de noções sobre a preservação do patrimônio industrial, esse reconhecimento expresso pelo poder público e por pessoas que trabalharam lá, é um passo a mais para sua preservação como discute Ferreira (2021, p.100):

O reconhecimento da comunidade ao qual se vincula, os laços afetivos que ali se construíram, a capacidade de instituir uma memória coletiva, a constituição de entidades da sociedade civil que a ele estão associadas, tais como antigos trabalhadores ou outros atores que, movidos por interesses históricos ou identitários, atuam como “empreendedores da memória”, seja fazendo manutenção nos equipamentos pela expertise adquirida no trabalho, salvaguardando objetos e documentos, ou mesmo animando como guias nos museus associados ao empreendimento industrial, enfim, todos estes são fatores que atuam tanto na preservação do patrimônio industrial quanto no estabelecimento de vínculos duráveis entre ele e a sociedade.

Outra forma de perceber o reconhecimento é através das expectativas quanto aos novos usos do Moinho. Englobado por meio de algumas entrevistas em um conjunto de referenciais que remete a outras indústrias também tombadas em Joinville, como as antigas fábricas da Antarctica e da Wetzell, foram evocadas noções

sobre se tratar de “indústrias históricas” que contribuíram para os primórdios de Joinville.

Tal reconhecimento, atrelado às leituras de mundo individuais, resultaram em opiniões diversas quanto aos usos futuros do Moinho Joinville. As sugestões perpassaram por museu da indústria, museu do panifício, lugar de pesquisa, salas de aula, espaço para jogos, hotel, comércio e até mesmo um shopping, dada a localização do bem. A ideia de constituir um museu no espaço foi a principal, sendo também citado o Porto Madero da Argentina, em pelo menos duas entrevistas, como um referencial, dada a localização que comporta um cais, hoje desativado.

Os frutos dos projetos que poderiam ser instituídos no Moinho, foram justificados em algumas entrevistas com fins de pesquisa e conhecimento, mas também com fins mais afetivos, voltados para o conhecimento familiar. Ficou evidente a valorização de um espaço que possa ser ocupado por gerações futuras da família de trabalhadores, onde seria possível mostrar como foi a rotina de trabalho no passado, mas também a história de vida do ascendente da família.

Em algumas narrativas a estrutura que foi patrimonializada, é vista de uma forma diferenciada, como “o coração do Moinho”, como o “prédio que foi tombado”. As pessoas com ofícios mais ligados ao setor da moagem e da manutenção, tiveram uma relação mais estreita com a estrutura original do Moinho e, por esse motivo, trouxeram detalhes mais esmiuçados, como é o caso de Orli, eletricista que trabalhou no Moinho a partir da década de 1990:

Era tudo muito antigo, as paredes do prédio do Moinho, tem uns 50 centímetros de espessura, tudo tijolo maciço, sem cimento ainda. Era tudo feito com aquelas vigas de ferro rebitada, acho que é rebitada a fogo a gente vê aquilo só em filme de americano, a armação assim. E lá em cima, no quarto andar, onde ficava a maior parte das peneiras, aquilo lá chegava a vibrar tudo e tu não via um rachado naquelas paredes. O assoalho era todo de madeira de pranchão, tu podia se deitar, aquilo era lixado e passado verniz que ficava coisa mais linda, bem brilhoso, porque não podia ter fresta por causa dos bichos, né? Para não ter criação de bicho, então era tudo bem lixado... (OURIQUES, 2022).

Esse relato, dá conta de que o Moinho Joinville era visto como algo especial, algo bem projetado, grandioso, sobre o qual havia um zelo que contribuía para a preservação e sobre o qual se atribui beleza estética. Outra estrutura descrita como

“um prédio muito bonito” foi a estrutura da manutenção, local que era ocupado principalmente pelos mecânicos e eletricitas, que pode ser visto na Figura 31:

Figura 31 – Prédio das oficinas - 2019



Fonte: Acervo particular de Raul Walter da Luz, 2019.

Essa estrutura, construída em meados da década de 1940, foi citada no Laudo Pericial inserido no Processo de Tombamento do Moinho (JOINVILLE, 2009). Inicialmente houve uma recomendação para que essa estrutura fosse preservada, justificada por oferecer “um importante contraponto com o prédio original” pelo fato de diferir “totalmente do outro, tanto na tecnologia construtiva quanto na linguagem compositiva adotadas, representando testemunhos de duas diferentes formas de expressão da arquitetura industrial do início do século XX”. (SILVA; BRUSKE; CUNHA; ESTEVES e RAMOS, 2013, p.38). Por fim, acabou optando-se pelo tombamento apenas da estrutura original de moagem, juntamente com o conjunto de silos construídos na década de 1930, sendo o Prédio das Oficinas demolido no ano de 2021.

O grande espaço que compunha o complexo industrial do Moinho Joinville foi referido por Ouriques (2022) para justificar que “não precisava desmontar coisas bonitas”, que serviriam para manter a “lembrança”. E da mesma forma, foi expressa uma preocupação com a nova construção que está sendo feita junto ao Moinho:

“tomara que eles não façam coisa muito alta, se não, se nós quisermos ver o Moinho, vamos ter que andar de helicóptero por cima, senão você não consegue ver mais.”

De fato, o projeto que está sendo implantado junto ao Moinho põe em prática a edificação de uma grande estrutura que está inserida de frente para a Rua Urussanga, onde era o acesso principal da Indústria. A construção dessa nova edificação, composta por blocos pré-moldados, foi aprovada pelo órgão competente, como prevê a Lei 1773/1980 (JOINVILLE, 1980), e pode ser vista na Figura 32:

Figura 32 – Nova edificação no complexo do Moinho Joinville - 2022



Fonte: Da autora. 2022.

O olhar de Ouriques (2022) oferece expectativas e, traduz, de certa forma, uma crítica sobre o que se pensou para o uso do espaço. Para Candau (2021, p. 89), essa reconstrução que vê o passado com nostalgia, tem uma função social onde “o narrador faz uma crítica da sociedade atual que pode trair a exigência subjacente de mudanças para o futuro”.

Jair Lanfredi (2022), por sua vez, evocou um discurso crítico que envolve relações de sociabilidade, em torno de expressar que sente saudades de trabalhar no Moinho: “saudade da empresa, saudade do pessoal lá dentro, eu convivi com o

peçoal, todo mundo amigo, né? A gente trabalhava como amigo lá dentro.”. Mas ao mesmo tempo essa forma de expressar a saudade, gira em torno da dificuldade de encontrar laços semelhantes em outras empresas: “porque agora tu pega empresa assim, para ti achar uma pessoa amiga mesmo? Hoje é meio complicado, né? Mas lá tinha bastante amigos” (LANFREDI, 2022).

Outra crítica importante que foi possível identificar, diz respeito à gestão do patrimônio cultural de Joinville:

Eu conheço pessoas que tem a casa, é um estorvo ter casa tombada como patrimônio histórico, para pessoa, entendeu? Porque ela não tem mais dinheiro para fazer a manutenção, não tem nenhum incentivo, deveria ter, porque faz parte da cultura de Joinville. Igual o Moinho ali, é uma coisa linda, se não for preservado, vai abaixo, né? Daí alguém bota fogo porque não quer mais nem se incomodar com aquilo, o que [...] deve ter acontecido com várias coisas aqui de Joinville que se acabaram assim. (GIESEL, 2022)

Foi possível perceber nesse relato que há uma preocupação com a gestão do patrimônio cultural de Joinville. Segundo o entrevistado a falta de incentivos por parte do poder público pode levar à perda do patrimônio, citando especificamente o Moinho. Percebe-se uma representação negativa sobre a preservação desses bens. Da mesma forma, há esperança para que haja mudanças na forma de se articular a responsabilidade em torno desses bens, demonstrando que a memória trabalha sempre no hoje com informações atualizadas, de modo que:

o conteúdo da narrativa é, nesse caso, uma negociação entre uma certa representação do passado e um horizonte de espera. Por essa razão a memória, portadora de uma estrutura possível de futuro, é sempre uma memória viva. (CANDAU, 2021, p. 89).

De todo modo, cabe mencionar que em relação à crítica em torno dos cuidados que o patrimônio cultural deveria receber, existe a responsabilidade do proprietário e, por se tratar de bens com reconhecimento do poder público, desta esfera também.

Uma forma de incentivar a preservação desses bens é por meio da legislação. Em Joinville vigora a Lei 366/2011 onde consta no Artigo 1º a possibilidade de dedução e isenção tributária, como incentivo do Município de Joinville para "obras de restauro ou a preservação" de bens inventariados por meio do IPCJ. (JOINVILLE, 366, 2011).

Esse incentivo vai depender de análise para atender às especificações da Lei, e quando regulamentado, poderia ocorrer por meio da isenção do IPTU; isenção da taxa de licenciamento para reformas; dedução e isenção dentro de prazos estipulados durante obras de restauro ou conservação; dedução ou isenção de taxa sobre transmissão de bens imóveis; isenção da taxa de licença, localização e permanência. Como já mencionado anteriormente, o Moinho Joinville está inserido no inventário do IPCJ, e pode receber alguns desses incentivos.

Ao final das entrevistas, ao questionar se algo não havia sido contemplado, um dos entrevistados fez questão de lembrar que o produto dos testes no laboratório era doado para instituições como o Lar Abdon Batista, ou creches nas redondezas do Moinho. Esses testes consistiam em verificar a qualidade da farinha de trigo tanto em aparência quanto em efetividade para o panifício.

Essa ação de doar os produtos dos testes, citada também pela química responsável pelos testes, é trazida à tona sob uma representação de boas ações que o Moinho era responsável. Também essa lembrança permite compreender melhor as leituras que se fazem atualmente das ações do passado, como algo singular a ser lembrado e, ao mesmo tempo, uma crítica a ações que são realizadas de outra maneira.

As representações sobre o Moinho Joinville, são fruto de uma narrativa de si a partir do presente, pois como afirma Candau (2021, p. 77) a “imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação.” Candau (2021) discorre, no entanto, que essa trama das representações não é ausente de reproduções do vivido, na medida em que a representação é uma organização e reconstrução do passado que tem base também em “elementos do passado relativamente estabilizados”.

Desse modo, essas narrativas sobre o Moinho Joinville, constituem-se através de um emaranhado de representações, leituras, metodologia e articulação de fatos, contribuindo para a tecitura de uma memória do trabalho dessa indústria.

4.2 Memórias da rotina de trabalho no Moinho Joinville

Ao longo de quase cem anos em que foi operado, o Moinho Joinville foi gerido por diferentes empresas, foi organizado sobre diferentes logísticas, tecnologias e empregou quantidades diferentes de trabalhadores, inseridos em cargos diversos. Por esse motivo, selecionamos pessoas que ocuparam diferentes cargos para entrevistar, de modo que fosse possível obter informações sob óticas singulares de trabalho e de vivências nessa indústria. As seis pessoas entrevistadas ocuparam os seguintes cargos: assistente de gerência comercial, chefe administrativo, torneiro mecânico, líder de envase, eletricista e química.

Cabe aqui inicialmente, discorrer sobre as competências narradas, em relação a esses ofícios. Primeiramente, no cargo de assistente comercial a rotina, segundo Giesel (2022), era voltada para a regional toda, onde era feito o preparo de materiais para reuniões, controle de informações sobre cotas, estratégias, controle e emissão de relatórios com estatísticas e informações sobre vendas e faturamento.

O ofício de mecânico era ligado à manutenção do funcionamento do Moinho Joinville. Esses trabalhadores dispunham de local próprio que aqui foi denominado de prédio das oficinas, onde ficavam os equipamentos e ferramentas e onde faziam reparos em peças e motores enquanto não havia uma manutenção emergencial. Era um ofício que o mecânico agia em dupla com um eletricista, duplas essas que eram trocadas por turnos de trabalho, dentre as operações realizadas foram citadas a troca de correias que arrebentavam e o ajuste em rolamentos que trancavam.

O trabalho do eletricista, era exigido na hora de realizar a manutenção mecânica pois era ele quem deligava os motores para trocas e manutenção. Era fundamental para manter em pleno funcionamento a automatização do Moinho Joinville, uma vez que a moagem era “um processo sequencial, se parasse uma máquina, parava todo resto”, afetando toda a produção:

[...] é maquinário velho, né? Sempre estraga uma peça pequena, uma chave, queima um fusível, tranca uma máquina... Porque lá é moagem, peneira e transporte de trigo, então mói o grão, peneira, peneira, daí transporta, o transporte era um lugar com elevadores, com roscas, o trigo é uma coisa assim, muito... como ele é úmido e se ele *empaçoca* muito, a máquina não consegue... e tranca. Trancou dá sobrecarga e desarma mesmo. Tem que ir lá e arrumar, aí o pessoal da produção nesse meio tempo já está abrindo, já está limpando tudo, para conseguir passar de volta, e assim vai. Mas, tem que ser um

processo bem, bem rápido, né? Não pode *bobear* muito tempo. Às vezes, não tem jeito, tem que esperar, quando estraga uma coisa mais grave, queima o motor, leva uma hora, duas horas para trocar, mas a gente dá o que pode para botar para funcionar logo de novo. (OURIQUES, 2022)

De acordo com essa narrativa é possível ter noção de como funcionava o processo de moagem e, da mesma forma, de como se organizava a rotina de trabalho em torno dela. Além disso, é interessante perceber a leitura do trabalhador sobre si, que se coloca com um papel fundamental para o funcionamento da indústria e despende para isso todos seus esforços, compreendendo da mesma forma a importância coletiva no processo como um todo. Outro processo inerente ao de moagem, era o de higienização e dedetização do espaço.

Os trabalhadores mencionaram que em determinados períodos a produção parava para realizar um processo de expurgo. Esse processo consistia na limpeza geral do Moinho e na adição de veneno para dedetização de pragas comuns no setor de trigo. Esse trabalho era feito pelos trabalhadores ligados à manutenção e à produção, e levava dias para ser concluído.

A química contratada para atuar no Moinho, chegou à indústria quando recém havia concluído a graduação em Química Industrial. Essa trabalhadora relatou que, inicialmente, foi contratada como analista de rações animais, que eram produzidas no Moinho.

Posteriormente, ocupou o ofício de padeira e por fim foi coordenadora do laboratório de análises do Moinho. O trabalho de panificação consistia em testar as farinhas produzidas para manter um controle de qualidade. No laboratório em si, o controle de qualidade era aprofundado por meio de “análises diferentes”, onde eram monitorados “parâmetros como cor, cinza e glúten”, eram analisadas a “matéria mineral” e a qualidade da “proteína”.

Essa profissional é a única dos seis entrevistados que continua a trabalhar em um moinho de trigo, em Santos, São Paulo. Outro trabalhador que teve experiência em outros moinhos no Brasil, foi o chefe administrativo que foi entrevistado. De acordo com seu relato, ele iniciou no Moinho Joinville como auxiliar de caixa, passou para outras funções no setor financeiro, contábil e de faturamento, atuou no setor de Recursos Humanos e por fim assumiu como chefe administrativo, demonstrando a possibilidade de ascensão na carreira dentro da Instituição.

As pessoas entrevistadas citaram que havia cargos terceirizados, como o caso de pessoas que trabalhavam no descarregamento, na cozinha que inicialmente era própria do Moinho e passou a ser terceirizada, inclusive o senhor Orli, eletricista, foi contratado após uma experiência de trabalho terceirizada no Moinho.

Jair Lanfredi (2022), trabalhou por quase 20 anos no Moinho. Era líder do setor de envase de farinha e relatou como que o processo nesse setor consistia em controlar a farinha após a moagem. Segundo o trabalhador, após passar pelos canos de envase, a farinha chegava ao setor e era acondicionada em um silo onde era administrada para as embalagens, seguindo, enfim, para o estoque que precedia a comercialização da farinha de trigo.

Em relação às mudanças tecnológicas sentidas no setor de envase, Jair relatou a inserção de máquinas automatizadas:

Quando eu entrei na Bunge, era tudo manual, né? Quando eu entrei ali, tinha todas as máquinas assim, que eram todas manuais, pegava tudo empacotava manual, depois foi mudando, isso foi mudando. Começaram a chegar máquinas automáticas, daí os silos, era silos de caixões, caixões assim que para descer a farinha tinha que ir lá bater, daí o que aconteceu, fizeram uma reforma grande, uma reforma bilionária ali, né? [...]. (LANFREDI, 2022).

Ao falar sobre o uniforme de uso rotineiro, Jair Lanfredi (2022) relatou que o uniforme era higienizado pela indústria, que o deixava armazenado em armário próprio do trabalhador. Ao lembrar desse fato, ele afirmou: “por isso que eu falo que era uma empresa que para mim era uma mãe, né? Uma mãe mesmo.”. Deixando perceber que sua representação sobre o afeto com a indústria tem um estreitamento na representação que se faz da família enquanto um lugar de acolhida e cuidados, sejam eles expressados por meio da organização ou do cuidado.

Esse fato era comum para aqueles que trabalhavam na produção e na manutenção, que recebiam o uniforme higienizado na lavanderia do próprio Moinho. Assim, cada trabalhador recebia a roupa de trabalho limpa na manhã seguinte, sendo que havia sempre roupas reservas, já que era exigida boa higiene do uniforme durante o trabalho.

Além desses ofícios, os entrevistados citaram outros, que cabe aqui registrar: estoquista, marceneiro, almoxarife, engenheiro, líder de envase, gerentes,

secretárias, técnico de segurança, cozinheiras, nutricionista, dentista, médico, vendedores, técnico em segurança do trabalho, copeira, datilógrafo, dentre outros.

Uma divisão possível para compreender a forma como eram estabelecidos esses ofícios é através dos setores. Foram citados o setor administrativo que compreendia o de recursos humanos; de contabilidade; da área comercial; da cobrança e do faturamento; o laboratório, ambulatório, o setor de manutenção, o setor da produção e envase, a lavanderia, o setor de estoque e o setor de carregamento. Além desses, foi citada a existência de um arquivo morto, relatado como insalubre e quente, onde ficava armazenado um aparato de documentos considerados históricos, para o qual não havia um trabalhador especificamente destinado.

Algumas pessoas entrevistadas, discorreram sobre os incentivos de estudo e formação que recebiam nessa indústria, como ajuda de custo em novas formações e mesmo a adesão de novos cargos. Esse foi o caso de uma trabalhadora que relatou ter iniciado no setor de Recursos Humanos, com o ofício voltado para a organização de cartões pontos e da rotina em torno disso, mas que depois migrou para o faturamento, depois para vendas, contabilidade, financeiro e área comercial.

Essa adesão de novos cargos, em alguns casos chama atenção pelo fato de que as mudanças na tecnologia extinguem algumas funções, por exemplo o trabalho de conferência de cartões pontos deixou de existir com a inserção da leitura digital do ponto. Da mesma forma, outros cargos como o de telefonista, que era ocupado por alguém que atendia na recepção também, o de copeira que fazia café e o distribuía nos setores acabou sendo ressignificado por meio de novas formas de socializar nos momentos de alimentação, o trabalho de datilografia no setor de faturamento, que após a inserção dos meios digitais, se tornou desnecessário.

Outra questão que aparece nas narrativas, em relação à dinâmica de permanência em cargos, é a substituição da mão de obra por novas máquinas. Tal fato foi narrado através de considerações sobre o emprego de novas tecnologias e a diminuição de mão de obra devido à substituição de processos manuais pela operação dessas novas máquinas. No entanto, em relação a inserção dessas tecnologias, um dos entrevistados salientou que “por mais que tu atualizes as coisas, sempre vai precisar ter a presença humana”. Essa narrativa exprime a noção de que a indústria, por mais tecnológica que esteja, é movida pela força do trabalho do ser humano.

A ascensão da gestão dessa indústria por meio dos citados grupos econômicos resultou em mudanças no processo de produção. Essas mudanças relacionadas à implantação de novas tecnologias e novos formatos de organização do trabalho, foram vistas como uma desumanização de trabalhadores:

Apesar de multinacional ainda era familiar, não como na época do meu pai, porque assim, era mais ainda, eles davam mais coisas, né? Porque depois de um certo tempo a multinacional ficou muito grande e daí tu se torna só o número. (GIESEL, 2022)

Ainda assim, compreendendo que trabalhadores podem ser lidos sem sua individualidade, como mão de obra, o que soa como elemento quantitativo na indústria, a narrativa traz aquele olhar nostálgico que vê especificamente na unidade do Moinho Joinville, um ambiente que “ainda era familiar”.

Uma narrativa comum foi a de que as influências do trabalho fabril aconteciam no núcleo familiar, resultando em um processo de preparo para ingressar na indústria. O pai de José, trabalhou no Moinho Joinville por mais de trinta anos, tendo iniciado na produção e posteriormente se deslocado para o almoxarifado, além de ter participado do sindicato dos trabalhadores. José, por sua vez, buscou uma formação com uma especialização voltada especificamente para a mecânica, de modo que não houve essa migração por outros ofícios. (NEVES, 2022)

Alguns começaram a trabalhar após a conclusão de graduação, outros tiveram o primeiro contato com o Moinho Joinville através das formações técnicas ofertadas pelo Senai. Como foi o caso do José Carlos Neves:

Eu fiz o curso de torneiro mecânico, depois eu ingressei... O Moinho Joinville não contratava menores de idade, eles só mantinham esse vínculo com o Senai, mas como... Para ser funcionário da empresa tinha que ser maior de idade, então eu não podia ingressar, trabalhar no Moinho, aí eu fui trabalhar para uma outra empresa, trabalhei nessa outra empresa por seis anos para depois eu sair de lá, e aí eu fui para o Moinho Joinville em 1991, eu entrei lá e fiquei por vinte e três anos no Moinho Joinville. (NEVES, 2022)

Essa questão da formação por intermédio de cursos técnicos que preparavam para atuar na indústria, foi algo presente no relato de quem ingressou no Moinho após a década de 1990. Esse relato documenta as mudanças na nomenclatura dos ofícios ao longo dos tempos, pois cita que na década de 1990 não existia a função de menor

aprendiz, no entanto já havia essa experiência de menores em formação, atuando no setor industrial.

Em relação à ajuda de custo para estudos, as pessoas entrevistadas disseram que recebiam ajuda de uma porcentagem para custear graduação e pós-graduação. Além disso foram citadas formações que a indústria oferecia como capacitações voltadas à prevenção de acidentes, aulas de inglês e especializações dentro de cada área. Foi mencionado que era comum o deslocamento para aprendizagem em outros moinhos, como foi o caso de moleiros que teriam ido fazer curso de moagem em Recife. (KLEIN, 2022; GIESEL, 2022)

A ajuda de custo compunha os direitos que as e os trabalhadores tinham no Moinho Joinville. Da mesma forma que a assistência médica oferecida em horário comercial por um médico do trabalho; a assistência para saúde bucal por meio da disposição de um dentista, o qual uma das trabalhadoras relatou que, na infância, era atendida no Moinho, no período em que seu pai trabalhava lá. Também foram citados os planos de saúde e a precarização que sofreram ao longo do tempo, os descontos em farmácias e na compra de farinhas diretamente do Moinho.

Esses direitos instituídos por meio do assistencialismo aos trabalhadores, que nos primórdios do Moinho foi mencionado nesta pesquisa em relação à existência de uma escola para filhos de trabalhadores, mudavam conforme novas leis surgiam. A licença maternidade, por exemplo, foi referida por uma entrevistada que disse ter sentido receio da demissão durante a gestação, mas que, no entanto, se sentiu amparada pelo Moinho Joinville, tendo sido mantido seu contrato de trabalho.

Tal informação vai ao encontro do fato de que embora a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT tivesse instituído em 1943, em seu Artigo 391 que “não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez” (BRASIL, 1943). Ainda assim, não havia estabilidade para a trabalhadora, o que foi sendo endossado através de outras medidas legais que passaram a vigorar posteriormente.

Assim, a Constituição Federal que é de 1988, em seu Artigo 10, instituiu que “fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa [da] empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto”. (BRASIL, 1988). Então poderia a gestante ter seu desligamento quando houvesse um justo motivo

comprovado. Porém, em 2013, por meio da Lei nº 12812, passou a vigorar medidas mais específicas através do direito de estabilidade provisória para a gestante.

Nesse sentido, antes de 2013, não obstante houvesse direitos para a trabalhadora gestante, a depender da situação poderia ocorrer seu desligamento. Essa foi uma pauta importante dos movimentos sindicais que lutavam, especialmente, pela estabilidade da gestante no trabalho.

Nos relatos a participação dos sindicatos de trabalhadores é vista como mediadora das reivindicações ao mesmo tempo em que há uma narrativa que alude às negociações pouco conflituosas entre trabalhadores e a indústria. É interessante pensar que as narrativas obtidas, discorrem sobre um período mais recente da história trabalhista do país, quando a existência da Constituição Federal de 1988, passa a garantir direitos que no passado não existiam.

Referindo-se ao início do século XX, quando o Moinho Joinville foi inaugurado, a historiadora Lara Andrade Costa (2005, p. 125) afirma que “o alto custo de vida não correspondia ao poder aquisitivo do operariado, que, mesmo com toda a família trabalhando, não podia ter uma vida digna, beirando sempre a subsistência.”. A autora também dá conta que naquele período, houve a “primeira manifestação social significativa de descontentamento e desagrado com a condição operária vigente.” (COSTA, 2005, p. 125).

Assim, há relatos e registros de uma greve geral que ocorre no ano de 1917 em Joinville, seguindo movimentos trabalhistas que aconteciam em várias partes do mundo incluindo o Brasil. No dia 31 de julho de 1917 o jornal **O Estado** (31/07/1917, p. 1), publicou uma nota intitulada "A greve em Joinville", postulando as exigências dos operários. Essa publicação registra a existência de um boletim produzido pela “Comissão nomeada pela Sociedade de Operários joinvillenses”, que noticiava a organização de 700 operários em uma reunião pelo aumento de 20% no salário.

Na nota consta que ao “Moinho Boa Vista” solicitou-se 20% de aumento, por fim, é anunciado estado de greve, e informado que mesmo em fábricas onde não houve descontentamento, foi firmado acordo entre operários e patrões para que não funcionassem como "testemunho de solidariedade".

No mês seguinte, em agosto, o jornal **O Estado** (12/08/1917, p. 1) registra um apelo publicado na **Gazeta do Commercio** por industriais e comerciantes joinvilenses, onde constava que, finalmente, terminava o movimento que havia durado

3 dias. O apelo, sob a narrativa dos industriais, afirmava que o "verdadeiro sorvedouro de grande parte das economias do operário" era o jogo do bicho, que ocorria na praça do Mercado.

A retórica embutida nessa narrativa, colocava o joinvilense no patamar da ordem, da família, em um jogo de poder que construía o outro, um inimigo, alguém que é de fora, que não tem os mesmos valores que a população nativa:

o nosso operario, aqui nascido e radicado, por laços de familia e interesses, é, em geral, ordeiro e honesto, mas, entre estes, ha elementos, felizmente pouco numerosos, que, sendo açulados, podem praticar excessos, que devem ser condemnados. (O ESTADO, 12/08/1917, p. 1)

Tal apelo, deixa evidenciar que a greve não era considerada como um direito reivindicatório, considerando que anunciava o prejuízo de salário sob os dias não trabalhados. E além disso, por solicitar o comparecimento de trabalhadores no dia seguinte a seus postos nas fábricas, alertando que o não comparecimento acarretaria o desligamento da indústria.

Em relação às solicitações trabalhistas, o apelo indica que não foi possível conceder aumento superior ao que havia sido ofertado e que se fazia a partir de então a oferta de produtos a preço de custo para a cooperativa alimentar, que deveria ser organizada para tal fim. A situação de greve, fez parte do cenário joinvilense mais tarde, novamente, onde couberam reivindicações novamente ao Moinho Joinville como afirma Costa (2005, p. 131):

Outra greve eclodiu em 1º de junho de 1927 no Moinho Boa Vista, quando seu gerente, Sr. Scheidegger, foi procurado por Francisco Sousa, em nome da Liga Operária, para exigir que os operários do moinho só trabalhassem 8 horas por dia. O gerente reconheceu que os funcionários realmente trabalhavam mais de 8 horas/dia, mas que eram pagos pelo excedente do tempo regulamentado e que, se tivessem alguma reclamação, que o fizessem diretamente, e não por intermédio de estranhos. (COSTA, 2005, p. 131)

Tal citação dá indicativos de que a instituição da Liga Operária não era validada enquanto organização de trabalhadores, considerando que de acordo com ela, o gerente da época considerava o encarregado das negociações como um "estranho".

De todo modo, houve o reconhecimento de que a jornada de trabalho no Moinho excedia as 8h diárias naquela época.

Em relação à jornada de trabalho no Moinho Joinville, as entrevistas orais indicaram que havia uma divisão em turnos diferentes, além do horário comercial. Os trabalhadores da manutenção relataram que seus ofícios estavam ligados a algumas emergências que poderiam ocorrer a qualquer momento, como a quebra de uma peça, ou a dificuldade no funcionamento de alguma máquina. A manutenção era fundamental, pois, de acordo com os relatos, o Moinho funcionava em tempo integral. Havia, inclusive, sinais sonoros de emergência emitidos no Moinho sobre os quais foi relatado reclamações de bairros vizinhos.

Um dos trabalhadores relatou que acontecia de passar meses sem folgar, pois, “como eram só dois eletricitas, se o outro ficava doente, se machucasse, ou se tinha um serviço que precisava de dois”, não havia escolha.

Além disso, o trabalhador relatou trabalhar muitas vezes 12h seguidas, às vezes aos fins de semana, tendo poucos dias de folgas devido à importância de seu trabalho, segundo ele muitas vezes ao chegar em casa acontecia de logo em seguida um taxista, enviado pelo Moinho Joinville, ir até sua casa para buscá-lo em prol de solucionar problemas de manutenção que exigiam sua qualificação.

Mesmo sendo essa narrativa embutida de nostalgia, que se refere ao Moinho como um bom lugar para trabalhar, onde havia colaboração e organização entre os trabalhadores, ela traz subsídios que remetem a uma consciência das dificuldades que o trabalho oferecia. A criticidade presente nos relatos se faz por meio de olhares sobre o hoje, mas também em recordação do que se viveu: “no fim do dia as pernas pareciam que estavam moídas, as vezes até falava para o pessoal que trabalhava no prédio do Moinho, isso aí com o tempo se acostuma, acostuma, nada!”. (OURIQUES, 2022)

Ainda assim, cada trabalhador e trabalhadora entrevistados, olham para aquela vivência como agregadora de valores e ensinamentos para a vida pessoal, e essa relação com essa indústria, ao se romper, deixou uma lacuna. Essa ruptura, por meio da demissão ou da transferência de local de trabalho, condicionou essas pessoas a novos destinos que não foram escolhidos.

Apesar da diversidade de representações contidas nas memórias dessas pessoas que foram entrevistadas, além da relação com o Moinho Joinville, trabalhar

é uma condição comum a elas. A função vislumbrada ao trabalhador é, por meio da sua força de trabalho, dar vida à produção, seja através da operação, na fiscalização, da administração, todas essas pessoas eram remuneradas pela força do seu trabalho.

As narrativas dessas pessoas em torno do que o trabalho significa para suas vidas, no geral, tendem a dar um sentido positivo para elas. Lanfredi (2022) pontuou que trabalhar é sinônimo de estar ativo, com saúde, considerando que mesmo sendo o lazer prazeroso, trabalhar é o sentido de sua vida.

Neves (2022) por sua vez, trouxe uma narrativa que traz a identificação com a função trabalhista como essencial para cumprir de forma prazerosa com o trabalho. Além disso, pontuou que os conhecimentos adquiridos na indústria se tornaram úteis para sua vida particular:

O trabalho, o trabalho Anelise, ele edifica o homem. O homem, a mulher, então a gente, [...] dentro da tua vida, aquela atividade que te complete que tu consigas exercer aquela função, fazendo aquela atividade bem feita e que tu goste daquilo que está fazendo, tu se identifica com aquela função, então a tua vida, a tua vivência vai ser muito melhor. Graças a deus eu consegui me identificar com aquela função que eu exercia, que era de torneiro, de mecânico, de manutenção, fui pegando com o passar do tempo conhecimento de eletricidade, de pneumática, então tudo isso foi agregando na minha vida e eu consegui trazer isso pra dentro da minha família porque hoje eu também consigo exercer dentro da minha casa, essas funções. Fazer o que eu preciso fazer de manutenção dentro da minha casa por quê, porque é basicamente aquilo que eu fazia na empresa, então, o trabalho é para isso, tu tem que colocar a mão na massa, não ter medo de trabalhar, não ter preguiça e ir sempre adiante porque ele edifica a pessoa. (NEVES, 2022).

Essa identificação com o trabalho também surgiu em torno do gosto por aprender, estudar, se relacionar com outras pessoas, como foi o caso da narrativa de Klein (2022) que finalizou pontuando que se realiza como pessoa, ao trabalhar. Assim como Ouriques (2022) que relatou pensar em voltar a trabalhar por ser entediante ficar em casa. Por trás da rotina de aposentadoria, ele afirmou tentar se ocupar, por meio de atividades domésticas, hoje ele possui um lago ornamental, alguns pássaros, faz trabalhos artesanais em madeira, mas segundo ele, se a saúde ajudasse, certamente voltaria a trabalhar, mesmo evocando uma narrativa que repele seu ofício de eletricitista:

[...] a elétrica eu não mais nem saber, eu tenho um monte de equipamentos ali, mas está tudo parado lá, agora comecei a fazer

trabalho com madeira, e tal. Eu acordo e penso o que que eu inventar hoje, ah hoje eu fazia um vasinho, vou fazer uma faca ornamental, vou fazer qualquer coisa assim, vou plantar um canteiro de verdura... aí eu vou fazer. Mas chega uma hora que todas as ideias acabam e tu fica parado, aí dá vontade de voltar a trabalhar, só não volto, porque a coluna não ajuda [Risos].

Essas memórias dão conta de que há uma construção de significados em torno da ocupação trabalhista de tal forma que o trabalho se torna indissociável da vida, gerando um sentimento de identificação e também de afeto. Da mesma forma, é como se o trabalho permitisse a construção de projetos e saberes que não acabarão com a aposentadoria, pois é em prol da sociedade: “O trabalho, eu acho que o trabalho é vida, sem trabalho, você definha, você não... para mim trabalho é vida, faz a gente viver, e a gente se nutre trabalhando, produzindo, construindo algo principalmente para as pessoas que vem depois.” (LAZARRIS, 2022).

Ao mesmo tempo, dadas as justificativas em torno dos benefícios que o trabalho promove na qualidade de vida e para o futuro, essas narrativas registram um sentimento identitário. Este, de acordo com a Carta de Naznhy Tagil (ICOMOS, TICCIH, 2003), se tratando de um patrimônio industrial, é conferido através do valor social “como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns”.

Considerações Finais

O Moinho Joinville foi empreendido por capitalistas ervateiros que detinham influência política e social na cidade de Joinville, e suas dimensões dizem muito sobre isso. Testemunho dos primórdios da indústria em Joinville, das transições tecnológicas e da organização dos modos de produzir, hoje ele é reconhecido pela população joinvilense seja pela localização, pela verticalidade, pela representação de pujança econômica, de beleza arquitetônica ou enquanto um bem patrimonializado.

Mas, como será que é visto por aqueles que trabalharam naquela indústria e a vivenciaram de outras maneiras que não apenas contemplativa? Esse foi um dos objetivos que motivaram esta pesquisa.

O contexto de origem do Moinho Joinville era de pleno desenvolvimento. Em 1913, Joinville já era beneficiada por energia elétrica, telefone e água encanada. O local da edificação, reflexo também da influência de seus empreendedores, o privilegiou do acesso ao principal meio de transporte da época: o fluvial.

Através do Porto de Joinville, havia facilidade para receber o trigo que vinha pelo Rio Cachoeira, e para o posterior deslocamento da farinha a ser comercializada. Posteriormente o Moinho foi beneficiado pelo ramal ferroviário, até aderir totalmente ao transporte rodoviário. Essas transições dos meios de transporte estão registradas por meio de vestígios dos atracadouros de barcos e do cais, dos trilhos de trens e das ruas que o margeiam, além da documentação oral, iconográfica e escrita.

Lazzaris (2022) discorreu que a transferência da produção foi também influenciada pela dificuldade que o trânsito de caminhões ocasionava na Rua Urussanga. Essas questões, ligadas ao transporte dizem respeito à logística empregada em torno do modo de produzir nessa indústria, a caracterizando para além de uma única edificação, mas a partir de um complexo produtivo.

O Moinho Joinville, ao longo do tempo, foi alvo da construção de diversas representações, por meio de fotografias, de matérias em jornais, registros diversos que evidenciam suas transformações arquitetônicas e as transformações em seu entorno. Nessas representações se sobressaiu um olhar de que ele é especial, de que se diferencia, de que é reconhecido pela população.

Esse reconhecimento, também, foi evidenciado através das expectativas suscitadas nas narrativas das trabalhadoras e dos trabalhadores. A evocação de

memórias que esperam por novas ocupações, pela preservação, pela manutenção dos vestígios dessa indústria, significa que o bem continua resistindo ao tempo e segue se expressando na cidade.

Essa expressividade contida nele, nos permite construir diálogos diversificados. Se o pensarmos como um sociotransmissor, as conexões que o permeiam decorrem dos primórdios da instituição da indústria em Joinville e das relações sociais em torno da sua existência e das mudanças que ele é testemunho, há mais de um século.

As discussões em torno do patrimônio industrial, no Brasil, podem ser consideradas recentes. No entanto, este campo tem ganhado corpo nos últimos anos e tem sido amplamente explorado em pesquisas brasileiras. Estudiosos do campo têm se dedicado e articulado pelo mundo todo fomentando e influenciando o crescimento de novas discussões e o reconhecimento de exemplares com características que remetem à industrialização.

Em Joinville, essas discussões podem contribuir para o reconhecimento de bens que assim como o Moinho Joinville, “fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento” (ICOMOS, TICCIH, 2011), remetendo à própria construção de Joinville, comumente referida como a “Manchester Catarinense”.

Um fato percebido durante a pesquisa, é que dentro das recomendações feitas ao longo do Processo de Tombamento (JOINVILLE, 2009) do Moinho, especificidades e características próprias do patrimônio industrial e seus espaços de sociabilidades, foram discutidas. A patrimonialização foi feita de forma ampla, tendo o bem sido considerado enquanto um patrimônio cultural da cidade de Joinville.

Tal escolha, acaba diminuindo a visibilidade das discussões que são específicas a certos bens, e que, na medida em que são articuladas, potencializam o reconhecimento do patrimônio industrial da cidade. Joinville tem a sua história emaranhada à história da indústria de Santa Catarina. O Moinho Joinville não é o único bem local que se insere em tal discussão. Outros exemplares como a Wetzel e a Cidadela Cultural Antártica, que são patrimonializados, foram evocados na memória de trabalhadores na presente pesquisa.

A memória do trabalho foi um ponto de partida no campo do patrimônio industrial, para mobilizar narrativas das trabalhadoras e dos trabalhadores sobre o Moinho Joinville. Por meio dela, foi possível construir um diálogo que não resume o

patrimônio a um “amontoado de pedra e cal” (CHUVA, 2012), ou seja, criou-se um diálogo com a intangibilidade desse patrimônio.

As dimensões intangíveis do patrimônio industrial, ligadas aos conhecimentos, a organização e modos de fazer de trabalhadores, revelam o verdadeiro sentido da coisa tombada: as relações sociais que permearam e permearão esses espaços.

Essa possibilidade de investigação foi a motivação maior dessa pesquisa. Se compreendeu que o patrimônio industrial é um campo para além dos objetos industriais. Partir da memória do trabalho foi uma forma de colocar o trabalhador como protagonista da indústria. A memória, sempre produzida no tempo presente, foi aqui compreendida como uma capacidade humana e, além disso, o resultado de representações que se fizeram sobre versões do passado. Emerge da pluralidade de narrativas um caminho que permite desfrutar de interpretações diversificadas, opondo-se à adesão de uma retórica holista.

A subjetividade das memórias de quem no passado deu vida ao Moinho Joinville, trouxeram à tona representações e discursos que podem ser interpretados por outros vieses, para além dos que se fez na presente pesquisa. Essa é a riqueza do registro da memória: possibilitar novos olhares sobre um ponto de partida.

A presente pesquisa resultou no registro de seis entrevistas orais que são novos documentos, repletos de vestígios sobre a memória do trabalho do Moinho Joinville. Assim, foi possível perceber que o reconhecimento das características que fazem do Moinho Joinville um patrimônio industrial está presente nas representações e leituras das realidades que foram partilhadas, sobretudo, por meio das expectativas quanto aos novos usos desse bem. A mobilização de memórias, na presente pesquisa, permitiu dar visibilidade para as pessoas, sem as quais a indústria não existiria.

Além das entrevistas orais, foram consultados documentos históricos diversos, que também evidenciaram representações afetivas para com o Moinho Joinville. Os significados e símbolos em torno das representações contidas em documentos fabricados ao longo do tempo e nos relatos de trabalhadores, comportam vestígios da memória do trabalho do Moinho Joinville. Esses vestígios se convertem em reflexões que permitem pensar a resignificação de um patrimônio cultural enquanto um patrimônio industrial da cidade de Joinville.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003a.

ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido**, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003b. 4 [f] Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6697>. Acesso em: 14 out. 2022.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista memória em Rede**, Pelotas, v. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564>. Acesso em: 15 set. 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CARVALHO, Murilo Teixeira. **Patrimônio industrial, o território fabril sob a lente da (i)materialidade**. Orientadora: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós – Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

CASTILLO, Juan José. The Memory of Work and the Future of Industrial Heritage: New Issues Five Years Later. **FQS - Forum Qualitative Sozialforschung**. v. 12, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1752/3257>. Acesso em: 12 out. 2021.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. v. 5, n. 11, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 15 set. 2022.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, n. 4. 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/Vg107vm>> Acesso em: 05 out. 2022.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora da Univille, 2011. 280 p.

COELHO, Jossana Peil. **Os significados do Lugar: memórias sobre a extinta fábrica Laneira Brasileira S.A.** Orientador: Diego Lemos Ribeiro. 2017.128 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Arqueologia Industrial. *In*. MENEGUELLO, C; RUBINO, S. (orgs.). **Coletânea de Textos do I Encontro em Patrimônio Industrial**. Campinas, 2004.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Algumas questões sobre o estudo e salvaguarda de Paisagens industriais. **Revista Labor & Engenho**. v.5, n.1, 2011. p. 1-12. ISSN:2176-8846. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/102>. Acesso em: 15 set. 2022.

COSTA, A. D; SILVA, G. P. D. A Bunge e seu primeiro cinquentenário no Brasil (1905 a 1955): Os passos da construção de uma filial de um grupo econômico. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONOMICA, 6., 2015, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória: UFES, 2015. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_armando_dalla_costa_gustavo_pereira_silva_a-bunge-e-seu-primeiro-cinquentenario-no-brasil-1905-a-1955-os-passos-da-construcao-de-uma-filial-de-um-grupo-economico.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

COSTA, Iara Andrade; GABARDO, Claudia Valéria; FREITAS, Dúnia Anjos de; PEDROSO, Gelta Madalena Jönck; MARTINS, José Carlos Eloy. **Tempos de educar**: os caminhos da história do ensino na rede municipal de Joinville. Joinville: Editora da Univille, 2005. 266 p.

COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville – 1917-1943. *In*: GUEDES, Sandra P. L. C. (org.) **Histórias de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. Joinville: Editora da Univille, 2005. p.104-159.

CUNHA, Rui Manuel Maneira. **Arqueologia Industrial**: panorama da indústria moageira Portuguesa, no século XX, e a empresa de moagem do fundão, Id.^a. Orientadora: Professora Doutora Rosa Maria Mendonça Gonçalves Varela Gomes. 2013. 977 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Reflexões sobre reconhecimento e usos do patrimônio industrial. *In*: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. Disponível em: http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/cultura_material_e_patrimonio_de_c_e_t.pdf. Acesso em: 03 jun. 2022.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. O último apito: patrimônio industrial, memória e esquecimento. *In*: MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo, OKSMAN, Silvio (Orgs.). **Patrimônio Industrial na atualidade**, algumas questões. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 95-115. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/?p=1954>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville, SC: Imprensa Ipiranga, 1965.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GIESELER, ALBERT. Braunschweigische Mühlenbau-Anstalt, Amme, Giesecke & Konegen. **História da Amme, Giesecke & Konegen**. 2009. Disponível em:

http://www.albert-gieseler.de/dampf_de/firmen0/firmadet1397.shtml. Acesso em: 20 ago. 2022.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 473 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. Colonização e a pequena produção mercantil no complexo ervateiro no sul do Brasil. In: GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. (Orgs.). **Complexo Ervateiro em Santa Catarina**. Criciúma: Editora da UNESC, 2017. cap. 1, p.19-51.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. In: GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. (Orgs.). **Complexo Ervateiro em Santa Catarina**. Criciúma: Editora da UNESC, 2017. cap. 5, p.109-127.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. A colônia Dona Francisca: A vida... O medo... A morte. In.: GUEDES, Sandra P. L. C. (Org.) **História de (i) migrantes o cotidiano de uma cidade**. 2 ed. Joinville: Editora da Univille, 2005. cap. 1, p. 11-48.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **Hospital público é assim mesmo!** Representações sociais sobre um hospital público no final do século XX. Joinville: Editora da Univille, 2003. 244 p.

PAVANELLO, Laércio José; GUEDES, Sandra P. L. C. Um novo olhar sobre o patrimônio comercial: os secos e molhados em Joinville/SC. **História: Questões & Debates** – UFPR, n. 59, p. 241-263, 2013. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lhVBePgTPnEJ:https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/37041/22833+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 out. 2021.

GUEDES, Sandra P. L. C. **Esporte e Lazer em Joinville**: memórias da Associação Atlética Tupy. Joinville: Editora da Univille, 2010. 491p.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006. 189 p.

HAYNOSZ, Sieli. **Preservação do Patrimônio Industrial em Joinville**: Um Estudo de Caso do Conjunto Wetzel. Orientadora: Mariluci Neis Carelli. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós – Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

KALB, Christiane Heloisa; CARELLI, Mariluci Neis. Narrativas sobre o patrimônio industrial: ferramentarias de moldes e matrizes em Joinville/SC. **História: Questões & Debates**, v. 62, n. 1, ISSN: 0100-6932 e e-ISSN: 2447-8261, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37926>. Acesso em: 10 out. 2021.

KOSELLECK, Reinhard. Eclusas da memória e estratos da experiência. A influência das duas guerras mundiais na consciência social. *In.*: **Estratos do Tempo**. Estudo sobre História. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014. p. 247-266.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 5. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: Problemas teóricos de restauro. São Paulo: FAUUSP, 2006. 352 p.

LEITE, Valéria de J.; SILVA, Rosane M. da; LIMA, Cíntia F. Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades. **História Oral**, v. 23, n. 2, p. 243-258, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v23i2.1081>> Acesso em: 10 set. 2021.

MACIEL, Joelson Lopes. **Para além do senador**: uma biografia política de Carlos Gomes de Oliveira (1894-1997). Orientador: Waldir José Rampinelli. 2018. 371 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MARTINS, Marina Cañas. **Paisagem em circulação**: o imaginário e o Patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais (1900-1930). Orientadora: Sandra Jatthy Pesavento. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, n. 155, p. 191-203, 2006. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Vv5GxzIVH1YJ:https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19041/21104/22572+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 05 fev. 2022.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Eduardo Horn. 2022. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/225-Eduardo_Horn>. Acesso em: 02 ago. 2022.

Memória – Museu da Indústria integra projeto da Fiesc na revitalização do Moinho Joinville. **Revista 20 anos Perini Business Park**, p. 56-57, 2021. Disponível em: <https://issuu.com/perinibusinesspark/docs/revista20anos>. Acesso em: 04 nov. 2021.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços do trabalho, lugares do trabalhador. *In.*: MENEGUELLO, Cristina. ROMERO, Eduardo; OKSMAN, Silvio (Orgs.). **Patrimônio industrial na atualidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021a. cap. 2, p. 91-93.

MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *In.*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Udesc, 2011. Disponível em:

<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MENEGUELLO, Cristina. Por uma cultura visual do trabalho: dimensões da relação arte e patrimônio industrial. *In*: MENEGUELLO, Cristina. (Org.). **Arte e Patrimônio Industrial**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021b. cap. 1, p. 13-30.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultural visual, História visual. Balanço provisório propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MENEGUELLO, Cristina. Conversando sobre Patrimônio Industrial. *In*.: MATOS, Ana Cardoso; SALES, Telma Bessa. RODRIGUES, Ronaldo André. (Orgs.). **Conversando sobre Patrimônio Industrial e outras Histórias: palavras, espaços e imagens**. Sobral: Editora UVA, 2018. p. 205-2018.

MORAES, Fábio Farias de. Expansão do mercado e da produção: o auge do mate catarinense. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. (Orgs.). **Complexo Ervateiro em Santa Catarina**. Criciúma: Editora da UNESC, 2017a. cap. 3, p. 73-93.

MORAES, Fábio Farias de. Notas sobre atividades acessórias e desdobramentos do complexo ervateiro. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. (Orgs.). **Complexo Ervateiro em Santa Catarina**. Criciúma: Editora da UNESC, 2017b. cap. 4, p. 95-107.

MORAES, Tiago Castaño. Patrimônio, indústria e cerveja: olhares sobre a antiga Cervejaria Antártica em Joinville/SC, Brasil. **Cadernos do Arquivo Municipal**, n. 13, ISSN 2183-3176, 2020. Disponível em: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/07_cerveja.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

OJEDA, Rodrigo Herrera; GARRIDO, Daniela Ambrosetti; DÍAZ, Boris Cvilanic. Voces que construyen memoria colectiva. La dimensión inmaterial del patrimonio industrial en la Población Obrera Sociedad Explotadora de Tierra del Fuego, Punta Arenas, Chile. **Sophia Austral**, n. 23, 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-56052019000100257. Acesso em: 11 out. 2021.

OLIVEIRA, Kauã Domingues de. **O Moinho Rio-grandense: a preservação do patrimônio agroindustrial em Porto Alegre**. Orientadora: Luísa Gertrudis Durán Rocca. 2021. 232 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós - Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

PASIEKA, Agnieszka. Manufacturing nostalgia: the case study of an industrial museum in New England. **Laboratorium: zhurnal sotsial'nykh issledovaniï**, 2015 Disponível em:

https://www.academia.edu/25129085/Manufacturing_nostalgia_a_case_study_of_an_industrial_museum_in_New_England. Acesso em: 11 out. 2021.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. 362 p.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, v. 15. p.13-50, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PORTO, Carla Lisboa. Sobre metodologia e a escuta como lugar sensível. *In.*: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.). **História Oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa**. Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 21-45.

RECH, Jeisa. **Memórias sobre namoros em Joinville na década de 1950**. Orientador: Marcos Fábio Freire Montysuma. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville (SC): Da gênese às exportações**. Orientadora: Armen Mamigonian. 1994. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós – Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio Industrial entre o fetiche e a memória. **Revista ArqUrb**, São Paulo: 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/download/116/102/> Acesso em: 22 fev. 2022.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Cobrasma, Osasco: a história pública e o patrimônio industrial como experiência na memória de seus trabalhadores. *In.*: MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo, OKSMAN, Silvio (Orgs.). **Patrimônio Industrial na atualidade, algumas questões**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 129-147.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Arte de viver, Arte de fabricar: sobre inventariar e preservar paisagens fabris em transformação. *In.*: MENEGUELLO, Cristina. (Org.). **Arte e patrimônio industrial**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Cap. 3, p. 59-76.

NEVES, Deborah Regina Leal. Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural. **Revista Arq.urb**. n. 26, p. 61-79, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41362567/Tecendo_a_hist%C3%B3ria_de_S%C3%A3o_Paulo_tecelagens_como_patrim%C3%B4nio_cultural. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTANA, Júlia Mayer Alves de. **Moinho Joinville: memória, arte e lazer.** 2018. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, 2018.

SANTOS, Gabriel Carlos de Souza. **A vila e sua fábrica: imagens da comunidade da Vila Light nas memórias de seus ex-moradores.** Orientadora: Cristina Meneguello. 2019. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. *In.*: **Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva.** Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Cia das Letras, 2007. 129 p.

SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na metrópole paulistana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, ISSN 2179-0892, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, Emílio da. **Jaraguá do Sul: II livro: um capítulo na povoação do vale do Itapocu.** Jaraguá do Sul: Do Autor, 1975. 385 p.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009. 439 p.

SOUZA, G. M. Apontamentos históricos sobre o Museu da indústria em Joinville. *In.*: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. **Anais [...].** Fortaleza: Anpuh, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_8dd090434b322f6e34d1aa47c2f4184d.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

SOUZA, Sirlei de. Movimentos de resistência em tempos sombrios. *In.*: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org). **Histórias de (I)migrantes: O cotidiano de uma cidade.** 2. Ed. Joinville: Editora da Univille, 2005. p. 193-243.

STELZNER, Mariana Colin. **Moinho Joinville: motor de reapropriação do território.** 2014. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, 2014.

TAMBOUKOU, Maria. Educating the seamstress: studying and writing the memory of work. **History of education**, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263601483_Educating_the_seamstress_studying_and_writing_the_memory_of_work. Acesso em: 10 out. 2021.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade.** Joinville: Bartira Gráfica e Editora S/A. 1993. 213 p.

THIAGO, Raquel S. **Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista.** Florianópolis: Edição Governo do Estado de Santa Catarina, 1988. 158 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TWARDOWSKY, Ana Cristina; BANDEIRA, Dione da Rocha; GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. Um olhar para o estado de conservação dos sambaquis urbanos de Joinville. **Escritas**: Revista do curso de História de v. 13, n. 2. ISSN: 2238-7188, 2021, p. 137-155. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/11659/19900>. Acesso em: 20 mai. 2022.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)**. Orientadora: Cristina Meneguello. 2004. 296 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Documentos

1. Entrevistas Orais

GIESEL, Carmen Teresinha. Carmen Teresinha Giesel: entrevista oral [14 e 16 de fev. 2022, Joinville]. Entrevistadora: Anelise Bonaldi Klöppel. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “Evidências de um Patrimônio Industrial: a memória do trabalho do Moinho Joinville”. 2022. Gravação realizada via *Microsoft Teams* (2h22min.).

KLEIN, Patrícia. Patrícia Klein: entrevista oral [06 de ago. 2022, Santos]. Entrevistadora: Anelise Bonaldi Klöppel. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “Evidências de um Patrimônio Industrial: a memória do trabalho do Moinho Joinville”. 2022. Gravação realizada via *Microsoft Teams* (1h33min.).

LANFREDI, Jair. Jair Lanfredi: entrevista oral [07 de jul. 2022, Joinville]. Entrevistadora: Anelise Bonaldi Klöppel. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “Evidências de um Patrimônio Industrial: a memória do trabalho do Moinho Joinville”. 2022. Gravação realizada via *Microsoft Teams* (1h17min.).

LAZZARIS, Mário. Mário Lazzaris: entrevista oral [15 de mar. 2022, Joinville]. Entrevistadora: Anelise Bonaldi Klöppel. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “Evidências de um Patrimônio Industrial: a memória do trabalho do Moinho Joinville”. 2022. Gravação realizada via *Microsoft Teams* (48min.).

NEVES, José Carlos. José Carlos Neves: entrevista oral [4 de abr. 2022, Joinville]. Entrevistadora: Anelise Bonaldi Klöppel. Entrevista concedida à pesquisa de

Dissertação intitulada “Evidências de um Patrimônio Industrial: a memória do trabalho do Moinho Joinville”. 2022. Gravação realizada via *Microsoft Teams* (1h13min.).

OURIQUES, Orli Orisvaldo. Orli Orisvaldo Ouriques: entrevista oral [18 de jul. 2022, Joinville]. Entrevistadora: Anelise Bonaldi Klöppel. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “Evidências de um Patrimônio Industrial: a memória do trabalho do Moinho Joinville”. 2022. Gravação realizada via *Microsoft Teams* (1h52min.).

2. Fotografias

DIEGEL, Alberto. **Evento Político**. 1922. 1 fotografia, pb., 9x14 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia. Subsérie Família/nome. Dossiê Família Gomes de Oliveira, n. 3.1.3.109 (120). N. do inventário 8556. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

HOFMANN, Fritz. **Moinho de trigo**. [191-]. 1 fotografia, pb., 9x14 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia. Subsérie Indústria. Dossiê Moinho de Trigo, n. 3.1.15.53 (1). N. do inventário 2174. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

HOFMANN, Fritz. **Moinho Joinville visto do rio Cachoeira**. [entre 1937 e 1960]. 1 fotografia, pb. Acervo Particular de Fátima Hofmann.

KLÖPPEL, Angélica Bonaldi. **Moinho Joinville fachada principal**. 2022. 1 fotografia, col. Digital. Acervo particular de Angélica B. Klöppel.

LUZ, Raul Walter da. **Fachada do Moinho Joinville**. 2015. 1 fotografia, col. Via Instagram. Acervo particular de Raul W. da Luz.

LUZ, Raul Walter da. **Prédio das Oficinas**. 2019. 1 fotografia, col. Dig. Acervo particular de Raul W. da Luz.

MOINHO de trigo - equipamentos e máquinas de moinho de trigo. [entre 1913 e 1920]. 1 fotografia, pb., 8,9x12,1 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia. Subsérie Indústria. Dossiê Moinho de Trigo, n. 3.1.15.53 (28). N. do inventário 3562. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

MOINHO de trigo. [entre 1912 e 1913]. 1 fotografia, pb., 7,7x10,9 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia. Subsérie Indústria. Dossiê Moinho de Trigo, n. 3.1.15.53 (4). N. do inventário 3512. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

MOINHO de trigo. [entre 1912 e 1913]. 1 fotografia, pb., 17,1x23,2 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia. Subsérie Indústria. Dossiê Moinho de Trigo, n. 3.1.15.53 (9). N. do inventário 3536 e 7834. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

MOINHO de trigo. [entre 1912 e 1950]. 1 fotografia, pb., 17,2x22,5 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia. Subsérie Indústria. Dossiê Moinho de Trigo, n. 3.1.15.53 (24). N. do inventário 3554. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

MOINHO Joinville, um verdadeiro cartão postal da área central. 2020. 1 fotografia, col., Digital. Disponível em: <https://www.instagram.com/descobrindejoinville/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PORTO de Joinville. 1914. 1 fotografia, pb., 9x14 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Cartão Postal. Subsérie Infraestrutura. Dossiê Porto de Joinville, n. 170.1. N. do inventário 294. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

QUIDDE, Hugo. **Moinho de trigo**. 1925. 1 fotografia, pb., 9x14 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia [sic!]. Subsérie Indústria. Dossiê Moinho de Trigo, n. 3.1.15.53 (7). N. do inventário 8307. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

SILVA, Rosane Eberhardt Gualberto da. **Moinho de trigo**. 1989. 1 fotografia, pb., 18x23 cm. Coleção Memória Iconográfica. Série Fotografia. Subsérie Indústria. Dossiê Moinho de Trigo, n. 3.1.15.53 (26). N. do inventário 3556. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

VISITA do Conde D'eu e de D. Pedro, príncipe do Grão Pará a Joinville. 1921. 1 fotografia, pb., Caixa n. 32, reg. 33. Acervo do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville.

3. Legislação

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 5452 de 01/05/1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 12812 de 16/05/2013**. Acrescenta o art 91-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12812.htm. Acesso em: 13 de out. 2022.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. **Lei Orgânica do Município de Joinville, de 02 de abril de 1990**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-joinville-sc>. Acesso em: 18 fev. 2022.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. **Lei n.º 1773, de 1 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/1980/177/1773/lei-ordinaria-n-1773-1980-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-arqueologico-artistico-e-natural-do-municipio-de-joinville>. Acesso em: 18 fev. 2022.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. **Lei complementar nº 363, de 19 de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do município de Joinville, o inventário do patrimônio cultural de Joinville - IPCJ, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-complementar/2011/36/363/lei-complementar-n-363-2011-institui-no-ambito-do-municipio-de-joinville-o-inventario-do-patrimonio-cultural-de-joinville-ipcj-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 out. 2022.

4. Jornais

COMMERCIO DE JOINVILLE. Joinville, 12 jun. 1911. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COMMERCIO DE JOINVILLE. Joinville, 09 mar. 1912. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COMMERCIO DE JOINVILLE. Joinville, 12 out. 1912. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COMMERCIO DE JOINVILLE. Joinville, 12 jun. 1913. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COMMERCIO DE JOINVILLE. Joinville, 12 abr. 1913. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

COMMERCIO DE JOINVILLE. Joinville, 12 jun. 1913. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CORREIO DO POVO. Joinville. 1924. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 1915. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 1917. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GAZETA DO COMMERCIO. Joinville, 12/04/1913. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Memória – Museu da Indústria integra projeto da Fiesc na revitalização do Moinho Joinville. **Revista 20 anos Perini Business Park**, p. 56-57, 2021. Disponível em: <https://issuu.com/perinibusinesspark/docs/revista20anos>. Acesso em: 04 nov. 2021.

NSC. Moinho Joinville está sendo ofertado em leilão online. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/moinho-joinville-esta-sendo-ofertado-em-leilao-online>. 21/11/2017. Acesso em: 20 ago. 2022.

O DIA. Florianópolis, 10/02/1911. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

O ESTADO. Florianópolis, 10/02/1921. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

O ESTADO. Florianópolis, 12/08/1917. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

REPUBLICA. Florianópolis, 15/08/1923. Acervo da Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SZABUNIA, R. A antiga Joinville vista pelas lentes do fotógrafo Fritz Hoffmann. **ND Mais**. Joinville, 10 set. 2016. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/a-antiga-joinville-vista-pelas-lentes-do-fotografo-fritz-hoffmann/>

VISSOTTO, Kauana. Joinville, a Manchester catarinense, vem atraindo a atenção dos empreendedores. **ND Mais – Notícias de Santa Catarina**, Florianópolis, 08 jul. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia-sc/joinville-a-manchester-catarinense-vem-atraindo-a-atencao-dos-empresendedores>. Acesso em: 04 nov. 2021.

5. Projetos Arquitetônicos

Escola Operária Abdon Baptista. Projeto Arquitetônico n. 26, 1918. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Grogel, L. Projeto Arquitetônico n. 105, 1936. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Keller e cia. Projeto Arquitetônico n. 030, 1931. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Keller e cia. Projeto Arquitetônico n. 119, 1935. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Moinhos Riograndes Ltda. Projeto Arquitetônico n.189, 1954. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Moinhos Riograndes Ltda. Projeto Arquitetônico n.169, 1955. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Moinhos Riograndes Ltda. Projeto Arquitetônico n.371, 1968. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Moinhos Riograndes Ltda. Projeto Arquitetônico n.188, 1969. Coleção Projetos Arquitetônicos. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

6. Outros

CAGED. **Painel de informações do novo Caged: Dados setoriais:** CAGED. Brasília, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2liwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVvM0ThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 15 out. 2022.

Correspondência de A. Baptista & Oscar. 1891. Coleção Carlos Ficker. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

IBGE. Censo Demográfico/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, [2021](#).

IBGE. Ranking de Empresas Cadastradas / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ICOMOS, TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil.** Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ICOMOS, TICCIH. **Os Princípios de Dublin.** Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/osprincipios-de-dublin/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville - IPCJ, n. 0012. Ponte sobre o Rio Jaguarão. 2016.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. Relatório da gestão dos negócios do Município de Joinville, 1907-1911. Fundo Intendência Municipal de Joinville. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. Relatório da gestão dos negócios do Município de Joinville, 1922. Fundo Intendência Municipal de Joinville. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

JOINVILLE. Prefeitura de Joinville. Processo administrativo de tombamento n. FCJ.CPC.2009-006 de 11 de março de 2009.

Obituário de Oscar Schneider. 1916. Coleção Famílias. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

SILVA, Bruno da; BRUSKE, D. L. M; CUNHA, D. F; ESTEVES, V. K; RAMOS FILHO, M. V. Comissão Pericial - Processo de Tombamento - FCJ. CPC. 2009-006: Rua Urussanga, nº 85. (Moinho Joinville ou Moinho Santista). 2013.

SILVA, Bruno da; CUNHA, D. F; RAMOS FILHO, M. V.; ESTEVES, V. K. **Comissão Pericial - Processo de Tombamento** - FCJ. CPC. 2010-010: Rua Santos, nº 63. 2013. p. 2-29.

S. A. MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS FILIAL JOINVILLE. **Breve Histórico**. [ca. 1978]. Pasta de Eixos Temáticos: Moinho Santista. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar, por meio da concessão de uma entrevista oral, da pesquisa intitulada “Memórias do trabalho e de trabalhadores sobre um Patrimônio Industrial: O Moinho Joinville”, que tem por objetivo Compreender e problematizar as narrativas de memórias construídas por trabalhadoras e trabalhadores ligados ao Moinho Joinville, sobre este bem.

Serão previamente marcados a data e o horário para a entrevista oral, utilizando um gravador digital para o seu registro. A entrevista será realizada no Laboratório de História Oral da Univille ou no local que lhe for mais conveniente. Devido à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, durante a entrevista serão seguidos estritamente todos os protocolos sanitários adotados no município de Joinville. Caso você não se sinta seguro para o encontro presencial com os pesquisadores, ou devido a não imunização completa de ambas as partes, a entrevista poderá ser realizada virtualmente, por meio da ferramenta digital de videoconferência que lhe for de mais simples acesso e uso.

Para que a sua entrevista possa ser utilizada como fonte de informações pelos pesquisadores desse projeto, você será convidado a assinar a Autorização para Uso de Imagem e/ou Voz. Caso você concorde, após o fim da pesquisa, sua entrevista será doada ao Laboratório de História Oral da Univille, instituição que oportuniza a consulta gratuita ao seu acervo para uso futuro de outros pesquisadores. Para tanto, você será convidado a assinar o Termo de Doação de entrevista oral ao Laboratório de História Oral da Univille.

Os riscos envolvidos na entrevista serão mínimos por envolver a narrativa de lembranças a respeito de suas vivências pessoais, podendo apenas acarretar alguma situação de estresse emocional ou desconforto. Caso concorde, sua identidade será revelada em trabalhos científicos que farão uso da entrevista concedida (como artigos, livros e capítulos de livros), buscando inserir a sua narrativa pessoal na escrita de uma história da cidade de Joinville. Contudo, caso não haja concordância a esse respeito, sua identidade será preservada pelo uso de um pseudônimo (nome fictício) à sua escolha.

Os benefícios e vantagens em participar do estudo serão diretos e indiretos. De maneira indireta, considera-se um benefício o registro de sua memória pessoal através de um projeto de pesquisa acadêmico, promovido por uma universidade de notório reconhecimento. A sua entrevista contribuirá para dar visibilidade à sua participação na história de Joinville. De maneira direta, você receberá uma cópia da gravação em áudio da entrevista que concedeu. Ao fim da pesquisa, você poderá ter acesso aos seus resultados, podendo conhecer a maneira como a sua narrativa oral foi analisada e interpretada em publicações.

Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer perguntas que lhe ocasione constrangimento de alguma natureza. Você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência

lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes, durante e após a pesquisa. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo, tampouco compensação financeira relacionada à sua participação, pois ela é voluntária. A pesquisadora responsável garante ressarcimento caso você, participante, no decorrer da pesquisa tenha algum gasto de locomoção. Guarde este TCLE assinado por, no mínimo, cinco anos.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas por meio de telefone e e-mails informados neste documento. A pesquisadora responsável por esta investigação é a Mestranda Anelise Bonaldi Klöppel, que pode ser localizada através do telefone (47) 992610505, de segunda a sexta, em horário comercial, ou pelo e-mail anelisekloppel@gmail.com.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida a respeito da ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, na Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique a primeira folha e assine, na segunda folha, o consentimento de participação, que está impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e essa via com você, participante.

Mestranda Anelise Bonaldi Klöppel - Pesquisadora Responsável

Consentimento de Participação:

Eu _____ concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada “Memórias do trabalho e de trabalhadores sobre um Patrimônio Industrial: O Moinho Joinville”, conforme informações contidas neste TCLE.
Joinville, ___/___/___.

Assinatura do participante

APÊNDICE B – Autorização para uso de imagem e/ou voz

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, _____ abaixo assinado(a), autorizo, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens e/ou voz será para fins da pesquisa “Memórias do trabalho e de trabalhadores sobre um Patrimônio Industrial: O Moinho Joinville”, que tem por objetivo Compreender e problematizar as narrativas de memórias construídas por trabalhadoras e trabalhadores ligados ao Moinho Joinville, pesquisa orientada pela Professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e realizada pela Mestranda Anelise Bonaldi Klöppel.

Assinatura: _____

Joinville, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE C – Termo de doação de entrevista oral

TERMO DE DOAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente termo, eu _____, residente a rua _____ nº _____, complemento _____ no _____ município de _____, estado de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida por _____, cedo ao Laboratório de História Oral da UNIVILLE – LHO, todos os direitos de uso e divulgação que me correspondem, do conteúdo da entrevista por mim concedida a _____, Cédula de Identidade nº _____, totalizando _____ horas e _____ minutos de gravação.

Declaro também que autorizo, a partir desta data, a consulta _____ (com/sem) restrições ao conteúdo da gravação por qualquer pessoa interessada, assim como autorizo sua reprodução, de qualquer forma e em qualquer suporte, pelo Laboratório de História Oral da UNIVILLE, sem alteração de seu contexto. Ademais, declaro estar ciente de que a gravação da entrevista por mim concedida será encaminhada para uma Comissão que irá deliberar sobre sua incorporação (ou não) ao acervo de Acervo do Laboratório de História Oral da Univille.

OBS.: Restrições (se for o caso): _____

_____.

Joinville, _____ de _____ de _____.

Entrevistado/a

Entrevistador/a

Testemunha

Testemunha

Laboratório de História Oral da Univille
<http://historiauniville.wix.com/lho>
(47) 3461-9160

APÊNDICE D – Roteiro básico de entrevistas orais

MEMÓRIAS DO TRABALHO E DE TRABALHADORES SOBRE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O MOINHO JOINVILLE

Público alvo: trabalhadoras e trabalhadores que foram ligados ao Moinho Joinville

Identificação do vínculo com a população e a rede mapeada:

Data e local de realização da entrevista:

Entrevistador:

Dados Pessoais

Nome:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Nome do Cônjuge:

Filhos:

Profissão:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Eixo 1: Trajetória de vida

- ✦ Local de Nascimento (Rural ou urbano?)
- ✦ Estrutura familiar da infância
- ✦ Profissão do pai e da mãe
- ✦ Cotidiano na infância (moradia, vida no bairro, escola, lazer e religiosidade)
- ✦ Juventude (fatos marcantes)
- ✦ Formação escolar/acadêmica (onde, escolha da profissão, fatos marcantes)
- ✦ Descrever a profissão

- ✦ Que tipo de habilidades/ conhecimentos necessita para desenvolver sua profissão
- Quais as principais dificuldades no exercício da profissão

Eixo 2: Trajetória profissional

- ✦ Em que locais trabalhou?
- ✦ Quando e quanto tempo trabalhou na fábrica a qual se refere a pesquisa?
- ✦ Qual a principal atividade da empresa?
- ✦ Qual foi o seu percurso nesta fábrica (setores, funções [descrever], pessoas importantes para sua trajetória e aprendizado na fábrica)?
- ✦ Como era o local de trabalho em termos de espacialidade (pavilhão, sala, espaço grande/pequeno)?
- ✦ Trabalhava em ambientes e equipamentos compartilhados com outros colegas?
- ✦ Durante o tempo que trabalhou na empresa, quais mudanças ocorreram no espaço, incluindo o seu espaço de trabalho?
- ✦ Quais principais mudanças no dia a dia em relação ao seu próprio trabalho (maquinário, procedimentos, equipes de trabalho)?
- ✦ Você lembra de dificuldades técnicas e tecnológicas? Se sim, como eram enfrentadas e respondidas?
- ✦ Fez cursos durante o período de trabalho na fábrica? Quais?
- ✦ Como você avalia a trajetória produtiva da fábrica? [desenvolvimento, mercado, falência, fechamento etc.]

Eixo 03: Cotidiano na fábrica

- ✦ Qual era a jornada de trabalho (horário, carga-horária semanal, horários de almoço, lanche)?
- ✦ Havia sinal sonoro que indicava o início/término do expediente?
- ✦ Havia cartão de ponto? Registro de presença? Para quem?
- ✦ Havia uniforme? Para quem? Pode descrever?
- ✦ Havia equipamentos de Segurança?
- ✦ Quais riscos? Lembra de algum acidente de trabalho?
- ✦ A fábrica oferecia refeições? Refeitórios? Havia algum tipo de separação?
- ✦ Como era o ambiente de trabalho?

- ✦ Como era a hierarquia?
- ✦ Como era a relação com os colegas de trabalho?
- ✦ Foi possível fazer amizades a partir do trabalho?
- ✦ Qual a proporção entre homens e mulheres no ambiente de trabalho?
- ✦ Na sua função/atividade, havia mulheres? Por quê?
- ✦ O que poderia destacar do dia a dia da fábrica que mais chamava a atenção?
- ✦ Que sons e cheiros remetem ao trabalho na fábrica?
- ✦ E o tema religião no cotidiano da fábrica e para a fábrica? Havia referências?
- ✦ Você lembra de algum tipo de premiação da empresa por trabalhos realizados?
- ✦ Você lembra da atuação do sindicato e de sindicalistas? Em que ocasiões?
- ✦ Lembra de movimentos reivindicatórios? Quais? Para que?
- ✦ A empresa e/ou o sindicato possuíam jornais/informativos?
- ✦ Havia assistência e oferta de serviços de apoio e auxílio aos funcionários?
- ✦ Havia recreativa?
- ✦ Lembra de comemorações promovidas pela fábrica?
- ✦ Na fábrica em que trabalhou tinha algum espaço de memória, museu ou algo do tipo?

Eixo 4: Cotidiano no entorno da fábrica

- ✦ Como se deslocava até o trabalho?
- ✦ A família conhecia a fábrica?
- ✦ A empresa realizava eventos/ festas com a participação da família? Quais?
- ✦ O que fazia no tempo livre?
- ✦ Encontrava os colegas de serviço fora da fábrica? Em que ocasiões? Onde?
- ✦ Familiares conheciam colegas de trabalho?
- ✦ Qual a influência do seu trabalho fabril no cotidiano familiar?
- ✦ E nas relações de amizade ou vizinhança?

Eixo 5: Trabalho e patrimônio industrial

- ✦ Considera Joinville uma cidade industrial? Por quê?
- ✦ Há relação com os modelos de desenvolvimento implementados historicamente?

- ✦ Quais elementos considera importantes para identificar a cidade como cidade industrial?
- ✦ Você considera importante preservar esses elementos? Por quê?
- ✦ Levando em conta suas lembranças de fábrica, quais elementos (físicos e não físicos) seriam importantes para compartilhar com as gerações presentes e futuras?
- ✦ Quais fábricas e lugares representam o passado industrial da cidade? E o presente industrial da cidade?
- ✦ Se você tivesse por incumbência criar um espaço cultural ou museu industrial de Joinville, o que faria? O que e quem estaria representado lá?
- ✦ Você revisita os espaços da fábrica atualmente? Essa experiência desperta algum sentimento?
- ✦ Como você considera que estes espaços deveriam ser tratados? Que usos deveriam ter?
- ✦ Como você avalia os atuais usos e a gestão destes espaços?

Eixo 6: A vida depois desta fábrica

- ✦ Como foi sua saída da fábrica?
- ✦ A empresa tinha algum programa para desligamento?
- ✦ Qual foi sua trajetória depois desta etapa? ▪ O que o trabalho representa na sua vida?
- ✦ Você incentiva seus filhos e familiares ao trabalho industrial? Por quê?
- ✦ Ainda tem contato com antigos colegas de trabalho desta fábrica?
- ✦ Considera que “venceu na vida” através do trabalho?
- ✦ Como vê o futuro do trabalho industrial? E de sua profissão?
- ✦ Quais os desafios de Joinville hoje em relação à indústria?

APÊNDICE E – Ficha de análise do projeto PAIN



Ficha de Análise de Processos de Tombamento e de Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville



fapescuniville



**Grupo de Pesquisas:
Cidade, Cultura
e Diferença**

Pesquisador responsável:	Anelise Bonaldi Klöppel, Sandra P. L. C. Guedes
Data de preenchimento:	20/05/2022

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
Número do processo:	FCJ.CPC.2009-006		
Quantidade de volumes:	02	Quantidade de folhas:	456+7
Denominação do bem:	Moinho Joinville		
Descrição do bem:	Moinho industrial de trigo		
Localização do bem:	Rua Urussanga, 85 - Bucarein		
Nome do(a) proprietário(a):	Serviço Social da Indústria – SESI/SC ²⁸		
Data de abertura do processo:	11/03/2009		
Órgão competente:	Prefeitura Municipal de Joinville – Fundação Cultural de Joinville		
Solicitante da proteção:	COMPHAAN, abertura do processo de tombamento em 11/3/2009 ver p.36 Processo de Tombamento		
Tipo de proteção:	<input checked="" type="checkbox"/> Voluntário?	x	<input type="checkbox"/> Compulsório? <input type="checkbox"/> Por ofício?
Registros em livros do tomo:	Livro Tombo Municipal 126 (2019) 0064 – IPCJ (2021)		
Datas de registros em livros do tomo:	11/09/2019 (Portaria 41/2019) 08/02/2021 - IPCJ		
Nível de preservação:	Preservação Parcial (PP) P. 402 “II - preservação parcial - PP: manutenção da volumetria ou de determinadas características arquitetônicas ou artísticas, externas ou internas” (LEI 363/2011).		
Delimitação da preservação de entorno:	IPCJ: Nível de Preservação de Entorno (PE) Imóveis Rua Urussanga 138, Rua Urussanga 187		

²⁸ Na página 408 Jacson Kolombeski da Fiesc solicita parecer quanto ao interesse de preservação no dia 22/08/2019, partindo de um ofício do Sesi de 20/08/2019 (p. 410) que informa a aquisição do imóvel, data anterior à homologação do tombamento.

“III - preservação de entorno - PE: manutenção da ambiência do imóvel preservado, quando for o caso, permitidas as demolições ou construções que não impeçam ou reduzam a visibilidade dos imóveis inventariados como PI ou PP, aprovadas pela Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville” (LEI 363/2011).

INFORMAÇÕES ANALÍTICAS GERAIS

Sumário do processo:

Notificação	
06/2009.....	44
Notificação	
07/2011.....	55
Correspondência	da
Bunge.....	58
Ata	165:
Impugnação.....	6
0	
Ofício	
1276/2011.....	
74	
Solicitação de Nível de Preservação pela	
Bunge.....	77
Minuta de	ofício
103/13.....	95
Portaria 012/2013 Nomeia Comissão para Laudo	
Pericial.....	96
Laudo	
Pericial.....	
98	
Ofício	
2306/2013.....	1
46	
Minuta de ofício para informe da manutenção do	
processo.....	171
Ofício	
0039/2014.....	1
72	
Minuta de	ofício
167/14.....	191
Pedido de vistas sobre estudo	
arqueológico.....	254

	<p>Minuta 270/15 solicitando ao MASJ arqueólogo.....271</p> <p>Portaria 085/2015 Cria Comissão Pericial de Arqueologia.....274</p> <p>Laudo Pericial Elemento Arqueológico.....278</p> <p>Ofício 1339/2015 Entrega laudo arqueológico à Bunge.....288</p> <p>Ofício 1524/2015 dá novo prazo com vencimento.....295</p> <p>Recomendação da CPC para definição de Nível de Preservação.....315</p> <p>Ata 252: recomenda o deferimento laudo arqueológico (retirada).....331</p> <p>Definição do Nível de preservação.....369</p> <p>Portaria 41/2019 homologa o tombamento definitivo do Moinho.....402</p> <p>Ofício 493/2019.....437</p> <p>Tombamento averbado na matrícula.....452</p> <p>Inclusão no Livro de Registro de Bens Imóveis do Inventário Cultural de Joinville – IPCJ.....arquivo avulso</p>
<p>Histórico sintético do processo:</p>	<p>O processo de tombamento do Moinho Joinville foi iniciado no ano de 2009, através de iniciativa do Município de Joinville, pela Coordenação de Patrimônio Cultural – CPC ligada à Fundação Cultural de Joinville e aprovada pela COMPHAAN. Junto ao processo estão anexos documentos como Atas que contém recomendações e deliberações, Minutas de ofício para comunicação interna entre setores da prefeitura, ofícios, correspondências, o Laudo Pericial, o Laudo Pericial de Elementos Arqueológicos, além de documentos como escrituras contendo averbações. A notificação dos proprietários sobre o processo de tombamento ocorreu no mesmo ano da abertura do processo de tombamento, no entanto, em 2011, foi verificada a ausência de Aviso de Recebimento -AR daquela Notificação nos autos do Processo, fato que o poderia invalidar. Assim, em outubro de 2011, nova notificação foi enviada aos proprietários, desta vez constando o AR. Após solicitar explicações sobre o que consistiria o tombamento e qual a área tombada, dentre outras dúvidas, o proprietário impugnou o tombamento em 1 de novembro de 2011. A definição do nível de preservação ocorreu em 2018 e a portaria de tombamento</p>

	<p>no ano de 2019. No ano de 2021 a edificação foi inscrita no Livro de Registro de Bens Imóveis do Inventário Cultural de Joinville – IPCJ.</p>
<p>Quais os argumentos utilizados para atribuir valores ao bem cultural?</p> <p>I - valor urbanístico: características de um bem material imóvel que definem, referenciam historicamente ou qualificam a malha urbana e o espaço público;</p> <p>II - valor arquitetônico: características de um bem material imóvel que expressam qualidades significativas, períodos históricos, composição, materiais, coerência tipológica, bens integrados e outras particularidades relevantes;</p> <p>III - valor histórico-cultural: características de um bem material móvel ou imóvel que identificam e preservam elementos testemunhais de uma organização social, manifestação cultural ou forma de vida que configure a memória histórica coletiva;</p> <p>IV - valor singular: características peculiares de um bem material móvel ou imóvel, de qualidade quanto aos aspectos técnicos, históricos, artísticos, construtivos ou de desenho.</p>	<p>I: “valor que está nas características que definem, referenciam historicamente e qualificam a malha urbana e o espaço público”. p. 138.</p> <p>Início do PT, p. 34: “Em anexo segue estudo da contextualização histórica e geográfica do Antigo Moinho Santista de Joinville, que por sua grande importância na consolidação da ocupação da área de entorno do antigo porto, e sem dúvida alguma um relevante testemunho da história da cidade de Joinville. Sendo um dos marcos da industrialização da área, hoje tem suas atividades restringidas por uma série de fatores que levaram a urbanização desta área demandando que as indústrias por ali localizadas, paulatinamente transfiram-se para áreas industriais do município fora do centro da cidade. Estando esta área propensa a uma grande densificação urbana, pelo fato do plano diretor prever a Construções de até 12 pavimentos em grande parte da região, solicita-se que seja instaurado o processo de tombamento do imóvel, levando também em consideração a potencialidade de revitalização desta área, permitindo que no futuro possa ocorrer uma readequação de seus usos, aproveitando a grande potencialidade de requalificação urbana da área em conjunto com as áreas do mercado público de Joinville e margens do Rio Cachoeira.”</p> <p>O Histórico do processo e o laudo pericial apontam para a relação do Moinho com as primeiras indústrias (destacando-se a Cia Industrial e as empresas de A. Baptista, Jordan, etc) da cidade e com o Porto, principal local de chegada e saída de mercadorias para a cidade.</p> <p>II: “apresenta qualidades significativas, períodos históricos, composição, materiais, coerência tipológica e outras particularidades relevantes de um bem material imóvel” p. 139. Várias características arquitetônicas do bem são detalhadas em item específico do Laudo Pericial (p.28-40 do Laudo Pericial e 127-139 do PT)</p> <p>III: “características que identificam, preservam elementos testemunhais de uma organização social, manifestação cultural ou forma de vida que configuram a memória histórica coletiva” p. 138. “Por sua grande importância na consolidação da ocupação da área de entorno do antigo porto, é sem dúvida alguma um relevante testemunho da história da cidade de Joinville”. (p.34 Abertura do PT)</p> <p>IV: Na portaria de tombamento. Na p.120 do PT e 23 do Laudo Pericial: “O prédio do Moinho Joinville assume papel de relevância na paisagem urbana enquanto marco visual de referência no contexto</p>

	<p>local. O destaque visual se dá em função do contraste com a volumetria das edificações em seu entorno imediato, marcadas pela horizontalidade. De fato, a verticalidade e imponência da edificação em estudo são determinantes para sua configuração como elemento singular em destaque em uma paisagem onde a predominância é de prédios baixos. Além disto, a edificação põe em evidência o processo de industrialização da cidade, que funcionou como elemento de transformação daquele setor urbano.”</p>
Alude a valor de singularidade?	<p>Valor singular atribuído no decreto de tombamento; Relevância na paisagem enquanto marco visual devido contraste com as volumetrias do entorno que são horizontais e ele vertical p. 120</p>
Alude a valor de conjunto?	<p>Sim, na abertura do PT aparece: “[...] levando também em consideração a potencialidade de revitalização desta área, permitindo que no futuro possa ocorrer uma readequação de seus usos, aproveitando a grande potencialidade da requalificação urbana da área em conjunto com as áreas do mercado público de Joinville e o Rio Cachoeira.” (p.34 PT)</p> <p>No histórico do laudo pericial aparece como entorno do Moinho a ponte metálica sobre o Rio Jaguarão e o imóvel da Rua Santos 63, mas não é tratado como “conjunto”.</p>
Há indícios de participação dos cidadãos no processo? Quais?	<p>Apenas dos membros da Comphaan representantes da sociedade civil.</p>
O(a) proprietário(a) impugnou a notificação de início de processo de tombamento ou inventário? Quais foram os argumentos?	<p>24/03/2009 - Notificação 06/2009 COMPHAAN dá 15 dias p/ manif. p.44 (não foi recebido)</p> <p>14/10/2011 - Notificação 07/2011 COMPHAAN dá 15 dias p/ manif. P.55 (recebido em 19/10)</p> <p>01/11/2011 - Reposta Bunge (solicita + 30 dias e vários esclarecimentos sobre o processo) p.58 e, no mesmo dia, impugnou a decisão de tombamento.</p> <p>09/11/2011 – Ata 165: Comunica Comphaan sobre a impugnação, havendo possibilidade de retirada da impugnação tendo em vista reunião interna a ser realizada na Bunge. p. 60.</p> <p>As alegações para a impugnação estiveram centradas da necessidade de mais “tempo para a análise e discussão interna por parte do Comitê Executivo de gestão sediado em São Paulo” e pela falta de informações sobre os seguintes pontos: (p.58)</p> <p>“a) O tombamento é total ou parcial. Se parcial, quais as edificações seriam tombadas. B) Independentemente de total ou parcial, quais seriam as restrições construtivas impostas aos edifícios em termos de demolição, aumento de construção, adaptações, reformas, etc... C) Quais implicações restritivas teríamos em relação a mudança de atividades a serem desenvolvidas no local e /ou futura comercialização do imóvel. D) Quais seriam s benefícios advindos (isenção de IPTU, foro anual taxa marinha, etc.). E) Outros pontos importantes que devemos levar em consideração.”</p>

<p>Como foram os trâmites após a impugnação?</p>	<p>30/11/2011 - Ofício 1276/2011 responde o proprietário e adverte (recebido em 07/12/2011) p.74</p> <p>21/12/2011 - Bunge solicita definição nível preservação. P. 77</p> <p>14/03/2012 – Comphaan aprova recomendação da CPC para instituir “subcomissão e pesquisa histórico/documental para a definição de nível de preservação. [e] de Comissão de Peritagem para a realização e apresentação de laudo técnico” em outra reunião daquela Comissão.</p> <p>19/04/2013 – Portaria 012/2013 Nomeia Comissão para Emissão do Laudo Pericial p. 96</p> <p>07/11/2013 – Ofício 2306/2013: Entrega laudo pericial e dá 30 dias para manifestação à Bunge p.146 (recebido em 14/11/2013)</p> <p>Não houve manifestação do proprietário no prazo e foi deliberado pelo tombamento.</p> <p>03/01/2014 – Ofício 0039/2014 Informa à Bunge sobre a manutenção do processo em tombamento p. 172 (recebido em 17/01/2014)</p> <p>17/09/2014 - Minuta de ofício 167/14 solicitando decreto de homologação do Tombamento p.191</p> <p>11/03/2015 – vistoria no local por componentes da Comphaan, técnicos da PMJ e da Bunge.</p> <p>25/03/2015 – Reunião da Comphaan para definição de nível de preservação.</p> <p>-Gerson Machado pediu vistas ao processo;</p> <p>18/05/2015-Minuta 270/15 solicitando ao MASJ arqueólogo p. 271</p> <p>07/10/2015 - Ofício 1339/2015 Entrega laudo arqueológico à Bunge e dá prazo de 30 dias para manifestação p; 288 (recebido em 16/10/2015)</p> <p>9/11/2015 - FCJ protocolou correspondência da Bunge que solicitava mais 15 dias justificando que o documento havia sido enviado para o setor errado e levou 10 dias para o setor ter conhecimento. P. 292</p> <p>09/11/2015 - Ofício 1524/2015 CPC dá novo prazo com vencimento em 01/12/2015 p. 295</p> <p>01/12/2015: Cpc recebe correspondência da Bunge: Concordando com o tombamento, evidenciando a importância histórica do imóvel, e com o laudo pericial. Solicitam definição do nível de preservação e indicação de delimitação espacial da área a ser preservada; entendem que as áreas definidas como arqueológicas são públicas e já estavam listadas no laudo anterior e que não foram “realizadas quaisquer intervenções em subsolo no decorrer da avaliação”. Colocam, ainda que as atividades no Moinho pararam em 2013, por isso “os registros do processo produtivo lá existentes são absolutamente recentes e nesse aspecto não contribuem para a preservação da memória pretendida”. Por isso não podem ser concebidos como “arqueologia industrial”, concordam com o tombamento. P. 300:</p> <p>“5 Parece-nos, portanto, que há uma sobreposição das ações de acautelamento recomendadas.</p>
--	---

	<p>6 Além disso, sob a ótica legal, entendemos que parte da área indicada como dotada de interesse arqueológico, embora tenha relação espacial com o conjunto edificado, alvo de tombamento, trata-se, na realidade, de logradouro público, sob o domínio da Administração Municipal, bem como “terreno reservado”, pertencente à União Federal (faixa abarcando o curso do rio Cachoeira).</p> <p>7 Quanto a possíveis aspectos da arqueologia industrial, tal como superficialmente mencionados no Laudo em comento, como forma de preservação da memória e proteção de “restos do processo industrial”, informamos que o Moinho Joinville esteve em funcionamento até 2013 e todos os registros do processo produtivo lá existentes são absolutamente recentes e nesse aspecto não contribuem para a preservação da memória pretendida.</p> <p>8 Neste sentido, entendemos que o Moinho Joinville possui importância urbanística, histórica e cultural e por tais motivos, não apresentamos qualquer oposição ao seu tombamento, nessas condições.</p> <p>9 Qualquer outra medida acautelatória que exceda ao tombamento das fachadas, volumetria, sistema estrutural e pisos de madeira do prédio principal; e da volumetria e fachada do prédios das oficinas, será redundantes.</p> <p>10 Por fim, como medida de direito e justiça, requer esclarecimentos quanto à abrangência legal e eventuais providências adotadas por esta r. Fundação em relação ao cadastro dos supostos aspectos arqueológicos, visto que essa informação não ficou evidente no Laudo em comento.</p> <p>Reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos.”</p> <p>30/03/2016: Cpc solicita à Bunge autorização para visita técnica (08/04/2016) ao Moinho com a presença do prefeito Udo Dohler para que ele aprove a recomendação de nível de preservação da CPC p.341</p> <p>10/10/2017 Bunge solicita informações sobre o andamento do processo de tombamento p.363</p> <p>25/04/2018 Vai para reunião a votação sobre definição do nível de preservação com a recomendação da cpc + deliberação da COMPHAN pela aprovação da recomendação com algumas ressalvas p.365/ 367</p> <p>6 julho 2018 - Definição Nível PP- p. 369 encaminhada à Bunge.</p> <p>22/08/2019 – Fiesc contata o CPC pra informações p.409</p> <p>30/08/2019 – Fiesc já era proprietária p.430</p> <p>11/09/2019 – Portaria 41/2019 homologa o tombamento definitivo do Moinho p. 402</p> <p>13/09/2019 – Ofício 493/2019 responde sobre o tombamento, sobre terras da Marinha e sobre NPP. P.437</p> <p>29/01/2020 – Tombamento averbado na matrícula. P. 452</p>
--	---

	08/02/2021 – Inclusão no Livro de Registro de Bens Imóveis do Inventário Cultural de Joinville – IPCJ. P.
Houve a criação de comissões específicas? Para que fim? Com qual composição?	Portaria 012/13 Nomeação Comissão Pericial: Bruno da Silva, Dilney Fermino da Cunha, Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske, Marcus Vinicius Ramos Filho e Valéria König Esteves. Portaria 085/2015 Cria comissão pericial de arqueologia: Dione da Rocha Bandeira e Beatriz Ramos da Costa do MASJ
Qual o teor dos pareceres a respeito da proteção do bem?	Favoráveis à preservação do bem, observando as recomendações feitas pela CPC.
Quais foram as recomendações em relação ao bem?	04/11/2013 - Laudo pericial: Recomendação de nível de preservação: duas edificações: o edifício principal e o prédio ocupado pelas oficinas. (Edifício principal: externamente a preservação da volumetria incluindo os dois conjuntos de silos, preservação das fachadas e tudo que as envolve, internamente a preservação do sistema estrutural e dos pisos de madeira. Prédio das oficinas: preservação volumétrica e preservação da composição das fachadas. Além disso foi recomendado preservação dos trilhos, do piso em paralelepípedos e do suporte do atracadouro) p. 139 25/3/2015- Reunião da Comphaan para definição de nível de preservação faz várias recomendações, dentre elas: a inserção do Cais do Porto como UIP; a preservação de “amostra de equipamentos, que seja realizado um registro de conhecimento detalhado do processo de fabricação e registro fotográfico por profissional da área para que fique documentado o conhecimento acerca da memória industrial. Também seria importante a presença de memorial na edificação”(p.42 v.1.1do PT) e, ainda, a recomendação de que fosse feita a história oral “com funcionários que conheçam o processo de produção”. 14/04/2015: Vistas no processo para que fosse considerado sítio arqueológico histórico p. 254 15/04/2015: CPC recomenda Edificação principal e os silos para preservação e não recomenda a oficina. P. 267 15/04/2015: Solicitação de maior detalhamento, por parte da CPC, sobre componentes internos da edificação para definição de nível de preservação a ser deliberado pela COMPHAAN (Ata Comphaan) 04/09/2015: Laudo P. E. Arqueológico: Recomendam interesse arqueológico ao prédio principal, o entorno a partir dos trilhos, os paralelepípedos, o cais o solo relacionado, recomendando que todas as intervenções nessas áreas tenham acompanhamento arqueológico. Recomenda registro como sítio arqueológico p.281 27/01/2016: Ata 252: CPC recomenda o deferimento da recomendação do laudo arqueológico, porém foi retirada da matéria da reunião a pedido do sr Guilherme, p. 331

	<p>Recomendação da CPC para definição de Nível de Preservação p.315: preservação do volume principal e do conjunto de silos, tudo que foi construído até 1990, recomendam Preservação Parcial: Preservar volumetria, elevações, fachadas externas e aberturas, ornatos, as coberturas e suas tipologias, estrutura metálica do sistema construtivo, os pisos em madeira, escadarias metálicas, estrutura em madeira da cobertura, o sistema preventivo de incêndio de fabricação inglesa, pátio do cais, o ramal ferroviário, os pisos e paralelepípedos, o muro de contenção do cais; o registro de bens móveis integrados: registro técnico documental do processo de produção aspectos materiais e imateriais (aqui material entende as etapas do processo produtivo e seus elementos no imaterial registro audiovisual do saber fazer ligado ao processo produtivo através do registro de testemunhos de funcionários).</p>
Houve outras contestações ao processo? Quais?	<p>Pedido de vistas para inserção de estudo arqueológico. Proprietário considerou laudo arqueológico reduntante ao laudo anterior e direcionado a áreas públicas (Cais do Porto, trilhos e piso existente na via pública entre o prédio tombado e o Rio Cachoeira).</p>
O processo de tombamento ou inventário foi judicializado? Em quais instâncias? Com quais argumentos? Quais as decisões e encaminhamentos?	<p>Não</p>
Quais foram as deliberações do órgão colegiado oficial sobre o bem?	<p>18/12/2013: Deliberação da COMPHANN pelo deferimento da recomendação do laudo pericial, não havendo manifestação do proprietário no prazo estabelecido. P. 159 11/03/2015 CPC: Definição do nível de preservação pela COMPHAAN 15/04/2015 COMPHAN: que a CPC apresente proposta detalhada do nível de preservação 25/04/2018: Deliberado deferimento das recomendações da CPC sobre o Nível de Preservação com ressalvas, compreendendo que intervenções devem ser submetidas à COMPHAAN através de projeto de restauro. P. 365</p>
Há registro sobre o uso atual do bem? Qual?	<p>Implantação de centro educacional e de inovação da FIESC no terreno de entorno ao bem tombado.</p>
Há registro sobre as intenções de uso futuro do bem? Qual?	<p>Centro cultural em 2013 quando do tombamento; Parque linear e reativação do ramal ferroviário em 2015 p.246 Centro educacional e de inovação da FIESC. Também foi aventada a ideia de implantação do Museu da Indústria Catarinense no prédio tombado.</p>
Há registros de intervenções (restauro, conservação, reforma) no bem? Quais?	<p>Elementos decorativos e de composição segundo o estilo eclético como era usual edificações industriais do início séc. XX p.133 Década de 1930: 4 novos silos</p>

	<p>1985 novo volume retangular entre o corpo principal e o primeiro conjunto de silos</p> <p>1990 novo andar mantiveram duas águas e retirada dos lanternins</p> <p>+1940 oficina (refeitório em 1940 p.279) Estes não tombados.</p> <p>2021 -</p>
INFORMAÇÕES ANALÍTICAS ESPECÍFICAS SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	
<p>Há alusões a um conceito de patrimônio ou de patrimônio industrial? Quais?</p>	<p>Sim, na abertura do processo de tombamento: “Sendo um dos marcos da industrialização da área, hoje [2009] tem suas atividades restringidas por uma série de fatores que levaram a urbanização desta área demandando que as indústrias por ali localizadas, paulatinamente transfiram-se para áreas industriais do município fora do centro da cidade”.(p.34)</p> <p>Laudo Pericial: Utilizam a Carta de Nizhny Tagil (Icomos, 2003) E bibliografia sobre PI, citam o primeiro tombamento brasileiro que faz alusão à PI. (p.20 e 21 do Laudo Pericial e 117 e 118 do PT). Também na p. 23 do Laudo Pericial (120 do PT), é citada a imponência da edificação e é dado destaque para o processo de industrialização da cidade:</p> <p>“O prédio do Moinho Joinville assume papel de relevância na paisagem urbana enquanto marco visual de referência no contexto local. O destaque visual se dá em função do contraste com a volumetria das edificações em seu entorno imediato, marcadas pela horizontalidade. De fato, a verticalidade e imponência da edificação em estudo são determinantes para sua configuração como elemento singular em destaque em uma paisagem onde a predominância é de prédios baixos. Além disto, a edificação põe em evidência o processo de industrialização da cidade, que funcionou como elemento de transformação daquele setor urbano”</p> <p>Laudo Pericial Arqueológico: Citam o conceito de Arqueologia Industrial, a Carta de Nizhny Tagil p. 280 do PT;</p> <p>- A definição dos níveis de preservação salienta a intangibilidade p. 371 do PT:</p> <p>“8.1 Realização de registro técnico de todo o processo industrial. Para tanto, deverá ser elaborado relatório com a descrição das etapas do processo produtivo e com a demarcação em planta dos diferentes setores. Deverão estar inclusos no referido relatório, tanto a descrição como o inventário do maquinário e dos demais elementos envolvidos no processo produtivo, por meio de fluxograma, layout físico e relatório fotográfico. O material elaborado deverá documentar claramente todo o processo produtivo e seus elementos (máquinas e equipamentos), registrando-se este conhecimento para as futuras gerações.</p>

	<p>8.2 Realização de registro audiovisual do saber-fazer ligado ao processo produtivo, por meio de registro de testemunhos e experiências de funcionários que trabalharam na unidade.</p> <p>8.3 Realização de projeto de salvaguarda, contemplando a manutenção de exemplares dos equipamentos e maquinários da edificação que permitam o pleno entendimento do processo industrial. Portanto, será preservado no local acervo com bens móveis, os quais possibilitem a compreensão dos saber-fazer referente ao processo produtivo. A definição do referido acervo sera realizada após a entrega do registro técnico referenciados nos itens 8.1 e 8.2. [...]”</p>
<p>Há alusões a valores memoriais ligados à história da industrialização? Quais?</p>	<p>“Decorrente dos investimentos econômicos acumulados pela “oligarquia do mate”, O Moinho Joinville figurou por algum tempo como a edificação mais alta da cidade, entrando para o roll dos símbolos referenciais do espaço urbano e reproduzido em diversos cartões postais da cidade” p. 118</p> <p>[...] "põe em evidencia o processo de industrialização da cidade, que funcionou como elemento de transformação daquele setor urbano" p.120</p> <p>Fachada voltada para o rio testemunha o uso do porto Presença do suporte para amarrar barcos no atracadouro Presença dos trilhos de trem – linha férrea e a ponte metálica. Cais Conde D’Eu com muros de contenção.</p> <p>O Laudo Pericial apresenta várias alusões aos valores ligados à história da industrialização na medida em que apresenta características da arquitetura industrial da época existentes no imóvel tombado.</p> <p>Em ata da Comphaan, de 25 março 2015, Sr Ascânio Pruner sugeriu a inserção do Cais do Porto como UIP; Sandra Guedes defendeu a preservação de “amostra de equipamentos, que seja realizado um registro de conhecimento detalhado do processo de fabricação e registro fotográfico por profissional da área para que fique documentado o conhecimento acerca da memória industrial. Também seria importante a presença de memorial na edificação” (p.42 v.1.1do PT);</p> <p>-Preservação do sistema de proteção contra incêndios originário da Inglaterra.</p>
<p>Há alusões a valores indenitários ligados à “cidade industrial”? Quais?</p>	<p>Sim. No laudo pericial, p.20, p.117 do PT.</p> <p>“O aniversário de construção do Moinho Joinville foram celebrados em reportagens e cadernos especiais dos jornais impressos da cidade, cujos títulos consagram a sua importância para Joinville: “O Moinho Joinville cresce com a cidade”, “Moinho Rio-Grandense Joinville – Lídimo orgulho de nossa cidade”, “Estrutura Arrojada e boa qualidade marcam 80 anos do Moinho Joinville”, “Moinho Santista 80 anos. Isso vai dar o maior bolo”, entre outros. Em reportagem pública em 1993, o jornal A Notícia publicou reportagem especial sobre a</p>

	<p>comemoração dos 80 anos de construção do Moinho Joinville, informando que o prédio do referido empreendimento encontrava-se em processo de tombamento pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Todavia, após contato com a sede do IPHAN no Rio de Janeiro, onde está abrigado o acervo geral dos processos de tombamento da instituição, obtivemos a informação de que não foi localizado nenhum processo relativo a este imóvel”</p>
<p>Há alusões à vida e memória de trabalhadores? Quais?</p>	<p>Recomendação da CPC pelo registro de audiovisual do saber-fazer ligado ao processo produtivo por meio de testemunhos e experiências de funcionários p. 325</p> <p>Em ata da Comphaan, de 25 março 2015, Sandra Guedes defendeu a preservação de “amostra de equipamentos, que seja realizado um registro de conhecimento detalhado do processo de fabricação e registro fotográfico por profissional da área para que fique documentado o conhecimento acerca da memória industrial. Também seria importante a presença de memorial na edificação”(p.42 v.1.1do PT) Na página seguinte aparece a recomendação de que fosse feita a história oral “com funcionários que conheçam o processo de produção”.</p>
<p>São indicados outros bens que dialogam com o bem incluído no processo? Quais?</p>	<p>Ponte sobre o rio Jaguarão em processo de instrução de Inventário do IPCJ (0012), está em impugnação (15/07/2022) e provavelmente será deliberado nas próximas reuniões da COMPHAAN, de acordo com informações obtidas através do setor de patrimônio da SECULT.</p> <p>Casa na Rua Santos nº 63 Processo de tombamento FCJ.CPC.2010-010 (Migrou para PII 0005) Inventário IPCJ - Portaria 021/2016.</p> <p>Oficina: “Encontra-se em posição de destaque no conjunto em local de grande visibilidade, apresentando características arquitetônicas semelhantes a prédios que tiveram projetos aprovados na década de 1940” [...] “representando testemunhos de duas diferentes formas de expressão da arquitetura industrial do início do século XX” p.135</p>
<p>Há indícios que podem sinalizar um conjunto do patrimônio industrial da cidade e/ou da região? Quais?</p>	<p>Sim. São citados como exemplares do PI: A Cidadela Cultural, Fábrica Wetzel, Antiga Usina de Açúcar na Estrada do Caminho Curto, Chaminé da fábrica Lumière e a Chaminé da Fábrica Arp.</p>
<p>É possível identificar algum equívoco histórico? Qual?</p>	<p>Equívocos processuais: A instituição proprietária só foi notificada em 2011</p> <p>Não foi incluído estudo arqueológico no laudo pericial inicial p. 266</p> <p>Possível erro de digitação página 3 do Laudo Pericial (100 do PT) Onde lê-se que “a união matrimonial entre o príncipe francês François Ferdinand Phillipe Louis Marie e a princesa brasileira Francisca Carolina” ocorreu em 1943, tendo sido em 1843. O erro se repete no texto de cadastro da Ponte de ferro.</p>

De Joinville

Moinho Boa Vista. — Nova firma

Em substituição, á antiga firma commercial Viuva Oscar Schneider & Cia., proprietaria do Moinho Boa Vista, de Joinville, vem de se fundar n'aquella cidade e para o mesmo ramo de negocio uma sociedade mercantil que girará sob a razão de Arthur Costa & Cia.

Della fazem parte, como socios solidarios e gerentes os srs. dr. Arthur Ferreira da Costa e Pedro C. Schuck e como socios commanditarios os srs. dr. Abdon Baptista, viuva Francisca Schneider, Banco do Commercio de Porto Alegre e Eduardo Horn, todos brasileiros e muito conhecidos no nosso meio commercial.

Agradecendo a communicação que nos fizeram, desejamos aos srs. Arthur Costa & Cia. todas as prosperidades para a nova sociedade que acabam de organizar.

Jornal O Dia. 12/12/1907, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.

Na página 14 do laudo pericial (111 do Processo de Tombamento) afirma-se que em 1916 após o falecimento de Oscar Schneider o "empreendimento foi transferido a Arthur Costa, genro de Abdon Batista". No entanto de acordo com notícia veiculada no jornal "O Dia" datada de 12 de dezembro de 1917, consta que em "substituição a antiga firma commercial Viúva Oscar Schneider e Cia, proprietária do Moinho Boa Vista de Joinville, vem de se fundar n'aquella cidade e para o mesmo ramo de negócio uma sociedade mercantil que girará sob a razão de Arthur Costa e Cia". A reportagem expõe que essa nova firma contava com os "sócios solidários gerentes" Arthur Ferreira da Costa e Pedro C. Schuck, e como "sócios comanditários" Abdon Baptista, Francisca Schneider, Banco do Commercio de Porto Alegre e Eduardo Horn. Nesse sentido entende-se que há necessidade de aprofundamento de informações haja vista que a firma Viúva Schneider Cia não é citada no Laudo Pericial, existindo assim uma lacuna entre o período de março de 1916 com o falecimento de Oscar Schneider até pelo menos novembro de 1917. Também veicularam informação sobre a substituição da firma os jornais O Estado e Gazeta do Commercio.

É possível identificar afirmações sem devidas fundamentações ou com fundamentações genéricas? Quais?

Sim, a elaboração do contexto histórico carece de mais documentos, mas isso não muda a significância do objeto em estudo. Considero irrelevantes as partes do processo quando alguns fatos foram generalizados.

Há registros visuais? Quais?

Fotografias da edificação, fotografias do AHJ mobilizadas em pesquisas, fotografias reproduzidas de jornais; Relatório fotográfico

	de vistoria 11/03/2015 p.218. Mapas diversos da cidade no setor correspondente; Projeto arquitetônico do imóvel.
Qual a bibliografia utilizada?	Ficker (1965); Ficker (2008); Herkenhoff (1981); Hoff e Cardoso (2008); Kühl (Iphan); Reinert (2009); Rodrigues (2011); Thiago(1988); Sanchiz (2007) Ver p. 26; p. 141; p. 283.
Que outros documentos foram anexados ao processo (bilhetes, folder, reportagens, manuscritos, BO etc.)?	Reportagens sobre comércios nas proximidades; Carta sobre o porto p. 15; Reportagem sobre inauguração do Moinho – NA Cidade p.20; Jornais ver p. 26; A notícia p. 33; Laudo pericial; Laudo arqueológico; ficha de vistoria do MASJ. Atas da Comphaan e de reuniões da Bunge; cópias de ofícios e outras correspondências trocados com a Bunge e com diferentes setores da PMJ; Memorandos; Despachos; minutas diversas; Projetos de ampliação; Portaria; Registro do imóvel; Matrícula; Relatório de pedido de vistas; cópias de e-mails trocados com a Bunge
OBSERVAÇÕES	
O que pode ser considerado de relevância aos propósitos dos projetos FAPESC-PAIN, FAPESC-Inovatur, FAPESC-PCM-IV e FAPESC-PPECTI?	Discutir de que forma as características que aludem ao Patrimônio Industrial podem ser estabelecidas nos processos de inventário e tombamento, considerando que, embora sejam reconhecidas, não são atreladas em documentos que oficializaram o registro e o tombamento.
Bibliografia consultada:	

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS DO TRABALHO E DE TRABALHADORES SOBRE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O MOINHO JOINVILLE **Pesquisador:** ANELISE BONALDI KLOPPEL **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 52699921.9.0000.5366

Instituição Proponente: Pós-Graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.147.634

Apresentação do Projeto:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.106.505, liberado em 16/10/2021.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.106.505, liberado em 16/10/2021.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.106.505, liberado em 16/10/2021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.106.505, liberado em 16/10/2021. No entanto, a pesquisadora responsável apresentou os critérios de inclusão e exclusão dos participantes de pesquisa. Também informou que guardará os documentos gerados pela pesquisa por 5 anos. Foi atualizado o orçamento financeiro da pesquisa e o cronograma detalhado, informando que a coleta de dados por meio de entrevistas iniciará em 01 de fevereiro de 2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 5.106.505, liberado em 16/10/2021.

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Continuação do Parecer: 5.147.634

Segundo a Resolução 466/12,

no item XI- DO

PESQUISADOR

RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sítio da Univille Universidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "MEMÓRIAS DO TRABALHO E DE TRABALHADORES SOBRE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O MOINHO JOINVILLE", de CAAE "52699921.9.0000.5366" teve sua(s) pendência(s) esclarecida(s) pelo(a) pesquisador(a) "ANELISE BONALDI KLOPPEL", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso <http://www.univille.edu.br/pt-BR/auniville/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/status-parecer/645062>

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1829077.pdf	17/11/2021 10:40:44		Aceito
Outros	Carta_resposta_Anelise.pdf	17/11/2021 10:39:46	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	20/10/2021 12:38:11	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito

Página 02 de

Continuação do Parecer: 5.147.634

Declaração de Instituição e Infraestrutura	anuencia_LHO.pdf	20/10/2021 12:37:01	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito
Outros	Modelo_roteiro_entrevista.pdf	18/10/2021 11:34:54	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_Dissertacao.pdf	18/10/2021 11:33:08	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Doacao_de_Entrevista_Oral_LHO_Univille.pdf	28/09/2021 09:16:50	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Uso_de_Imagem_Dissertacao.pdf	28/09/2021 09:16:37	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_AneliseBonaldiKloppel.pdf	28/09/2021 09:15:38	ANELISE BONALDI KLOPPEL	Aceito

Investigador				
--------------	--	--	--	--

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 06 de Dezembro de 2021

**Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
(Coordenador(a))**

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 30/01/2023.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (x) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Anelise Bonaldi Klöppel

Orientador: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Coorientador: Fernando Cesar Sossai

Data de Defesa: 16/12/2022

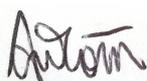
Título: EVIDÊNCIAS DE UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: MEMÓRIAS DO TRABALHO NO MOINHO JOINVILLE

Instituição de Defesa: Universidade da Região de Joinville - Univille

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (x) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.



Assinatura do autor

Joinville, 30 de janeiro de 2023

Local/Data